

O Ensino. Superior em Guarapuava

Anderson Szeuczuk

A Constituição
Histórica da
UNICENTRO



O presente livro, que tenho o prazer de apresentar, é fruto de um trabalho intelectual sério e de investigação sistemática acerca do processo de constituição do ensino superior público em Guarapuava. Em tela, a fundação da UNICENTRO, desde seus primeiros anos, uma importante instituição de ensino superior do Paraná. Situa-se no campo da História e da historiografia das instituições educacionais do Paraná. O autor revela uma carreira promissora como Professor de história da rede estadual da região Centro-Sul do Paraná, agora doutorando. Guarapuavano de coração, Anderson Szeuczuk, como historiador de formação, demonstra sua determinação, compromisso e preocupação em compartilhar seu conhecimento com a comunidade acadêmica, sobretudo com a sociedade de Guarapuava e região. O autor cercou-se de fontes documentais não exploradas junto ao Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da instituição em questão. Falar da UNICENTRO é falar da história da educação brasileira, sobretudo, da luta em defesa da escola pública, gratuita e para todos do Estado do Paraná e de sua interiorização. Anderson, com quem tive o prazer de conviver como orientador de mestrando, agora no Doutorado, demonstra muita perseverança e disciplina intelectual tão necessária ao trabalho acadêmico, enfrentando com muita coragem as adversidades e as complexidades que o tema lhe impôs, não se deixando levar pela superficialidade e pela pressa, não abrindo mão em oferecer qualidade no seu resultado.

Prof. Dr. João Carlos da Silva



O ensino superior em Guarapuava



S É R I E

Estudos em História e Historiografia da Educação

Diretores da série:

Prof. Dr. José Edimar de Souza

(Doutor em Educação pela UNISINOS; Presidente da Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul; Vice-presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação; Membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul e Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão Educacional da UNISINOS).

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

(Doutora em Educação pela UFPel; Coordenadora do Grupo de Trabalho História da Educação da ANPUH/RS. Membro do Conselho Fiscal da Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação. Professora e pesquisadora do IFRS – Campus Osório e do Mestrado Profissional em Educação).

Conselho Editorial e Científico:

Prof. Dr. Alberto Barausse

(Doutor em Educação - Università Cattolica del Sacro Cuore.
Professor e pesquisador da Università degli Studi del Molise - UNIMOL).

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Jr.

(Doutor em História pela UNISINOS; Coordenador do Grupo de Trabalho em História da Educação da Associação Nacional de História - ANPUH. Professor e pesquisador da UFPR).

Profa. Dra. Dóris Bittencourt de Almeida

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do
Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS).

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

(Doutora em Educação pela PUCRS. Professora e pesquisadora do
Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS).

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do
Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel).

O ensino superior em Guarapuava

A constituição histórica da UNICENTRO

Anderson Szeuczuk



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos em História e Historiografia da Educação — 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SZEUCZUK, Anderson.

O ensino superior em Guarapuava: a constituição histórica da UNICENTRO [recurso eletrônico] / Anderson Szeuczuk-- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

162 p.

ISBN - 978-65-81512-56-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. UNICENTRO; 2. História; 3. Ensino Superior; 4. Guarapuava; 5. Instituição; I. Título.

CDD: 378

Índices para catálogo sistemático:

1. Universidade 378

Dedico este livro a todos que contribuíram para sua concretização. Aos meus pais pelo incentivo aos estudos e minha esposa pelo seu apoio e compreensão nos momentos em que estive ausente.

Agradecimentos

A pesquisa que resultou neste livro foi possível devido ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre os anos de 2014 a 2016 que possibilitou minha exclusiva dedicação à realização deste trabalho na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Agradeço aos funcionários e estagiários do Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste em Guarapuava, em especial a professora Dra. Terezinha Saldanha e a professora Claudia Rejane Schavarinski, pelos diálogos e auxílio nas buscas pelas fontes.

Agradeço a meus familiares pelo incentivo aos estudos especialmente meus pais Lurdes e Joãozinho pela oportunidade de uma educação primária e secundária que possibilitou meus avanços nos estudos. A minha esposa Ana Claudia, pela paciência e compreensão nos momentos que me ausentei. Ao professor Dr. João Carlos da Silva pelas orientações e contribuições e que levaram a conclusão deste livro. Aos professores Livia Diana Rocha Magalhães, Paulino José Orso e José Luís Derisso pelas contribuições e sugestões.

Aos demais colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE, Campus Cascavel, pelas discussões em sala de aula que contribuíram para o aprofundamento do tema deste estudo.

Sumário

Apresentação	13
João Carlos da Silva	
Introdução	15
Capítulo I	19
Contextualização histórica do ensino superior no Brasil	
O ensino superior e sua gestão política e econômica.....	27
O ensino superior nas constituições brasileiras	38
Capítulo II	50
A interiorização do ensino superior no Paraná	
A expansão das IES.....	54
A interiorização	58
A gratuidade no estado do Paraná: a presença dos estudantes	68
Capítulo III.....	75
A constituição histórica do ensino superior em Guarapuava	
O centro de documentação e memória da UNICENTRO	76
O jornal na pesquisa em história da educação.....	79
Contextualização histórica de Guarapuava.....	83
Origens da FAFIG.....	91
Implementação da FAFIG.....	98
A presença das forças políticas	107
Os primeiros cursos.....	113
Gratuidade do ensino superior	123
A luta pela estadualização da UNICENTRO	125
Enfim... a UNICENTRO	137
Considerações finais	142
Arquivos consultados	147
Fontes.....	147
Referências	155

Apresentação

João *Carlos* da Silva ¹

O presente livro, que tenho o prazer de apresentar, é fruto de um trabalho intelectual sério e de investigação sistemática acerca do processo de constituição do ensino superior público em Guarapuava. Em tela, a fundação da UNICENTRO, desde seus primeiros anos, uma importante instituição de ensino superior do Paraná. Situa-se no campo da História e da historiografia das instituições educacionais do Paraná. O autor revela uma carreira promissora como Professor de história da rede estadual da região Centro-Sul do Paraná, agora doutorando.

Guarapuavano de coração, Anderson Szeuczuk, como historiador de formação, demonstra sua determinação, compromisso e preocupação em compartilhar seu conhecimento com a comunidade acadêmica, sobretudo com a sociedade de Guarapuava e região. O autor cercou-se de fontes documentais não exploradas junto ao Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da instituição em questão.

Falar da UNICENTRO é falar da história da educação brasileira, sobretudo, da luta em defesa da escola pública, gratuita e para todos do Estado do Paraná e de sua interiorização. Anderson, com quem tive o prazer de conviver como orientador de mestrando, agora no Doutorado, demonstra muita perseverança e disciplina intelectual tão necessária ao trabalho acadêmico, enfrentando com muita coragem as adversidades e as

¹ Pós-doutorado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Atualmente é professor no Colégio de pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Cascavel. É membro do Grupo de pesquisa HISTEDOPR- História, sociedade e educação no Brasil - GT Oeste do Paraná, Cascavel. Atua na área de Educação, com ênfase em História da Educação, nos temas: questões teórico-metodológicas da história da educação, história da escola pública, instituições escolares, fontes e arquivos.

complexidades que o tema lhe impôs, não se deixando levar pela superficialidade e pela pressa, não abrindo mão em oferecer qualidade no seu resultado.

Procura pontuar dialeticamente as especificidades locais em que se deram as origens da UNICENTRO, fazendo as devidas relações com os acontecimentos nacionais.

Resultado da pesquisa de Mestrado, junto ao programa de Pós-graduação da UNIOESTE, Campus Cascavel, oferece uma importante contribuição os estudos acerca do tema, bem como na valorização e preservação da memória local e regional. Neste sentido esta publicação é plena de êxito.

Convido, portanto, ao leitor a fazer uma apreciação desta importante obra para a história da educação da educação.

Cascavel, 17 de Janeiro de 2020.

Introdução

Este livro é resultado da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel, defendida em 2016. Pretendemos realizar uma discussão acerca da história do ensino superior no Brasil, enfatizando o processo de interiorização no Estado do Paraná e a criação da primeira faculdade no município de Guarapuava.

Sua gênese situa-se no final da década de 1960, período de crescimento dos setores agropecuário, ervateiro, comercial e madeireiro em Guarapuava. No plano nacional, Guarapuava estava inserida em uma conjuntura marcada pela ditadura civil-militar, consubstanciada por mudanças e reformas no campo educacional. O crescimento populacional e a formação de grupos econômicos no município traziam as necessidades de profissionais liberais capacitados, para as diversas funções.

Os primeiros cursos da instituição foram de Matemática, Geografia, História e Letras que se inseriam em uma conjuntura de projeto de desenvolvimento nacional de formação de professores para atuarem nas diversas etapas da educação básica.

Com relação a produção acadêmica sobre o ensino superior no Estado do Paraná, observamos a existência de estudos isolados sobre as instituições, algumas direcionadas à análise da conjuntura política local e focalizando resumidamente o contexto educacional e outros trabalhos com abordagens superficiais sobre a temática.

Diante desses dados, podemos afirmar que há uma carência de pesquisas que abordam a história do ensino superior no Estado do Paraná. Outros trabalhos analisam temporalmente as transformações que resultaram na constituição de instituições “isoladas”, que viriam a dar origem às atuais Universidades Estaduais do Paraná.

A pesquisa foi desenvolvida com a utilização de fontes primárias, arquivadas no Centro de Documentação e Memória (CEDOC)¹, acerca da trajetória histórica do ensino superior em Guarapuava. Os documentos utilizados são: atas, jornais editados periodicamente na região, jornais internos da faculdade, fotografias, deliberações, leis e projetos de leis estaduais e federais, relatórios internos da instituição entre outras fontes que remetem ao recorte temporal (1970-1990), justificando-se pela criação da Faculdade e posterior transição para Universidade Estadual.

Partimos do pressuposto de que toda instituição de ensino está vinculada a uma realidade material compreensível em sua totalidade. Visamos à leitura dos fenômenos educacionais considerando as diversas determinações que embasam esse contexto. A análise de uma instituição de ensino local possibilita a compreensão da diversidade social e cultural daquele espaço temporal e espacial observado pelo pesquisador.

Entendemos a “totalidade” como a síntese do contexto local com o geral, ou seja, não existe nada fora do todo. Com base neste pressuposto que discutiremos a história da FAFIG/UNICENTRO em Guarapuava, entendendo esta como parte de uma realidade material, em suas múltiplas determinações.

Diante deste pressuposto partimos de algumas questões: que fatores determinaram a constituição histórica da FAFIG/UNICENTRO? Que fatores implicaram na sua organização? Que interesses estavam em jogo?

Com Mészáros (2008), iremos relacionar o estudo da história da FAFIG, no contexto do desenvolvimento do capitalismo, analisando a educação como um instrumento utilizado pelo sistema capitalista em defesa de seus interesses, sendo o ensino superior parte deste contexto. Com Germano (1994), abordaremos a atuação do Estado Militar no Brasil, incluindo a questão da educação superior e as reformas educacionais concretizadas nesse período.

¹ Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO, localizado no espaço físico do campus Santa Cruz em Guarapuava/PR.

O pesquisador, diante dos arquivos e fontes que remontem à história da educação, deve pensá-los na integralmente e na articulação da singularidade com a totalidade. Os documentos e fontes, produzidos coletivamente pela humanidade, especificamente os relativos à história da educação são regidos muitas vezes por uma legislação específica, seguindo determinado padrão em sua estrutura, sendo necessária e implementada no período no qual os documentos estão inseridos (SILVA, 2013).

No trabalho de análise de documentos oficiais, é necessário compreendermos a legislação, assim como a estrutura administrativa do momento em que o documento foi produzido. Consideramos que a documentação oficial foi elaborada para um propósito burocrático do órgão que esteve submetida.

O trabalho do pesquisador na contemporaneidade vem se desenvolvendo, à medida que novos problemas demandam novas fontes e diferentes procedimentos no tratamento da documentação. Fontes ignoradas no passado possibilitam responder a questões relevantes à pesquisa.

Para a reconstrução da história, o pesquisador tem a opção de utilizar documentos que apresentem vestígios do passado, tentando recuperar para reconstruir expressões esquecidas no tempo. À medida que surgem novos problemas, existe a demanda por novas fontes e tratamentos metodológicos desses documentos, ou seja, sempre teremos necessidade de inovação na pesquisa histórica e este é o nosso trabalho e função.

Este livro está organizado em três capítulos. No primeiro, analisamos a contextualização histórica da educação no Brasil e a trajetória do ensino superior, com objetivo de situar a constituição histórica da FAFIG no cenário nacional, abordando aspectos referentes ao financiamento e legislação educacional.

No segundo capítulo, discutimos a interiorização e expansão do ensino superior no Brasil após a década de 1970, enfatizando este movimento no Estado do Paraná e no município de Guarapuava, em particular. Abordamos ainda a implementação da gratuidade no Estado, considerando a participação do movimento estudantil nesta conquista.

No terceiro capítulo, por meio das fontes primárias, examinaremos como se deu a constituição histórica da educação superior no município de Guarapuava, analisando seu processo de formação. Pretendemos com este estudo contribuirmos para história da educação, especialmente do ensino superior na região Centro-Sul do Paraná, abrindo possibilidades para outros estudos.

Capítulo I

Contextualização histórica do ensino superior no Brasil

Neste capítulo discutiremos alguns elementos essenciais da história da educação, destacando a participação da Companhia de Jesus na constituição da educação brasileira, até sua expulsão pelo Marquês de Pombal (1759), momento em que são lançadas as bases do ensino no Brasil.

No Brasil, o ensino superior tem suas particularidades em cada momento histórico, uma criação tardia, comparada a outros países da própria América. Em território espanhol, no século XVI, foram criadas as Universidades de São Marcos no Peru, a Real e a Pontifícia de São Domingos no México. Posteriormente no século XVII, na Argentina, Bolívia e Estados Unidos no século XVIII, no Chile, Cuba e Venezuela. No século XIX, na Colômbia, Equador, Honduras, Paraguai e Uruguai (CAMPOS, 1954).

Em 1549, os Jesuítas chegaram ao Brasil em uma expedição organizada pelo padre Manoel de Nóbrega, junto com o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza. Alguns dias após sua chegada, ambos se encarregaram de levantar a primeira escola elementar em Salvador.

As atividades jesuíticas no Brasil, não se restringiam à catequização dos nativos, eram responsáveis também pelo ensinamento das primeiras letras aos filhos dos colonos, além de vestígios de uma “educação superior”, necessária para suprimento das funções administrativas da colônia e formação de novos sacerdotes.

O método pedagógico desenvolvido pelos jesuítas baseava-se no *Ratio Studiorum* de 1559 e trata-se de um conjunto de normas e regras que regia o modelo de ensino por eles praticado. Desde 1572, os cursos de Artes e Teologia na Bahia, não eram considerados superiores, mas secundários,

eram bases a aqueles que iriam a Europa, complementarem seus estudos, possivelmente para assumirem atividades liberais na Colônia:

Na retaguarda da atividade missionária, os jesuítas mantinham, nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea, colégios para ensino das primeiras letras, para o ensino secundário e superior. Eles se destinavam a cumprir tripla função: de um lado, formar padres para a atividade missionária; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais de justiça, da fazenda e da administração); de outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local, fossem os filhos dos proprietários de terra e de minas, fossem os filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes (CUNHA, 2007, p.25).

A atuação dos jesuítas no Brasil, apoiada pelo Estado, é marcada por mudanças na administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O modelo educacional desenvolvido, não convinha aos interesses da Coroa portuguesa, pois esses educavam de acordo com os preceitos da Igreja e não do governo português, com esta convergência de interesses, acabam sendo “expulsos” em 1759¹.

Embora até este momento o Estado português fosse financiador da educação, este era ministrado de acordo com os preceitos e interesses da Igreja Católica que detinha monopólio (RIBEIRO, 1992)². Nesta linha de pensamento indagamos, se o ensino era ministrado pelos jesuítas e financiado pelo Estado, poderia ser considerado público? Saviani (1987), considera que tal modalidade não se enquadrava em alguns critérios a fim de defini-lo como público, pois tanto as questões materiais, quanto as pedagógicas, encontravam-se em poder dos jesuítas, estes sujeitados à Igreja Católica, caracterizando-o como privado.

Percebemos como na administração de Pombal, não houve a destruição de sistema de ensino propriamente dito. A rigor, um sistema educacional nem chegou a existir, em razão da organização da educação

¹ Devemos apontar uma série de fatores não destacados neste texto referente à expulsão dos jesuítas do Brasil. Consideramos que a independência de algumas missões jesuíticas, foi observada como uma ameaça ao Estado português.

² Não devemos levar a palavra “expulsão” ao pé da letra, a Igreja Católica continuou “fixada” no Brasil mantendo escolas, contudo não contou mais com o financiamento do Estado.

tal como se encontrava anterior a este fato, não permitia tal denominação, o Brasil neste momento estava subordinado ao Reino de Portugal e sujeito às suas decisões.

Com a expulsão da Companhia de Jesus, Pombal se encarregou de estruturar as bases para um novo modelo educacional, voltado para as necessidades da Coroa. Por meio do Alvará de 28 de junho de 1759, instituiu as “aulas régias”, um sistema de ensino baseado no enciclopedismo, com conteúdos descentralizados e isolados com um professor para cada disciplina, que era nomeado pela Coroa.

Sobre o ensino superior, inicialmente no Brasil eram oferecidos apenas os cursos de filosofia e teologia. O Estado português não permitia a instalação de outros em sua colônia, possivelmente vistos como uma ameaça à sua hegemonia. Havia o receio que poderiam contribuir para disseminação de ideários separatistas em sua Colônia (COELHO; VASCONCELOS, 2009).

De forma geral na educação superior, são identificadas algumas mudanças com a vinda da Família Real, em 1808. Neste momento escolas superiores são criadas, voltadas para as necessidades da corte recém-chegada de Portugal:

Neste ano, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Dois anos após, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ) (MARTINS, 2002, p.4).

Essas instituições foram criadas, para suprirem a demanda funcional básicas ao funcionamento da máquina administrativa, da saúde e segurança da Colônia. Em relação à legislação educacional, a Constituição de 1824, garantia ensino primário gratuito aos cidadãos brasileiros, embora ainda não acessível a todos. Até meados do Brasil republicano, em 1889, não houve um grande progresso na educação pública brasileira. Constatamos que continuou sendo privilégio de uma minoria, de certa forma elitizada.

No que tange a educação na Primeira República (1889-1930), é importante considerar, a Reforma de Carlos Maximiliano, de 1915, que direcionaria as futuras universidades a um modelo proposto e objetivado naquele momento.

Esta lei autorizava o governo a reunir as instituições isoladas formando novas universidades, como foi o caso da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), posterior Universidade do Brasil³, criada em 07 de setembro de 1920, pelo Decreto Federal nº 14.343, pelo Presidente da República Epitácio Pessoa, com a junção de três escolas tradicionais, a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, este ato como considera Vahl:

Nascia aí a fórmula brasileira para criação de universidades, através da aglutinação de escolas ou faculdade isoladas existentes, em torno de um órgão de administração central” (VAHL, 1980, p.33).

Percebemos como esta instituição nasceu da reorganização de outros estabelecimentos, política comum que seria adotada pelo Estado principalmente após 1950 para criação de novos estabelecimentos pelo Brasil.

Deste modo, entre os anos de 1889 a 1930, houve uma ampliação das instituições de ensino superior, sendo criadas a Escola Universitária Livre de Manaus em 1909; a Universidade de São Paulo em 1911⁴; em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro: em 1912 também é criada a Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná (UFPR). No entanto, a primeira instituição como “Universidade”, surge em 1920 no Rio de Janeiro, com a incorporação de outras escolas superiores existentes (ROMANELLI, 2003).

³ A Universidade do Brasil foi criada em 1937, no lugar da Universidade do Rio de Janeiro, novamente em 1965 é instituída Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ Destacamos que: “A Universidade, criada em 1911, era uma escola particular, tinha como proposta a formação de alunos nos diferentes níveis de ensino. Fundou, entre outros estabelecimentos, a primeira Faculdade de Medicina de São Paulo, o Hospital de Caridade do Braz (Instituto Pereira Barreto). Formou, na área da Saúde, alunos nos cursos de odontologia, farmácia e medicina, até ser fechada em 1918 (MOTT; DUARTE; GOMES, 2007, p. 37).

Em 1912, havia sido criada a Universidade do Paraná, que neste caso seria a primeira do Brasil. No entanto, pelo decreto federal nº 11.530, de 1915, as cidades com menos de cem mil habitantes não poderiam ter universidades. Nesse contexto, a Universidade do Paraná deixava de ser reconhecida como universidade pelo governo federal, perdendo legalmente seu título de Instituição mais antiga do Brasil⁵.

Nas palavras de Durham (2005), entre 1889 e 1918 foram criadas 56 escolas superiores no Brasil, de um lado, as instituições Católicas, de outro a iniciativa privadas, não confessionais. Aquelas tentando oferecer um modelo de ensino confessional, estas, atendendo aos interesses das elites locais. Esse período caracterizou-se economicamente pela emergência dos latifúndios, de base cafeeira.

Como afirma Orso (2003), as universidades criadas neste momento tiveram uma vida curta, suas composições não passavam de uma organização de estabelecimentos isolados em torno de um órgão central, denominado Universidade. A primeira Universidade seria criada apenas em 1934 pelo Decreto Federal n.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo (USP), como destaca:

Enquanto os projetos de criação da universidade anteriores simplesmente propunham a consagração do ensino de tipo profissional e a reunião desse ensino sob uma administração única que gerava um autodidatismo em matéria de Filosofia e de Ciência, Júlio de Mesquita Filho propunha um projeto com base no modelo germânico, o modelo humboldtiano, no qual haveria uma unidade encarregada de ministrar o ensino básico, em que a pesquisa e o ensino deveriam funcionar indissociadamente [...] (ORSO, 2003, p.221).

Esse é um dos pontos que diferem na criação da primeira universidade no Brasil, não mais reunindo estabelecimentos em torno de um órgão central, diferenciando por ser um projeto integrador e inovador. A USP

⁵ A questão de qual é a primeira Universidade do Brasil, é um debate livre de esgotamento. Os defensores da posição da Universidade do Paraná como “título” de primeira Universidade do Brasil afirmam que embora a Instituição não tenha continuado suas atividades com a denominação de “Universidade”, continuou desenvolvendo suas atividades em nome das suas escolas superiores.

apresentaria à sociedade uma concepção diferenciada de instituição de ensino.

Neste propósito, a partir de 1930, o Brasil passaria por mudanças estruturais, que refletiram diretamente na construção de um sistema educacional público. No âmbito econômico, o País transitava de um modo de produção agrícola-exportador para o modelo capitalista de produção industrial.

Uma lenta transição de uma economia oligárquica predominantemente agrícola, para um modelo industrial capitalista exportador de bens de consumo duráveis para o mercado interno, direcionando o Brasil a um novo projeto de nação. Esses elementos influenciariam a educação, com mudanças na legislação educacional e efetivação de propostas pedagógicas, influenciadas pelos pensadores da “escola nova”.

Até 1930, o Brasil não contava com um órgão específico encarregado de normatizar e fiscalizar a educação. Nesse ano foi criado o Ministério da Educação e Cultura, que passou a desenvolver diversas atividades, relacionadas à educação e saúde.

As tentativas de inserção do Estado brasileiro no cenário competitivo dos países centrais impulsionaram o país para a modernização das suas estruturas. A defesa da expansão da escolarização passou a ser assumida no discurso do Estado como uma das suas bandeiras prioritárias (DOURADO, 2001, p.34).

Durante os primeiros anos da “República Nova”, havia uma demanda social por uma proposta educacional que atendesse às reais necessidades. Com isso, em 1932, um grupo de intelectuais com o objetivo de elaborar um programa que ampliasse a questão educacional, lança o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, com a principal defesa de que a educação deveria ser pública e de responsabilidade do Estado.

O manifesto expressava a necessidade de superar o modelo educacional vigente no período. No âmbito do ensino superior, o documento destaca:

A educação superior que tem estado, no Brasil, exclusivamente a serviço das profissões “liberais” (engenharia, medicina e direito), não pode evidentemente erigir-se à altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes científicos e culturais sua finalidade estritamente profissional e sem abrir seus quadros rígidos à formação de todas as profissões que exijam conhecimentos científicos, elevando-as todas a nível superior e tornando-se, pela flexibilidade de sua organização, acessível a todos [...]. De fato, a universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas (MANIFESTO, 1932, p.55-58).

A estruturação do ensino superior também deveria ser reformulada, pois um ensino exclusivo para elites não atenderia às reais necessidades do Brasil. Era preciso profissionais com formação em nível superior, em todas as áreas do conhecimento, não apenas bacharéis como nas engenharias, direito e medicina.

Neste propósito, a universidade deveria ser para “todos”, não restrita aos interesses de uma minoria elitizada, seu propósito seria acompanhar os demais setores da economia, indo muito além do profissionalismo, provendo cultura, ciência e tecnologia. Sobre isso, diz ainda o documento:

A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita, como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a triplíce função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes (MANIFESTO, 1932, p.55-56).

O manifesto expressa os conceitos de uma educação universitária, ao mesmo tempo em que apresenta uma crítica ao sistema de educação vigente. O ensino superior apresentaria os princípios da extensão

universitária, não se restringindo apenas aos “muros” das universidades, devendo estender-se aos demais setores da sociedade.

Neste cenário é importante destacar o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, em seu art. 5º, a formação de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências:

I-Congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras; (sem grifos) (BRASIL, 1931).

O documento neste momento delineava o ensino superior brasileiro, destacando a importância na formação de profissionais liberais e dificultando o surgimento de novas universidades pelo País, por delimitar os cursos exigidos para formação dessas instituições.

Em lugares distantes dos grandes centros urbanos, as novas IES encontrariam problemas na admissão de professores que formariam os quadros mínimos de docentes desses cursos. Não é de se estranhar que as primeiras universidades, tenham emergido em locais com maior concentração populacional:

Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais estaduais e livres (BRASIL, 1931).

Este decreto, acabava restringindo a criação de “novas universidades” indiretamente encaminhava a educação superior à privatização. O documento destacava que o ensino superior no Brasil seria ministrado pelo sistema universitário, podendo ser ofertado por institutos isolados, além de outras recomendações.

Em 1942, destacamos algumas reformas, algumas vindas por meio das “Leis orgânicas do ensino”, como a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Que, devido à rápida industrialização do Brasil, essas

reformas visam a um aprimoramento para educação profissionalizante (SILVA,2010).

Uma das defesas de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública entre 1934 a 1945, foi de que o governo federal controlasse todas as modalidades da educação. Deste modo o ensino seria centralizado, acabando com a autonomia dos municípios e dos estados. Esta política se estenderia até 1961, com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº4.024/61. Com a presente Lei, os estados e municípios ganhariam maior autonomia e liberdade na organização dos sistemas de ensino:

A universidade pública no Brasil, como em muitos outros países, foi proposta para suprir elementos essenciais para a construção nacional que estavam ausentes nas instituições isoladas de ensino profissional superior, como a formação de lideranças culturais e de quadros docentes, assim como para a realização de investigação científica e para a produção cultural (MENEZES, 2000, p. 20).

As elites econômicas e políticas da época, expressando os preceitos liberais, entendiam que a educação era o meio necessário para alcançar o progresso e modernização do País. Diante deste cenário e da necessidade de modernização dos sistemas de ensino que se colocava naquele momento é que iremos avançar na discussão a seguir, abordando o financiamento do ensino superior.

O ensino superior e sua gestão política e econômica

As mudanças socioeconômicas após 1950 demandariam maior nível de formação. Com a necessidade de mão de obra especializada, havia o interesse de melhor qualificação. Contudo, o sistema educacional não tinha condições de oferecer recursos humanos suficientes para o desenvolvimento econômico que o País necessitava naquele momento.

A partir da segunda metade dos anos 1950, a implantação da indústria de base criou uma quantidade e uma variedade de novos empregos. Mas a oferta de trabalho não significou emprego, pois havia exigência da qualificação para a adequação às atividades próprias de cada nível e ramo de ocupação. A educação, portanto, passou a ser o único caminho disponível para a conquista dos postos nas empresas e indústrias (ASSIS, 2012, p.323).

Neste contexto verificamos a efetivação de diversas reformas educacionais, constatamos que havia uma “pressão” social e políticas para reformulação das estruturas do ensino no Brasil. Intelectuais, professores e demais representantes da sociedade civil demandavam melhores condições ao ensino que atendessem à realidade do País.

Na década de 1960, o mundo vivia à mercê de um conflito político-ideológico, entre os Estados Unidos e a antiga URSS, a “Guerra Fria”, uma disputa marcada pela divisão entre interesses do capitalismo e do socialismo. Este conflito foi um dos elementos que justificaram os interesses americanos na educação brasileira.

Consideramos que a partir deste momento, a existência de uma proximidade nas relações econômicas e políticas entre o Brasil e os EUA. Os militares decidiram que a melhor alternativa para o desenvolvimento da educação brasileira era a reformulação dos sistemas educacionais, a partir do modelo americano. Deu-se início aos acordos de cooperação entre MEC e a USAID:

Estes países, como o Brasil, necessitaram incorporar tecnologia estrangeira para iniciar seu passo decisivo na constituição de uma economia capitalista, através de uma modernização ancorada na urbanização e na industrialização (NOGUEIRA, 1999, p.72).

A ideologia hegemônica entendia que para libertação do atraso econômico e social brasileiro, era preciso um investimento no ensino superior, especificamente nas áreas tecnológicas voltadas ao desenvolvimento nacional:

[...] a concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 1940, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles como um imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país (CUNHA, 2007, p.24).

Observamos como, a aproximação com a *Agency for International Development* (USAID) não teria se dado a partir dos norte-americanos, mas exigida principalmente pelas lideranças políticas e dirigentes educacionais da época. Por muito tempo alunos, professores e demais autoridades educacionais solicitavam uma reformulação em todas as esferas educacionais no Brasil. A USAID, viu neste cenário brasileiro, terreno fértil para semear seus princípios.

Nas palavras de Nogueira (1999), existia uma discrepância, entre o que foi financiado e o que foi “doado” pela USAID ao Brasil. De 1960 a 1965 dos recursos repassados pela agência ao Brasil, 98% eram financiados e apenas 2% doados, destinados à formação de professores e modernização das instituições educacionais.

Contudo, questionamos: De fato era necessário recorrer à ajuda externa? Ao observarmos o cenário econômico e o panorama educacional brasileiro nesse momento, concluímos que não havia possibilidades da reorganização dos sistemas, uma modernização por parte do governo federal brasileiro, como considera Alves:

É preciso que se tenha uma boa-fé beirando a idiotice para se imaginar que, estando os centros de decisão das grandes indústrias instaladas no Brasil fora do nosso País, pudessem ou quisessem elas determinar o desenvolvimento da Universidade brasileira no sentido de aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos independentes (ALVES, 1968, p.25).

As indústrias estrangeiras instaladas no Brasil priorizavam a importação de mão obra de seus países de origem, afinal, não era viável financeiramente o investimento na qualificação de mão obra local. O desenvolvimento técnico e científico brasileiro interessava ao governo.

A aplicação de um projeto educacional, baseado no modelo norte-americano, encaminhava a universidade brasileira a um modelo onde apenas a elite seria priorizada. Com isso, os acordos entre MEC/USAID, além de reformular as estruturas do ensino superior, afirmariam a posição de dependência do Brasil em relação aos EUA:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: ‘fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes’ (MÉSZÁROS, 2008, p.15).

A educação ao invés de ser o elemento principal de mudança social, acabava sendo um instrumento de reprodução da lógica capitalista bem como para manutenção dos interesses de uma minoria privilegiada.

Isso justifica a intenção da transformação das universidades brasileiras em fundações. Essas não teriam condições financeiras de se manter, dependendo para isso de doações particulares, condenando o Brasil ao subdesenvolvimento. Nesse sentido:

A política educacional brasileira flui ancorada num diagnóstico educacional que considera a educação diretamente responsável pela modernização econômica e como uma determinante central da ineficiência interna ao criar empecilhos à competitividade dessa mesma economia no cenário da globalização do capital (DEITOS; LARA, 2012, p.52).

A educação era colocada pelas elites como a principal responsável pelo desenvolvimento de um País. Isso justificava a “Teoria do capital humano”, cujos princípios eram difundidos no Brasil, naquele momento. Em grande medida, a universidade pública não era de interesse das elites hegemônicas. A transformação das universidades em fundações levou o Brasil ao atraso educacional. Por consequência, acabaríamos excluindo ainda mais a possibilidade de acesso dos estudantes oriundos das classes baixas.

A demanda pela educação superior, também impulsionada pela pressão social, especialmente pelos setores médios, levou o governo a investir e incentivar o setor privado. Paralelamente, os militares criaram escolas de ensino técnico para atender às camadas populares, mantendo o ensino superior público acessíveis para poucos e facilitando a expansão do setor privado (GERMANO, 1994).

Neste contexto é relevante destacarmos, que umas das principais características do ensino superior neste período é o crescimento da iniciativa privada, intensificada após a década de 1960, pelos governos militares em que diversas ações do Estado são tomadas em benefício da iniciativa privada e sua expansão. Explicitando-se com maior rigor, uma tendência à privatização e valorização do setor privado de ensino (GERMANO, 1994).

Sobre o financiamento da educação superior verificamos uma redução no investimento, a partir de 1970, nos gastos com a educação superior pública. Esse fato se explica principalmente pela ampliação do setor privado de ensino, considerando que a educação superior pública nesse período não foi contemplada com investimentos adequados pelo poder público:

Ora, se o aporte de recursos no orçamento diz respeito a uma "seletividade estrutural" de classe, é evidente que o Estado, dependendo da correlação de forças existente, vai privilegiar os setores e as metas mais significativas para a manutenção da dominação burguesa. O atendimento das necessidades objetivas das classes subalternas só é possível quando elas conseguem se organizar politicamente, acumulando forças e capacitando-se para participar dessa contenda distributiva que é a luta pela definição de prioridades nos gastos do Estado. (GERMANO, 1994, p. 200).

Verificamos como o Estado, não tendo a possibilidade de agregar mais recursos à educação, abre caminho por meio da legislação, para a ampliação e facilitação de instituições de ensino privadas. Essa ampliação acabou sendo uma forma que fragilizar a qualidade da educação superior. Muitas vezes as instituições privadas se concentram na preparação para o

mercado de trabalho, mas acaba não ocorrendo uma formação completa dos alunos.

Para atrair os empresários do setor privado, o governo teve que reduzir o rigorismo para autorização de novas IES e cursos superiores. Por outro lado, o Estado, ao reduzir as exigências para criação de novos cursos universitários, atraiu o interesse da iniciativa privada, vendo uma ocasião para “lucrar”:

Apesar disso, vários mecanismos foram criados com o objetivo de financiar a educação pública e outros investimentos de "alcance social", como o salário-educação (1964), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) de 1974, o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) de 1982, as bolsas MEC/MPAS (Ministério de Previdência e Assistência Social), o Crédito Educativo, entre outros. Tais mecanismos se prestaram, no entanto, a transferir somas apreciáveis de recursos para os grupos empresariais privados que atuam na área do ensino, sob a forma de bolsas de estudos, isenção de impostos, empréstimos subsidiados para a construção e equipamentos escolares [...] (GERMANO, 1994, p. 199).

Nesse contexto prevalecia uma política de formação voltada ao mercado. A qualificação técnica apresentava uma redução de custos ao Estado, além de preparar em menos tempo comparado a um curso de nível superior.

A demanda estudantil foi um fator fundamental para ampliação do setor privado de ensino superior, mas, afinal, que motivo levou à procura maior por esta modalidade de ensino nesse período? Outro elemento que acabou influenciando neste processo foi o crescimento populacional no Brasil, principalmente urbano, como observamos no quadro a seguir:

Quadro 1- População do residente no Brasil 1950 - 1991

Anos	1950	1960	1970	1980	1991
Urbano	18.782.891	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826
Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Fica evidente o aumento populacional no Brasil de 1950 a 1970, com um crescimento superior 280% na área urbana. Esse elemento foi importante para que uma demanda maior por educação fosse necessária. Nesta lógica entendemos, que na própria educação básica, na medida em que há demanda por uma maior escolarização, há a necessidade de mais docentes graduados nas disciplinas específicas que compõe o currículo escolar, com isso consideramos que o aumento populacional no espaço urbano é um elemento que contribui para esta crescente demanda educacional.

Podemos elencar vários elementos que influenciaram no aumento da população urbana do Brasil, entre eles: a migração rural para os centros urbanos e a rápida e crescente industrialização. No entanto, não explicamos a crescente procura pela educação superior apenas com o crescimento populacional, mas também pela facilitação do acesso ao ensino, como observamos no quadro a seguir, ao apresentar o crescimento pela demanda da educação:

Quadro 2- Número de Inscritos, Vagas e Excedentes nos Cursos de Graduação no Ensino Superior do Brasil

Anos	Nº de Inscritos (A)	Nº de Vagas (B)	(1960-1971)		Relação Excedentes/Inscritos
			Nº de Inscritos por Vaga	Nº de Excedentes no Ano (C = A - B)	
1960	64.637	35.909	1,8	28.728	44,4%
1961	70.147	38.971	1,8	31.176	44,4%
1962	70.942	47.295	1,5	23.647	33,3%
1963	86.716	51.009	1,7	35.707	41,2%
1964	97.481	57.342	1,7	40.139	41,2%
1965	110.834	58.334	1,9	52.500	47,4%
1966	123.379	58.752	2,1	64.627	52,4%
1967	183.150	79.630	2,3	103.520	56,5%
1968	214.966	89.582	2,4	125.384	58,3%
1969	276.904	115.377	2,4	161.527	58,3%
1970	328.931	145.000	2,3	183.931	55,9%
1971	400.958	239.782	1,7	161.176	40,2%

Fonte: Cunha, 1975, p. 34. *Apud*, Carvalho, 2002.

No quadro observamos que desde 1960 até 1971 o número de inscritos sempre excedeu o número de vagas disponíveis nos cursos de graduação. No entanto, mesmo com o aumento de vagas a demanda não foi atendida pela crescente procura de curso superior. Os dados não apresentam uma subdivisão entre público e privado, mas indicam um

elemento fundamental que é “a demanda”, pelo curso superior. Neste cenário que o setor privado vai perceber um caminho para sua existência, pois se existem a procura naturalmente existirá a oferta.

Neste contexto social e político, o ideário do capital humano, embora já formulado no século XVIII por Adam Smith, em “A Riqueza das Nações” (2003), ganhou destaque nos EUA principalmente após 1950. Esta teoria encontraria “terreno” ideal para sua expansão, após a segunda guerra mundial, assim como os países onde a participação americana se fez presente:

Em suma, quer do ponto de vista das relações imperialistas no âmbito mais global, quer do ponto de vista mais restrito de uma determinada formação social, a teoria do capital humano é produzida e utilizada como mecanismo para salvaguardar os interesses do capital monopolista (FRIGOTTO, 1989, p.130).

Nesta lógica o trabalhador passa a ser remunerado de acordo com sua capacidade de trabalho e a “mais valia”, criando o imaginário que o empregado mais qualificado, mas não menos explorado, produzirá um determinado produto ou serviço em um tempo reduzido, que poderá ser convertido em lucro para o detentor do meio de produção.

A educação nesta concepção passa a ser vista como um produto com valor de uso e troca. Nesse sentido, Theodore William Schultz, um dos pensadores que discute a questão do “capital humano”, considera que uma das melhores opções para formação de capital humano é a qualificação dos indivíduos.

Dentro desta lógica o impasse da universidade situava-se numa linha de continuidade com o meio socioeconômico, criava-se o imaginário da ascensão social por intermédio da educação:

Entretanto, ao mesmo tempo, por um mecanismo interno que acelerava a concentração da renda, bem como pelo caráter dependente do desenvolvimento centrado nas ações das empresas multinacionais, estreitavam-se cada vez mais os canais de ascensão social, que são o meio através do qual, se ampliam os

setores médios. Desta forma, a modernização da economia fazia da escolarização, senão a única, pelo menos a principal via de ascensão social. Daí a forte pressão das camadas médias no sentido da “democratização” da universidade, evidenciada pela mobilização estudantil (SAVIANI, 1987, p.97).

Segundo Saviani (1987), diante do cenário brasileiro da década de 1950, com instalação de empresas multinacionais, a única maneira de ascensão social seria por meio da educação. O ingresso em um curso superior era uma forma de garantir uma boa qualificação e emprego.

Em síntese, quanto maior o incentivo à educação em um País, mais rapidamente este desenvolve sua economia. O trabalhador também teria a crença de que, quanto mais qualificado, mais valorizado, e, por conseguinte, melhor seria sua remuneração:

É importante notar-se que, especialmente após 1960, em todos os países latino-americanos surgem órgãos de planejamento no âmbito econômico, social e educacional. O planejamento, antes concebido como uma coerção estatal restrição das liberdades individuais, mento dos países comunistas - passa a ser incorporado como instrumento do Estado "democrático", interessado em facilitar os mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento, legitimando, desta forma, o intervencionismo (FRIGOTTO, 1989, p.127).

Segundo esta lógica, quanto mais treinada a força de trabalho, melhor seria o seu desempenho na economia e um retorno mais qualitativo financeiramente para o detentor dos meios de produção. Assim, os empresários, neste sentido, viram uma oportunidade de melhores lucros:

A concepção do capital humano, como vimos, postula que educação e o treinamento potenciam trabalho e, enquanto tal, constituem-se num investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico. Um acréscimo marginal de treinamento, de educação, corresponderia a um acréscimo marginal na produtividade do indivíduo. Do investimento em educação redundariam taxas de retomo sociais ou individuais. Há, nessa concepção, um vínculo direto entre educação e produção. O que se discute é apenas se esse vínculo se dá mais ao nível do aprendizado de habilidades, do desenvolvimento de "atitudes" funcionais ao processo produtivo. A partir dessa concepção linear deriva-se, como

discutimos anteriormente, a ideologia burguesa do papel econômico da educação. A educação e a qualificação aparecem como panaceia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos. O problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não qualificação (FRIGOTTO, 1989, p.136).

Na teoria do capital humano, a educação coloca-se como sendo força de transformação da sociedade. Ao mesmo tempo, o indivíduo que não se qualifica, segundo esta ideologia torna-se responsável pelo seu fracasso pessoal.

O “capital humano” é todo o conhecimento que é investido em um indivíduo, esperando que se torne mais produtivo, dando retorno àquele que investiu. Evidentemente, na educação pública gratuita, espera-se que o sujeito que acumulou este conhecimento retorne à sociedade como um membro mais qualificado, gerando produtividade.

Como afirma Frigotto (1989), o ato de “tecnificar a educação” concebendo como uma empresa, aplicando técnicas como se fossem máquinas, tinha produzido bons resultados. A educação passa a ser utilizada como meio de modernização e progresso, principalmente no Brasil, tendo como função proporcionar equilíbrio entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas.

A educação é considerada uma mercadoria subordinada aos interesses do mercado, produzindo capital humano de acordo com a demanda e as necessidades do capital:

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos (MÉSZÁROS, 2008, p.16).

Na sociedade elitizada a educação passa a ser considerada uma mercadoria, para conservação de status dos detentores do poder e do capital. Entendemos que a natureza da educação está interligada à natureza do

trabalho, à medida que este depende da qualificação do trabalhador. Considerando que vivemos em uma sociedade caracterizada pelas classes sociais, as pessoas são tratadas como produtos do sistema capitalista.

Ao considerarmos a educação como instrumento transformador da sociedade, levamos em conta diversos aspectos sociais no contexto que a mesma estava inserida. Isso “[...] nem sempre significa que ela está voltada para a superação das condições sociais existentes, [...]” (ORSO, 2010, p.2). A educação analisada como transformadora da realidade social, tem como função atender às necessidades básicas da formação dos sujeitos que a mesma compreende.

O capital apropria-se da educação, atrelando-a ao mercado de trabalho, modelando os indivíduos aos hábitos do consumo, como base da vida, criando o imaginário que, para a elevação de um *status* é primordial investir na formação profissional.

A rigor, a formação da maioria das universidades no Brasil, esteve relacionada aos interesses dos grupos hegemônicos no poder. Historicamente, a educação superior, vem sendo utilizada como instrumento para manutenção e formação dos quadros de pessoas para a gestão dos interesses desta classe:

O capitalismo não prescindiu das ações estatais, mas é nelas que ganha corporeidade e estabilidade de reprodução e acumulação de capital. O Estado, desse modo, é constituinte do capitalismo assim como o capitalismo é constituinte do Estado, que é resultante das relações e mediações que se materializam com a luta de classes e compõem o processo de produção, circulação e acumulação de capital (DEITOS, 2012, p.214).

Percebemos como o Estado condicionou a reprodução do sistema capitalista ao proporcionar o crescimento das instituições privadas, favorecendo sua hegemonia diante das IES públicas. Desse modo, ele é o constituinte do capitalismo à medida que irá intermediar as relações que se materializam na luta de classes.

Quando o governo não investe adequadamente na educação pública, acaba não atendendo a demanda necessária. O setor privado percebe o caminho para sua hegemonia, e o Estado, indiretamente, cria as condições e incentivos para predominância do setor não público.

Nesse sentido, questionamos: O mercado de trabalho tem o poder de absorver todos os formados? Sem dúvida que não, mas esta afinal é a lógica do capital, formar uma grande quantidade de “recrutas” dispostos a se sujeitarem a baixos salários e a exaustivas horas de trabalho sob o interesse do patrão.

Mas, por outro lado, se a universidade formasse apenas o que o mercado requisita, não cumpriria sua função de integração entre o saber acadêmico e a sociedade, sendo assim estaríamos eliminando as possibilidades de ascensão social e econômica dos menos favorecidos. Embora a universidade estivesse voltada para atribuições do mercado de trabalho, muitas vezes os próprios docentes tentavam formar cidadãos de uma maneira mais crítica.

Embora as IES privadas tenham de certo modo cumprido sua função na formação de “diplomados”, as universidades públicas trabalham com uma diversidade de fatores que dependem de um retorno social para seus financiadores, ou seja, a sociedade como um todo. Dessa forma, temos o que diferencia o público e o privado na educação brasileira.

O ensino superior nas constituições brasileiras

Ao trabalharmos com a relação entre educação e Estado é importante observar os elementos que a legislação brasileira evidenciava, em especial a lei magna de um País. A primeira Constituição do Brasil de 1824, faz menção sobre a educação no inciso XXXII. “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, Constituição 1824).

A educação primária neste primeiro momento seria gratuita a todos os cidadãos, no entanto, neste parágrafo cabe questionarmos: Quem era

considerado um cidadão brasileiro nesse momento? Percebemos uma população que, em sua maioria, era formada por escravos negros. Embora não seja nosso objeto de estudo a oferta de educação na legislação de frente-se com outro problema, a escravidão.

Sobre a educação superior, inciso XXXIII. “Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes” (BRASIL, Constituição 1824). Não trouxe maiores detalhes sobre as especificidades desta modalidade de ensino. Percebemos que não houve profundas mudanças do sistema de ensino em relação ao que já vinha sendo praticado.

Na Constituição 1891, primeira do período republicano, constatamos no art. 35, inciso IIIº, apontamentos sobre a educação “3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; e 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal” (BRASIL, Constituição 1891).

Em 1891, surge o princípio da separação entre Estado e Igreja, em seu art. 72 inciso VIª, “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, Constituição 1891). O Estado deveria ser “laico” e imparcial perante a religião e a educação. No entanto, a Igreja Católica, ao perceber o enfraquecimento de sua hegemonia passou a pressionar o Estado por maior participação no espaço educativo. Como destaca Saviani:

Com essa força organizativa, os católicos constituíram-se no principal núcleo de ideias pedagógicas a resistir ao avanço de ideias novas, disputando, palmo a palmo com os renovadores, herdeiros das ideias liberais laicas, a hegemonia do campo educacional no Brasil a partir dos anos de 1930 (SAVIANI, 2008, p.181).

Nesse momento também houve uma grande pressão pelos dirigentes e líderes religiosos para que a Constituição de 1934 incorporasse a educação religiosa, como também a oferta de bolsas pelo Estado para que os alunos estudassem nas instituições privadas católicas.

Após a República, o Decreto nº. 11.530 de 1915, apontava no art. 99: “Não haverá alumnos gratuitos nos institutos de ensino superior (BRASIL, Decreto 11.530)”. Percebemos como o ensino superior se encaminhava

para uma tendência privatista. Posteriormente, o Decreto nº 16.782-a, de 13 de janeiro de 1925:

Art. 239. Em todos os annos do curso serão admittidos cinco alumnos gratuitos: o primeiro será o que tenha obtido média mais elevada de approvação no exame vestibular ou no anno anterior, decidindo o director em caso de empate; o segundo será indicado pelo Governo; e os tres restantes serão escolhidos pelos proprios collegas de anno, em reunião presidida pelo vice-director e na fórma prescripta pelo regimento interno. § 1º. Fica entendido que a gratuidade só poderá ser concedida ao alumno approved com média geral de anno supeior a sete, salvo quanto ao 1º anno. superior (sem grifos) (BRASIL, Decreto 16.782-a, 1925).

De certa forma, surge uma mudança no sistema de educação superior que visava à concessão de bolsas de estudos para selecionar alunos que não pagariam as mensalidades do curso superior. O decreto aponta até mesmo os critérios para a seleção dos bolsistas. Novamente no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931:

No art. 100. § 4º As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluidas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua applicação e intelligencia, ao auxilio instituido. (BRASIL, Decreto 19.851,1931).

Percebemos como o Decreto 19.851, em tese, beneficiava alunos que não tivessem condições financeiras. Nesta linha de pensamento, Cunha (1991b) aponta que desde a década de 1930 já se discutia a possibilidade da gratuidade do ensino superior público no Brasil. No entanto, a Constituição de 1934, garantia à gratuidade apenas ao ensino primário, diante da expectativa frente a gratuidade a Constituição de 1946 pouco avanço trouxe nesta questão.

Na Constituição de 1934, verificamos no art. 150 no que compete à União. “[...] a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo

ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível” (BRASIL, Constituição 1934). O ensino primário passaria a ser obrigatório, assim como uma tendência a educação gratuita posterior ao primário.

Também verificamos características da privatização, referentes aos incentivos à educação particular. “[...] Art. 154 Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo” (BRASIL, Constituição 1934).

Os estabelecimentos de ensino “idôneos”, regulamentados na forma da lei, não pagariam impostos ao Estado. O governo, ao inibir a cobrança de tributos às instituições de ensino particulares diretamente estimulava sua hegemonia diante do setor público. Embora a Constituição 1934 não seja específica sobre a educação superior, poderia ser aplicada às faculdades particulares, como destacava em seu art. 156:

A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos (BRASIL, Constituição 1934).

O referido artigo da Lei, apresentava a preocupação com o sistema de ensino público, explicitando o valor mínimo referente aos investimentos com educação. O Estado tinha por obrigação o investimento de uma cota mínima de 10% de sua arrecadação com educação. Sobre isso, a Constituição de 1937 estabeleceu:

Art. 129 A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais[...]. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos

Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, Constituição 1937).

Neste momento havia uma preocupação com relação à infância e juventude, assim como é destacada a oferta às “classes menos favorecidas”, às quais o Estado deveria dar aporte. Percebemos como a questão do “social” começa a ganhar destaque, isso ocorria também pela crescente capacidade de organização social e pressão aos dirigentes do governo. A Constituição de 1946, no Art. 167, diz que:

O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. Art. 168 inciso II o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; (BRASIL, Constituição 1946).

Esta Constituição não restringia ao setor privado a oferta de nenhuma modalidade de ensino, ressaltava o primário gratuito como o ensino superior àqueles que não tivessem recursos financeiros.

É importante considerarmos a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, assinada pelo Presidente da República João Goulart. Foi resultado de um debate de mais de 13 anos de (1948 a 1961). Isso se deu principalmente pelo desentendimento entre os grupos envolvidos neste projeto, em que os defensores dos interesses públicos e dos interesses privados se enfrentavam no sentido de fazerem valer seus interesses. De um lado estavam os denominados “partidos de esquerda”, representado o Estado, de outro os “partidos de direita” ou liberais, representando a Igreja e os setores privatistas e sua hegemonia da educação.

Em linhas gerais, no que tange ao ensino superior, a LDB de 1961, Lei nº 4024/1961, destaca no art. 66, que: “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (BRASIL, 1961).

No art. 9º “Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições conferidas por lei, compete: a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares” (BRASIL, 1961). Observamos como a presente lei atribuía ao Conselho Federal de Educação (CFE), a regulamentação e a normatização das instituições superiores federais e privadas. Os estabelecimentos estaduais ficariam sob responsabilidade dos Estados.

Sobre a gratuidade do ensino superior, o art. 83 estabelecia que: “O ensino público superior, tanto nas universidades como nos estabelecimentos isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos” (BRASIL, 1961).

Com base no art.83, percebemos que a presença de uma universidade não era garantia de gratuidade ao ensino. Esse foi um processo um pouco mais longo no decorrer da história da educação brasileira, que contou com a pressão de diferentes segmentos da sociedade frente ao Estado.

Como afirma Cunha, a Lei 4024/1961 delineava os interesses privatistas quando transferiu aos conselhos de educação estaduais e federais funções e poderes anteriormente nas mãos do poder executivo. O problema que os líderes desses conselhos eram indicados pelos governantes, muitas vezes influenciados pelo empresariado que não deixava de expor suas intenções (CUNHA, 1991a).

Na própria Constituição Federal de 1967, quanto ao ensino, em seu, art. 168: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos” (BRASIL, 1967).

A Constituição foi mais uma manobra do Estado que visava à desobrigação em investimento na educação. No início de 1970, o ensino superior brasileiro encontrava-se estruturado nas bases da Lei Federal nº 5540/1968. A educação superior, segundo seus princípios, nesse contexto deveria relacionar-se ao mercado de trabalho, cuja concepção, se concentrava na “teoria do capital humano”.

No trabalho sobre contextualização histórica do ensino superior no Brasil, é importante abordarmos como o público e o privado, estiveram presentes no processo de modernização e crescimento deste nível de ensino. Consideramos que a política educacional colocada em prática após a reforma universitária de 1968, acarretou na renovação do sistema universitário como um todo.

Deste modo destacamos que o Estado militar interferiu de diferentes formas no campo educacional; diretamente por meio de reformas educacionais e indiretamente no movimento e contenção das ações que não convinham aos seus interesses. Os militares reprimiram o movimento estudantil após o golpe em 1964, radicalizando as ações em 1968, com a invasão da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro e a implementação da Lei Federal nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, ou Lei Suplicy⁶, em seu art. 14.

É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares (BRASIL, 1964).

Esta lei desmobilizava o movimento estudantil, colocando-o na ilegalidade. Tal atitude trata-se “[...] não somente de afastar e punir portadores de ideias consideradas marxistas ou subversivas” (GERMANO, 1994, p. 109). Tratava-se, acima de tudo, de eliminar adversários políticos.

O decreto Federal, lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, assinado pelo presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), instituiu que todo professor, funcionário ou aluno que fosse detido, aliciando ou participando de movimentos estudantis, vistos como “contrários” ao Regime, seriam punidos de acordo com a lei. Este decreto, além de tornar ilegal o movimento estudantil, já proibido pela Lei Federal 4.464/1964, exonerava professores condenados pelos atos contrários ao Regime.

⁶ Denominada assim por ser criada pelo ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda.

Não foram poucos os estudantes e professores alvos da ditadura. Uns foram presos, outros torturados ou mortos, devido às reivindicações contrárias à ideologia dos militares. Na realidade, não houve um desinteresse pela educação e sim um combate ao pensamento dos adversários políticos e uma extinção do exercício da crítica.

Também é importante destacarmos neste processo, o Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969 que incluía a disciplina Educação Moral e Cívica como currículo obrigatório, em todos graus de ensino nos sistemas ensino no Brasil, além da disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB), com base no inciso: § 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira." (BRASIL, Decreto Lei nº 869).

Neste contexto social e político foi promulgada a Lei 5692/71, considerada um elemento fundamental para o estabelecimento da ordem social. Com objetivo de intensificar o controle da sociedade como um todo, era primordial que os sistemas populares de ensino se enquadrara nos objetivos da nova ordem política e econômica:

O ajuste em questão foi feito através da Lei 5.540/68 que reformou a estrutura do ensino superior sendo, por isso, chamada de lei da reforma universitária. O ensino primário e médio, por sua vez, foi reformado pela Lei 5.692/71 que alterou a sua denominação para ensino de primeiro e segundo graus. Com isso os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61) relativos ao ensino primário médio e superior foram revogados e substituídos pelo disposto nessas duas leis (SAVIANI, 2008, p.21).

O objetivo da Lei nº 5.540/1968, era assegurar a eficiência e modernização do ensino superior, com vistas à formação e qualificação a fim de suprir a necessidade de mão obra no Brasil diante das novas demandas das relações capitalistas, em sua fase industrial emergente.

Uma reforma no sistema de ensino viria em consonância com os objetivos do Estado Militar:

Ora, tais dispositivos, aparentemente apenas administrativos e pedagógicos, tiveram, no entanto, o significado político de provocar a desmobilização dos alunos que, não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo turno, ficaram impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como a consistência e relevância dos conteúdos transmitidos. Além disso, a adoção do vestibular unificado e classificatório aliado ao ciclo básico teve o condão de desarmar, ao eliminar artificialmente a figura dos excedentes, as pressões organizadas por mais vagas globalmente oferecidas pela universidade, como também as reivindicações pela ampliação das vagas nas carreiras especificamente mais procuradas (SAVIANI, 1987, p.97-98).

Algumas dessas medidas tinham por finalidade a dissolução dos grupos de alunos organizados. A adoção do vestibular, um tipo de exame com o intuito de conter as massas menos favorecidas, acabou sendo um aparato classificatório que apenas os mais aptos poderiam adentrar nas universidades:

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida ‘sociedade dos produtores livremente associados’. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a ‘efetiva transcendência da auto alienação do trabalho’ seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente social (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

A educação nesse contexto tornou-se um sistema de reprodução das ideologias dominantes. Uma das medidas adotadas após a “reforma do ensino superior” foi a adoção do vestibular, sendo uma forma de seleção ao ingresso ao curso superior. Percebemos como no governo militar algumas ações foram tomadas com a finalidade de aproximar a universidade aos interesses do mercado, baseadas na ideologia do capital internacional.

Outra medida implementada pela reforma universitária, foi a extinção da cátedra e a implementação dos departamentos, ação que visava,

entre outras, uma fragmentação e um controle mais acirrado dos professores. Isso porque assim, seria muito mais fácil controlar os planos de ensino dos docentes bem como suas atuações em sala de aula.

A estrutura departamental traria como consequência o isolamento dos cursos nas instituições, nada mais que desejável pelo sistema, a dissolução e desorganização dos docentes. Mas como a reforma de 1968 influenciaria na sociedade? A princípio, parece um elemento deslocado e isolado sem qualquer relação com demais aspectos da sociedade. Essa reforma revia as estruturas do ensino, interferindo na formação dos professores que atuavam nas diversas etapas escolares na formação de futuros membros da sociedade.

Alguns elementos da reforma universitária, na tentativa de modernizar a estrutura educacional, se transformaram em elementos excludentes e elitistas. A adoção do vestibular acarretou a limitação das vagas de acesso ao ensino superior, favorecendo a procura pela iniciativa privada, e esta acabou sendo beneficiada com a isenção de impostos e facilitação de expansão por meio da legislação.

À medida que a demanda por vagas é superior à oferta pelas IES, torna-se necessário um sistema para “frenar” esse público. O concurso do vestibular classifica gradativamente os aprovados tornando aptos aqueles com as maiores notas no processo seletivo, excluindo os “menos capazes”, simultaneamente estimulando que os sujeitos excluídos, procuram a iniciativa privada.

No setor privado, quando esta demanda é superior às vagas disponíveis há a necessidade de “mais” instituições privadas para atender ao público. Ou seja, é “a demanda que determina a oferta”. Podemos caracterizar que a partir da década de 1960, este crescimento acelerado do setor privado foi decorrente de algumas políticas educacionais intencionais pelo governo federal.

O Brasil ao mesmo, tempo procurava a internacionalização de sua economia, incorporando o crescimento do nacionalismo. Na legislação, favorecia o setor privatizado e a mercantilização da educação. Tanto a Lei

5.540/1968, quanto a Lei 5692/1971 apresentavam visivelmente os objetivos dos grupos hegemônicos, uma formação acrítica e tecnicista para o mercado de trabalho.

Apenas em 1996, com a LDB 9394/1996 que seriam anunciadas algumas mudanças na educação superior. Com a nova LDB, há maior autonomia das universidades e centros universitários. Esta constitui um marco na história da educação do Brasil, desencadeando um movimento de reformas políticas e institucionais em todas as modalidades de ensino.

Um dos aspectos mais relevantes sobre o ensino superior, na LDB 9394/1996 se refere aos seus objetivos e finalidades. Com destaque para a importância da pesquisa e extensão, pesquisa e ensino. Tem como objetivo principal, de acordo com o art. 43, inciso I: “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”. Uma verdadeira ruptura no que se refere aos princípios da educação.

Quanto à extensão o art. 43, inciso VII, destaca; “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. O incentivo à extensão universitária que atendesse a sociedade e a comunidade universitária.

Uma IES tem o papel de contribuir significativamente para o desenvolvimento cultural de uma região, contudo, mas muitas vezes, o que se valoriza é apenas seu potencial para alavancar o crescimento econômico. Muitas vezes não consideramos sua dimensão, auxiliando social e culturalmente por meio de projetos de extensão que se desenvolvem com a comunidade local e regional (TURMENA, 2009).

A universidade tem um papel importante nas mudanças socioeconômicas, favorecendo os desenvolvimentos econômicos, culturais e sociais, principalmente nos locais onde ela se encontra, buscando através de suas atividades básicas identificar as necessidades de formação acadêmica e vinculação às necessidades da sociedade e desenvolvimento dos setores produtivos locais (GOEBEL, 2004, p.39).

Um das consequências positivas das universidades públicas, consiste na oferta da pesquisa e extensão, uma forma de oferecer às comunidades acadêmica e não acadêmica um retorno daquilo que a sociedade investiu nela mediante a arrecadação de impostos.

Capítulo II

A interiorização do ensino superior no Paraná

Para compreender a formação das IES no Paraná, levamos em consideração que a história da educação superior está relacionada, em grande medida, ao desenvolvimento econômico e político do Estado. Para tanto destacamos as mudanças que ocorreram na comarca a partir da emancipação política de São Paulo, em 1853.

O então presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcelos ficou responsável pela implementação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da nova província, por 36 anos (1853-1889), tendo neste curto espaço de tempo 41 presidentes, uma demonstração da instabilidade administrativa e política dos governantes (WACHOWICZ, 1988).

Com a instauração da República, evidenciamos uma preocupação dos dirigentes políticos do então “Estado”, com a efetivação de políticas públicas voltadas para o crescimento econômico. No entanto, a fragilidade na administração não permitia uma efetivação de políticas concretas em alguns setores, possibilitando o domínio da iniciativa privada na área educacional. A burguesia urbana emergente necessitava de profissionais liberais habilitados em determinados setores, juntando-se a isso a necessidade de uma Universidade no Estado. Nas palavras de Wachowicz:

Foi a universidade um elemento importante no impulso do progresso paranaense. Colaborou decisivamente para que o Paraná pleiteasse um lugar de destaque entre os mais prósperos estados brasileiros, transformando sua capital num dos maiores centros culturais do País (WACHOWICZ, 1988, p. 207).

Em 1912, quando é criada a Universidade do Paraná, posteriormente a atual UFPR, verificou-se a necessidade de profissionais liberais qualificados para o “novo” Estado em franco progresso e desenvolvimento. Com os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Obstetrícia, Farmácia e Comércio. Mais tarde foram abertos os cursos de Medicina e Cirurgia (CUNHA, 2000)¹.

A história desta instituição, considerada por alguns como a primeira IES do Brasil, foi tratada no capítulo anterior, em seu processo de consolidação por meio de força maior “Federal”, teve que fragmentar-se em outras faculdades para continuar com suas atividades. Foi nominada “Universidade” pelo Decreto Federal nº 9.323, de 6 de junho de 1946, federalizada pelo pela Lei nº 1.254, de 04 dezembro de 1950. A educação superior no Estado posterior a este momento seria ofertada por instituições isoladas passando por um crescimento considerável após 1960.

Segundo Luporini (2008), até 1960 a liderança política no Estado era exercida por dois grandes grupos, um formado pelos tradicionais donos de terra e outro pela burguesia nascente da indústria ervateira e da madeireira. A partir da República (1889), a burguesia paranaense, embora com um poder econômico elevado, terá “presença” e poder político no Estado.

Essa alternância de poder prevalece até 1965, com o governo de Ney Braga, (1966-1971), onde percebemos uma preocupação com “progresso” do Estado, diante da política desenvolvimentista do governo militar. Sobre este contexto, afirma Sheen:

A partir da década de 50 é que seriam feitos esforços mais significativos no sentido da integração econômico-política do Estado. Pode-se mesmo afirmar que a partir dessa década e, mais intensamente na década de 60, é que se acentuaria o processo de expansão capitalista no Estado (SHEEN, 2001, p.2).

¹ A Universidade do Paraná embora considerada pelos seus pioneiros do estado como a primeira universidade do Brasil, foi fechada pouco tempo depois de sua criação, mas mantendo suas atividades por meio das faculdades superiores que a compunha, não caracterizava um sistema universitário.

Consideramos que este “projeto de integração” favoreceu o crescimento demográfico e a industrialização do Estado, desenvolvendo-se simultaneamente com o setor nacional. A economia no Paraná passaria por este crescimento:

Desta forma, a partir da década de 60, mas, principalmente, a partir da década de 70, passam a ter hegemonia no Paraná os chamados setores “modernos” da burguesia industrial e agrária, ou seja, aqueles setores que se organizaram nas grandes empresas agrícolas, comerciais e industriais. Este foi o grupo que, aliado ao Estado, passou a conduzir o processo de expansão do capitalismo monopolista no Estado (SHEEN, 2001, p.202).

Esses grupos hegemônicos tiveram grande influência na criação de IES nas regiões onde tinham seu “monopólio”. Era de interesses dessas lideranças uma universidade em sua região. Neste mesmo tempo, havia uma preocupação do governo estadual com diferentes segmentos de infraestrutura básica, que também contemplaria a educação:

A educação, assim como a saúde, a habitação e o saneamento, enquanto aspectos sociais, incorporavam-se a esse projeto. Embora se reconhecesse a necessidade de recursos humanos qualificados como base para o processo desenvolvimentista almejado, constassem referências ao sistema de ensino, a educação em nível superior não se expressava como prioridade. Entretanto, todas essas questões políticas são importantes para configurar o processo de implantação e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Paraná (LUPORINI, 2008, p.55).

Lopes (2010) aponta que até 1960 o Paraná limitava-se a um setor industrial reduzido de transformação de produtos agrícolas, voltado às necessidades locais e regionais. Pouco se investia na produção em larga escala para o mercado externo. Por meio de iniciativas no governo de Ney Braga, o Estado ganharia este impulso na industrialização. O Estado, até 1969, contava com um ensino superior muito restrito, contando com a UFPR, na capital, e demais faculdades “isoladas”, mas que estavam muito longe do padrão do que se almejava de uma universidade.

É nesse contexto que o Estado do Paraná toma a iniciativa de criar universidades, tomando como referência, ao que parece, a experiência do Estado de São Paulo. Isto quer dizer que se procurou organizar universidades abrangendo, de forma equilibrada, suas três funções básicas (ensino, pesquisa e extensão), o que implicava a adoção da dedicação exclusiva como forma preferencial de regime de trabalho dos docentes [...] (SAVIANI, 2001, p.35).

Nos moldes do Estado de São Paulo, dentro de uma política de expansão econômica Estadual e Federal, nos anos de 1970, são criadas no Paraná as três universidades nas regiões Norte, Noroeste e Centro do Estado.

É importante apontarmos que tal decisão governamental caracterizou-se um importante avanço no setor educacional e social. Também um incentivo para interiorização do ensino superior, como destaca Sheen:

No Paraná, a interiorização do ensino superior passou por três momentos distintos: o primeiro momento, iniciado ainda na década de 50 e que se estendeu até o final da década de 60, caracterizou-se pela criação de estabelecimentos isolados de ensino superior; o segundo momento, localizado no final da década de 60, caracterizou-se pela interiorização do ensino universitário através da criação de três universidades estaduais; o terceiro momento, que pode ser localizado a partir de 1975, caracterizou-se pela expansão de instituições de ensino superior municipais (SHEEN, 1986, p.4).

Na tentativa de reduzir a pressão pela demanda de vagas no ensino superior, foram criadas diversas fundações educacionais em todo Estado. O projeto de formação destas IES já vinha acontecendo desde os anos anteriores, com o surgimento das faculdades isoladas na região. Criadas pela autorização do governo do Estado em 1969 pela Lei nº. 6.034, de 06 de Novembro de 1969, em seu art. 1º:

Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Federação de Escolas Superiores de Curitiba e a Federação de Escolas Superiores de Apucarana, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades (PARANÁ, 1969, Lei 6.034).

Neste momento são instituídas a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Essas universidades foram criadas a partir da incorporação de instituições isoladas em torno de um órgão da administração central (SETI, 2015).

Dias (2001), ao referir-se sobre a fundação da UEM afirma que a preocupação com uma Universidade vinha em consonância com melhores condições de vida resultantes do crescimento urbano de Maringá. Em Guarapuava este fenômeno não foi diferente. O município vinha crescendo demograficamente, atraindo novas indústrias que trariam oportunidades de empregos para aqueles mais qualificados.

As primeiras universidades estaduais do Paraná são provenientes da década de 1970, assim como outras instituições superiores isoladas como é o caso da FAFIG. Mas por qual razão a partir desde momento há maior preocupação com este nível de ensino? Para compreender esses elementos é necessário considerar a estrutura econômica, social e política do Estado após 1960.

Para entendermos este momento consideramos que as universidades são criadas em meio a um contexto histórico específico, quando são necessárias para cumprir as funções requisitadas pelo sistema econômico social: “O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste” (CUNHA, 2007, p.71). O ensino superior é criado pelo Estado para as funções e necessidades de seu funcionamento.

A expansão das IES

O ensino superior no Estado do Paraná passou por um significativo crescimento no final da década de 1960, início de 1970. Como apontamos anteriormente, um dos elementos que influenciaram pela demanda ao ensino superior, foi o crescimento da população urbana, como podemos

constatar no quadro a seguir, com os dados do Estado do Paraná, entre os anos de 1960 a 1991, diferenciando a população urbana da rural:

Quadro 3 - População Urbana e Rural do Estado do Paraná de 1960-1991

Ano	1960	1970	1980	1991
População Urbana	1.327.982	2.546.899	4.566.755	6.192.976
População Rural	2.968.393	4.450.783	3.182.997	2.250.323

Fonte: IBGE Censo (2010).

Observamos que entre 1960 a 1970 houve um crescimento de mais de 400% da população urbana do Paraná, mas notamos também, que a população rural de 1960 a 1970, também aumentou, decorrente entre outros fatores, da taxa de natalidade e da migração e imigração para o Estado. Evidenciamos que existiam políticas dos legisladores, a fim de atrair imigrantes para diferentes regiões, como afirma a mensagem de governo de Moisés Lupion (1956-1961), em 1957:

Atrair imigrantes, localizá-los de acôrdo com suas melhores possibilidades de adaptação, dar-lhes a oportunidade de trabalhar terras férteis e promissoras – esse é, certamente, um programa de trabalho que consulta e respeita os mais altos interesses públicos (PARANÁ, 1957, p. 117).

Havia uma política deliberada do governo para intensificar a imigração, necessidade de “levar o progresso” para regiões distantes e despovoadas do interior do Estado. Em regiões antes pouco povoadas e um crescimento populacional inflenciado pela rápida industrialização, verificamos que houve uma necessidade de recursos humanos especializados para demais funções do Estado e do setor industrial.

Neste período, segundo a mensagem de Governo do ano de 1958, o Paraná contava com quatro Escolas superiores; a Faculdade de farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, a Escola de Educação Física e Desportos do

Paraná em Curitiba, o Instituto Técnico de Química Industrial de Curitiba e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em Ponta Grossa².

Dourado (2001) aponta que, após 1960, as instituições superiores na modalidade de “fundação” municipal tiveram uma ampliação demasiada nas cidades do interior do Brasil, semelhante ao que aconteceu nos estados de Goiás e Santa Catarina. No entanto no Estado do Paraná verificamos a ampliação das instituições estaduais, na modalidade de Fundações.

O governador Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965), em mensagem a Assembleia Legislativa do Estado em 1º de maio de 1961, assim afirmava sobre o ensino superior:

Nos cursos secundários observamos uma concentração de esforços nos ginásios, escolas normais e cursos técnicos de comércio. Praticamente nada existe em relação ao ensino técnico profissional, quer industrial quer agrícola. O Paraná vem formando candidato ao ensino superior, mas se descuidou inteiramente da formação de pessoal habilitado e especializado para os setores dinâmicos da economia. No ensino superior, podemos classificar de errônea a política seguida até agora. Lançou-se o Estado a criar faculdades, sabendo de antemão que não possuía recursos para equipá-las, que não possuía pessoal suficiente para poder colocá-las em funcionamento eficiente. [...] Ainda mais. Em uma conjuntura como a presente, em que a demanda de técnicos é gritante em todo país, escolheu o Paraná de preferência escolas superiores do tipo tradicional. Um estado que depende da agricultura, não viu criada nenhuma escola superior deste ramo (PARANÁ, Mensagem de Governo, 1961, p.34).

O governador faz uma crítica aos administradores anteriores e a política posta em prática até então, em que as poucas IES criadas não estavam alinhadas aos interesses do Estado e da economia. Ainda destacava a escassez de técnicos especializados no campo da agricultura, como reafirma o documento:

Temos, de um lado, a economia agrícola de subsistência, que aliada à extração vegetal (mate e madeira), representa a primeira expansão da economia paranaense. Esse tipo de estrutura permanece em quase todo o Leste e Sul do

² Mensagem de Governo do Estado, 1958, p. 155.

Estado. Sobre essa estrutura penetrou, há menos tempo, a economia agrícola exportadora (café), que em poucas décadas desbravou o Norte do Estado, e hoje alcança seus limites máximos de expansão geográfica no território paranaense. Mais recentemente ainda, penetrou no Paraná o transbordamento da economia agrícola de mercado interno do Rio Grande do Sul, que hoje desbrava as extremidades Oeste e Sudoeste do Estado. São as características específicas dessas três estruturas, por si mesmas, e em choque umas com as outras, que definem a economia paranaense de hoje (PARANÁ, Mensagem de Governo de 1961, p.3).

O Estado do Paraná, na década de 1960, embora ainda contasse com uma economia baseada na extração de erva-mate e madeireira, apresentava a cafeicultura como importante meio de subsistência, incorporando a economia agrícola principalmente da soja e do milho. Vistos esses dados, observamos como era notável a carência de profissionais devidamente habilitados destas áreas do conhecimento.

Em mensagem de 1962, o mesmo governador destacava:

As escolas superiores mantidas pelo Estado são de formação de carreiras tradicionais: de direito, de educação física, de belas artes, de odontologia e de farmácia, de filosofia e de ciências econômicas. Todas elas encontramos carentes de instalações, de equipamento e de recursos técnicos e financeiros. Muitas com apenas autorização provisória de funcionamento e necessitando até de organização definitiva do seu corpo docente. Recebemos ainda há pouco, quando da instalação da Universidade Volante, em Londrina, a reivindicação da população da região norte do Paraná, no sentido de que sejam agrupadas, em uma universidade regional, as diversas escolas e faculdades já em funcionamento naquela região. Em atendimento inicial à solicitação, determinamos à Secretaria de Educação e Cultura o estudo da possibilidade de ser concretizada a idéia e em termos que consultasse aos interesses do Paraná e do País (Sem grifes) (PARANÁ, Mensagem de governo de 1962 p. 60).

Posterior a este período (1969), não seriam criadas outras universidades no Paraná. Somente em 1990 é que surgem a UNIOESTE e a UNICENTRO, esta última objeto de nosso estudo. Como aconteceu com as demais universidades, também resultaram da união de outras faculdades isoladas.

Muitas vezes, quando analisamos a gênese dessas universidades, percebemos que partem de discursos políticos, como que se fossem constituídas a partir da vontade de um ou outro dirigente político, sem considerarmos que foram resultantes de um jogo de forças e muita pressão local frente ao Estado.

A interiorização

Após a década de 1970 verificamos um crescimento considerável nos estabelecimentos de ensino privados no Brasil. A partir deste momento o Estado cria meios para facilitar a ampliação deste setor de ensino, havendo uma verdadeira proliferação das instituições de ensino isoladas no interior do Brasil, como destaca Vahl:

Embora a legislação vigente tenha determinado que a forma para a expansão do sistema educacional a nível superior seja a 'universidade' e que este, só excepcionalmente, poderia ser ministrado em "estabelecimentos isolados", o que presenciamos, na realidade foi a expansão desordenada do ensino superior, através da proliferação não planejada de IES isoladas particulares. É absolutamente compreensível que os novos empresários do ensino superior tenham preferido atuar sob a forma de "estabelecimentos isolados", pois a criação e implantação de uma 'universidade' exigiriam grandes investimentos em recursos humanos, materiais e financeiros (VAHL, 1980, p.102).

Observamos como o setor privado, visaria nesta brecha na legislação, onde excepcionalmente o ensino poderia ser ofertado em "estabelecimentos isolados", a oportunidade de expansão. No Paraná, durante muito tempo a única oportunidade de acesso ao ensino superior era pela Universidade do Paraná com sede na capital Curitiba. Por isso, as instituições isoladas poderiam facilitar o acesso a educação superior.

Essas instituições traziam uma grande satisfação para a comunidade na qual estavam inseridas, apresentando melhores condições de vida e

oportunidades para aqueles que frequentassem o ensino superior. Instalavam-se em regiões com concentração populacional, facilitando o acesso a curso superior:

A interiorização do ensino superior, iniciada na década de 1950, acentuou-se tendo como um dos motivos básicos a criação de facilidades ou a busca de clientela. Outra resposta à estabilidade da demanda foi a ampliação acentuada do número de cursos e a fragmentação de carreiras pelo setor privado para colocar novas ofertas ao mercado e com isso atrair clientela. A fragmentação de carreiras (em várias áreas do conhecimento) torna os cursos menos dispendiosos e converge para o que acontece em algumas áreas em outros países (MARTINS, 2002, p.6)

A criação de IES, mesmo em forma de faculdades nessas regiões, trazia uma perspectiva de progresso. Na maioria das vezes, essas instituições foram resultantes da pressão social e interesses políticos de seus idealizadores, raramente foram projetadas e planejadas por um poder central:

O processo de interiorização geográfica do ensino superior, através da criação e da instalação de estabelecimentos desse nível de ensino, predominantemente, através de estabelecimentos isolados, efetivou-se sob o discurso de modernização e do desenvolvimento regional. Na esfera educacional e, particularmente, nas políticas expansionistas para o ensino superior, o fenômeno da interiorização é significativo. O crescimento dos grandes centros, a necessidade de fixação do homem nas cidades menores, as demandas por serviços de saúde e educação e, fundamentalmente, pela implantação de escolas superiores tem provocado a emergência de bandeiras em prol da defesa da interiorização (DOURADO, 1997, p.540).

Elas surgiram mediante um discurso necessário para modernização e crescimento regional, mas também para permanência dos estudantes nos municípios sedes. Uma alternativa do governo para manter os cidadãos longe dos grandes centros urbanos, evitando o “inchaço” populacional nas capitais:

Por outro lado, no interior, distantes dos grandes centros de Educação Superior, o sonho de cursar faculdade, mantinha-se reprimido em indivíduos que

suscitavam mudar de condição social e que viam na Educação Superior essa possibilidade. Mas para tal tinham que migrar para às capitais, as vezes levando consigo familiares. Predominantemente estes não retornavam, depois de formado, às suas origens. Isto então também representava drenagem de talentos do interior para a capital (RIEDER, 2011,p.231).

Foi neste contexto que grande parte das IES se estabeleceram no interior do Estado, até então possível somente pelas instituições isoladas. Como instituições isoladas, entendemos as faculdades independentes de um órgão central de administração, embora na década de 1970 em sua maioria fossem privadas, também contamos com estabelecimentos isolados públicos federais, estaduais e municipais³.

Situação semelhante ocorreu com a constituição das universidades paranaenses na década de 1970, em que o Estado organizava em estabelecimentos centrais e as instituições isoladas localizadas em regiões periféricas. Tal política, além de facilitar o controle e fiscalização por parte dos setores superiores da administração e seus dirigentes, acabava com a autonomia e particularidades dessas instituições.

Grande parte das universidades brasileiras surgiu da fusão, estadualização e federalização das faculdades isoladas. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não tinham cumprido a função de integração do ensino, pois estavam voltadas para a formação de professores para educação básica:

Antecedendo a própria reforma do ensino superior de 1968, o Decreto-lei 53, de 1966, trazia, como novidade, a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em educação: a Faculdade de Educação. Poucas Universidades encamparam este decreto-lei no sentido da alteração propiciada por ele (BRASIL. PARECER CNE/CP 28/2001).

³ Na década de 1980 os estabelecimentos de ensino superior no Brasil poderiam ser Universidades federais, Universidades Estaduais, Universidades municipais, Universidades particulares. As faculdades poderiam ser: Federações de escolas ou faculdades federais Federações de escolas ou faculdades estaduais, Federações de escolas ou faculdades municipais ou Federações de escolas ou faculdades particulares. Quanto as isoladas Escolas ou faculdades isoladas federais, Escolas ou faculdades isoladas estaduais, Escolas ou faculdades isoladas municipais e ainda Escolas ou faculdades isoladas particulares (VAHL, 1980, p.47).

O referido decreto influenciou nas medidas governamentais para o estabelecimento das futuras IES, que seriam readequadas pela legislação complementar em projetos posteriores. A maioria das instituições isoladas era de posse da iniciativa privada. Mesmo nos casos em que eram fundações estaduais ou municipais não eram a garantia de gratuidade do ensino:

A maior parte desses estabelecimentos particulares funciona à noite, para poder atender a população ativa. Cobram taxas bastante elevadas, que podem chegar a mais de um salário mínimo mensal e ministram cursos de baixa produtividade e qualidade, justamente nas áreas consideradas não-prioritárias pelo planejamento educacional estatal [...] (FREITAG, 1979, p. 110).

O que seriam áreas não prioritárias segundo a autora? Embora o setor educacional seja uma área fundamental para o investimento público, contraditoriamente não tem sido setor estratégico no desenvolvimento nacional. Os setores industrial e de infraestrutura, acabaram refletindo os projetos de governo.

O Estado ao reduzir sua atuação no ensino superior nas áreas consideradas supérfluas, abria caminho para a iniciativa privada. Os cursos mais teóricos ou “cursos de sala de aula” não dependem de um investimento massivo por parte das faculdades:

[...] A expansão da rede particular nas áreas que, pela legislação e pelo planejamento oficiais, foram consideradas não prioritárias ou até supérfluas, como comunicação, pedagogia, administração, psicologia, sociologia, filosofia, letras, etc., se deve a esse novo tipo de demanda. Os cursos oferecidos nessas áreas podem tranquilamente funcionar à noite, porque exigem poucas instalações e têm à disposição recursos humanos de fácil recrutamento. Isso não vale para áreas como engenharia, veterinária, agronomia, etc., que exigem equipamentos dispendiosos e pessoal especialmente treinado; em consequência a oferta de vagas por parte das instituições privadas é bem menor ou inexistente (FREITAG, 1979, p. 111-112).

Por não demandarem grandes investimentos, esses cursos podiam funcionar em horário noturno com espaços físicos que não demandavam

muita estrutura. Como verificamos, um dos argumentos desta expansão era decorrentes das facilidades que as instituições tiveram para sua expansão. Políticas federais e estaduais facilitavam o surgimento de faculdades em regiões periféricas nos Estados do interior do Brasil. Outra característica pauta-se na demanda pelos estudantes por instrução superior.

A interiorização foi decorrente da ampliação das instituições isoladas, no entanto, os estados e os municípios aproveitavam-se das brechas na legislação para criarem IES na modalidade “autarquias”, viabilizando a cobrança de mensalidades. Como afirma Dourado:

Os atos de criação de autarquias estaduais em vários municípios fortaleceram, em outros, o desejo de manter uma estrutura de ensino superior como sinônimo de desenvolvimento e de progresso. A alternativa encontrada pelos municípios foi a criação de fundações educacionais, cuja finalidade, na maioria dos casos, era a de facilitar e garantir a criação de unidades de ensino superior privado, com a utilização de prerrogativas desfrutadas pelas instâncias públicas. A privatização do público consoma-se, portanto, a partir dessa modalidade, na medida em que esse ente jurídico permitiu a vinculação — direta ou indireta — a interesses privatistas, sobretudo por meio do estabelecimento de contratos de prestação de serviços (DOURADO, 2001, p.80).

A privatização do público era decorrente desta prática, embora as instituições fossem estaduais ou municipais, pelo fato de cobrarem mensalidades, indiretamente as encaminhavam para um elitização e exclusão. No Estado do Paraná, em 1982, havia dez Faculdades estaduais⁴, além das municipais e privadas.

Para Lucchesi (2010), de 1964 a 1986 a sociedade, nesse período, principalmente a classe média, exercia uma grande pressão sobre o Estado. O ensino superior, era visto como possibilidade de melhoria de vida e ascensão social.

A demanda por educação e qualificação profissional após 1960, acarretou em uma demanda social pela formação superior. Neste sentido, as

⁴ FONTE: PARANÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa, 1983.

instituições públicas acabavam não absorvendo todos os candidatos que requeriam tal modalidade de ensino:

Se houver uma relativa expansão da oferta de vagas no ensino superior, isso não é resultado direto de política educacional estatal democratizante, mas justamente a crise universitária. Não foi possível conter a pressão sobre as universidades. Não foi possível ampliar suficientemente as vagas da rede oficial. Como o governo não pode deixar de dar uma solução ao impasse por ser potencialmente conflituoso, permitiu que o setor privado participasse dessa sua solução (FREITAG, 1979, p. 110).

Este ato se tornaria um “hábito” pelos dirigentes da política educacional brasileira, afetando as estruturas das universidades drasticamente. Quando se agrupava estabelecimentos isolados de ensino em torno de uma “Universidade” acabava com a autonomia destas instituições, tendo que para isso dirigir-se a um poder central, uma “Reitoria” para desenvolver projetos, contratar professores, adquirir produtos e serviços. Isso intensificou-se com a lei 5540/1968 em seu art. 8º:

Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento (BRASIL, 1968).

Esta lei não obrigava aos estabelecimentos isolados de educação sua incorporação às instituições maiores, as universidades, havia uma recomendação, mas não proibia tal prática. Foi o que levou neste momento a uma proliferação de IES isoladas de qualidade duvidosa. Neste sentido, destacamos:

A interiorização aparece, nesse processo, como consequência inevitável da ampliação de oportunidades e serviços, apresentando-se como fator de consolidação e desenvolvimento de cidades interioranas. Esse processo de interiorização geográfica do ensino superior, através da criação e da instalação

de estabelecimentos desse nível de ensino, predominantemente na forma de estabelecimentos isolados, efetivou-se sob o discurso de modernização e de desenvolvimento regional (DOURADO, 2001, p.21).

As IES são fundamentais para o desenvolvimento de uma região, no entanto, devemos levar em conta sua conjuntura e os determinantes locais e gerais em sua constituição. Ao referir-se sobre o ensino superior e a criação de novas IES, Cunha aponta:

À fragmentação das FECL resultou de um movimento de *autonomização* das diferentes seções dessas faculdades, que cresciam em tamanho e se diferenciavam pela própria lógica de desenvolvimento da ciência — especialmente a Física, a Química, a Matemática e a Biologia. Elas queriam, sobretudo, constituírem unidades próprias e terem sua representação específica no Conselho Universitário para expressarem o poder que alcançaram de fato no cenário científico e acadêmico, mas que a estrutura ignorava (CUNHA, 2000, p.130).

No Estado do Paraná, havia uma tendência em reunir estabelecimentos isolados em torno de um órgão central, no entanto, essas instituições tinham suas particularidades e lutavam pela sua identidade em espaço organizado de diversas instituições.

Outro elemento a ser considerado refere-se à preferência dos alunos:

Também os alunos, mais interessados nos diplomas que nos conteúdos transmitidos nos cursos, preferem as carreiras consideradas fáceis da área de *humanidades*, porque elas exigem, como acreditam, menos estudo e absorvem menos tempo de aula (FREITAG, 1979, p. 112).

Como destaca a autora, criava-se o imaginário entre alunos e interessados em uma graduação que os cursos relacionados na área de humanas tendiam a impor menos exigência facilitando a vida dos estudantes.

A privatização ainda que indireta afetava não somente seu público direto, os “alunos”, mas indiretamente toda a sociedade. Uma das consequências refere-se ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e pesquisa, para isso é preciso investir na educação pública, pois, são raros os casos de investimento em pesquisa da iniciativa privada.

No Estado do Paraná, a existência de faculdades estaduais em determinadas regiões também seria certo empecilho à iniciativa privada. Essas instituições recebiam um montante de recursos do Estado, embora cobrassem mensalidades de seus alunos. Não dependiam exclusivamente dos dinheiros dos alunos para suas funções, essas instituições em regiões estratégicas não trairiam os interesses do setor privado.

Formar um quadro funcional de professores bem preparados e dispostos a trabalhar em regiões distantes dos grandes centros urbanos, poderia incorrer em grandes custos ao setor privado, que não poderia concorrer com uma faculdade estadual.

A não criação de instituições superiores públicas ou gratuitas podia ser entendida como uma prática política para atender aos interesses de um determinado grupo, que seria prejudicado com tal prática do Estado. Os alunos ao não conseguirem vagas em instituições públicas, tendem a procurar a iniciativa privada.

A clientela das instituições privadas, em sua maioria necessita trabalhar durante o dia para que dessa forma, tenham condições de pagar as mensalidades dos cursos. Nesta linha de raciocínio, o privado atendia aos interesses da sociedade, especialmente as demandas do mercado:

Passou a autorizar cursos superiores de faculdades isoladas e de fins de semana, oferecidos pelo setor privado a alunos desejosos de estudar para adquirirem, mesmo que formalmente, o título acadêmico. Assim conseguiu, sem investimentos e despesas maiores, garantir aumento substancial do número de vagas. O setor privado correspondeu, assim, tanto aos interesses do Estado como, aparentemente, aos interesses daqueles vestibulandos rejeitados pela rede oficial. Explorando e motivação educacional e o desejo de ascensão das classes subalternas, os estabelecimentos de ensino particulares passaram a fazer da educação um negócio. Esse negócio floria tanto mais, quanto mais aumentava o congestionamento diante das portas das universidades oficiais [...] (FREITAG, 1979, p. 110).

Não podemos generalizar, mas em sua maioria seu objetivo consistia em “lucrar”:

Essas escolas isoladas, por sua vez, organizando-se predominantemente como empresas lucrativas, não se interessaram em se transformar em universidades pois a margem de manobra e o arbítrio das mantenedoras, isto é, dos donos destas empresas, era muito maior sob o regime das instituições isoladas (SAVIANI, 2008, p. 25).

Este crescimento dos estabelecimentos isolados, acarretou na precariedade da qualidade do ensino. Por um lado, a falta de docentes especializados para atuarem nas disciplinas dos novos cursos, por outro, estruturas precárias das novas instituições.

Em matéria intitulada “Vagas ociosas no ensino Superior”, publicado no Jornal Esquema do Oeste em Guarapuava, verificamos nas palavras do presidente com Conselho Federal de Educação, José Vasconcelos em 1976, ao referir-se sobre a qualidade do ensino superior:

O presidente do CFE informou que aquele Conselho, no decorrer de suas sessões do corrente ano, procurará limitar ao máximo o número de vagas a serem autorizadas para os cursos superiores, esclarecendo que o total de aprovados em 1975 deveu-se ao fato de numerosos processos terem entrado na secretaria do CFE antes da nova determinação ministerial, que veio conter a proliferação de cursos, com evidentes prejuízos para o ensino. A queda da qualidade do ensino superior brasileiro vem exatamente no momento em que as autoridades estão empenhadas em criar no país uma vigorosa indústria de base, para conter o alto dispêndio de dívidas com a aquisição dessas manufaturas no exterior. É indispensável para o crescimento dessa indústria de base, altamente sofisticada, que o ensino brasileiro apresente um alto programa de especialização, que não só beneficiaria esse setor, como também as demais áreas das indústrias de transformação (ESQUEMA DO OESTE, 01 a 17 de maio 1976c p.2).

Como destacamos, esse rápido crescimento das instituições de ensino no País preocupava as autoridades federais, que percebiam os prejuízos que a baixa qualidade de ensino e a gestão precária poderiam trazer ao Brasil como um todo, levando o Governo a proibir novos cursos e novas IES em 1981, como afirma Dourado:

Uma medida de real contenção da expansão indiscriminada efetivada ao longo das décadas de 1960 e 1970 foi tomada com a aprovação do Decreto Federal de n. 86.000, de 13 de maio de 1981, que suspendeu a criação de novos cursos de graduação e de estabelecimentos de ensino superior até 31 de dezembro de 1982. Essa medida foi tomada visando ampliar e aprofundar os estudos sobre a expansão do ensino superior (DOURADO, 2001, p.31).

As instituições isoladas também resolviam outro problema do governo, ou seja, as reivindicações do movimento estudantil, que tinha sua força principalmente nos centros urbanos onde as universidades eram maiores. Com instituições de ensino isoladas no interior do Brasil, seriam mínimas as possibilidades de os estudantes organizarem-se por melhores condições de ensino.

As instituições privadas, em sua maioria, funcionavam à noite, pois a maioria do público destas instituições tinham que trabalhar durante o dia para terem condições de pagar os cursos. Esse público não demonstrava interesse, sequer tempo hábil, para participar de manifestações. No estado do Paraná, ainda que as IES recém criadas fossem públicas, eram pagas.

[...] No entanto, o ensino só era de fato gratuito nas instituições federais. As universidades estaduais e as faculdades isoladas, estaduais e municipais, cobravam anuidades, a despeito das subvenções que o governo do estado destinava às instituições por ele mantidas [...] (CUNHA, 1991b, p. 250-251).

Neste caso, no Estado do Paraná, a gratuidade estaria garantida apenas na Universidade Federal do Paraná, as demais instituições, embora públicas não eram gratuitas, acarretando no pagamento de uma mensalidade por parte dos alunos.

Velloso (1991) afirma que um dos pontos mais debatidos sobre a gratuidade do ensino superior público na década de 1980 pautava-se na questão da origem social dos alunos, que de uma forma ou de outra, a universidade pública continuaria a atender àqueles sujeitos como uma origem social mais elevada.

Os que dispunham de melhores condições financeiras, poderiam frequentar escolas particulares ou cursinhos preparatórios, disputando as melhores vagas nos vestibulares. Aos que trabalhavam o dia inteiro não dispendo de tempo para preparar-se para um concurso vestibular, restava apenas as faculdades particulares.

A gratuidade no estado do Paraná: a presença dos estudantes

O Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, transitava de um regime autoritário para um regime democrático. No ensino superior, intensificou-se o movimento por novas universidades e pela gratuidade:

No período de 1980 a 1991, as demais universidades estaduais paranaenses vivenciaram onze greves, as quais eram deflagradas com vistas a reajustes salariais, verbas para a educação, ensino gratuito, estabilidade no emprego, restaurantes universitários, dentre outras reivindicações (PINZAN, 2007 p. 87).

Como afirma a autora, nesse período de tempo as universidades do Estado passaram por várias greves de docentes e pelo movimento dos estudantes pela gratuidade. A pressão estudantil e do corpo docente dessas instituições, teve uma função fundamental na conquista do ensino gratuito. Um ensino financiado pelo Estado seria a garantia permanente pela existência da instituição. Dias referindo-se sobre a trajetória da gratuidade na UEM⁵, afirma que:

[...] Até 1987, quando foi implantada a gratuidade do ensino, vigorava o ensino pago, fato que contribuía para maior elitização da universidade. A liberdade de expressão e organização dos estudantes foi, por longo período, bastante limitada. A participação discente nas estruturas de poder da universidade era muito mais restrita. O direito de voto nas eleições principais reitor, chefe de departamento etc. pareceu, durante muito tempo, utopia (DIAS, 2001, p. 236).

⁵ Embora citemos no texto a história da Universidade Estadual de Maringá (UEM) consideramos que elementos destas instituições embora pareçam isolados em seu contexto, estão inter-relacionadas com demais elementos desta temática a nível estadual e federal.

O ensino gratuito trazia maiores oportunidades de acesso ao ensino superior a jovens que não tinham condições financeiras de pagar as mensalidades dos cursos de graduação. Esta transição entre o ensino pago e gratuito foi complexa e marcada por conflito de interesses:

A travessia de uma para outra situação não foi materializada de forma linear e indolor. Exigiu, não raras vezes, choques com o conservadorismo -reproduzido no interior da universidade - das políticas da ditadura e dos primeiros tempos da abertura política. Como se verificou em outras esferas da sociedade brasileira, a pressão de baixo, exercida por estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos, foi decisiva para promover mudanças qualitativas (DIAS, 2001, p. 236).

A gratuidade do ensino superior foi um passo importante para redemocratização da universidade, embora o vestibular “delimitasse” as vagas e acesso ao curso superior. O não pagamento das mensalidades trazia à tona a possibilidade de estudantes das classes menos favorecidas terem acesso ao curso superior.

Percebemos como os primeiros anos da abertura política no Brasil, apresentaram dificuldades e embates entre conservadores e progressistas, neste caso os estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos contra o governo. As conquistas efetivadas pelo Estado, concretizaram-se com esta pressão social em um movimento marcado por greves e manifestações.

O movimento estudantil paranaense apresentou-se fundamental para garantia da gratuidade do ensino superior no Estado. Neste processo destacamos:

Em 22 de junho, o boletim 5/84, apresentando novos dados, voltou a conclamar os estudantes à luta contra os aumentos: ‘cerca de 300 estudantes invadiram a reitoria da Universidade Católica do Paraná e lá detiveram o reitor daquela instituição, mesmo com a ameaça de do campus pelo pelotão de choque da PM. Em outras escolas as coisas caminhavam para mesma situação, [...] todos sabem que, para impedir o aumento, [...] a única arma de que os

estudantes dispõem é a união e mobilização. Enfatizando que a UPE⁶ se dispunha a centralizar as lutas, o boletim colocou na ‘ordem do dia a reivindicação de ENSINO GRATUITO JÁ (grifos do autor) (DIAS, 2008, p.94-95).

Como verificamos, embora a invasão da reitoria da Pontifícia Universidade Católica do Paraná pareça um caso isolado, foi fundamental para o processo de conquista da gratuidade, posteriormente, como o movimento de congelamento de preços da UEM e mobilizações em outras cidades.

Em 23 de julho, o boletim 6/84 do DCE confirmou que o índice de reajuste das mensalidades seria de 68,7% e esclareceu que o lançamento da campanha pela "Gratuidade-já", promovida pela UPE, seria no dia 17 de agosto. Nesse evento, os estudantes de todo o Paraná entregariam um abaixo-assinado ao governador José Richa (reivindicando a imediata gratuidade do ensino no Estado [...]) (DIAS, 2008, p.97).

O movimento da gratuidade foi intensificado em todo Estado, marcado pela presença estudantil e da União Paranaense dos Estudantes (UPE), intensificado em cidades maiores como Maringá e Londrina onde já haviam universidades, foram decisivos no ato do governador para garantia desta conquista:

O ato do governador foi extensivo a todas as IES paranaenses incluindo as que estavam em compasso diferente de mobilização (Londrina) e as que não estavam mobilizadas (DIAS, 2008, p.203).

Embora o movimento e luta pela gratuidade das mensalidades estivesse mais intensificada em algumas regiões que outras, todas as IES estaduais garantiram esta importante conquista para comunidade acadêmica.

Segundo Dias (2001), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em 1987, em Maringá, apresentou uma campanha para gratuidade do ensino, com um abaixo assinado, solicitando o “congelamento dos preços das

⁶ Movimento Estudantil Paranaense.

anuidades”. Fato que o autor destaca que direcionaria para a gratuidade do ensino, apontando que as mensalidades em 1986, apresentavam cerca de 5,8% dos recursos da instituição, passando para 2,1% em 1987⁷.

A FAFIG como Faculdade Estadual foi beneficiada com o ensino gratuito aos estudantes, em Guarapuava a notícia é apresentada no Jornal Esquema do Oeste, em 1987:

A partir do primeiro semestre de 88, cerca de 38 mil estudantes do 3º grau do Paraná estarão sendo beneficiados com a gratuidade do ensino superior. Ao todo serão beneficiadas 18 instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, sendo três universidades estaduais, uma federação de quatro escolas superiores e 11 faculdades isoladas (entre elas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava). Com a medida, o estado incorporará nos orçamentos das IES as mensalidades escolares, passando a assumir totalmente o custeio destas escolas superiores, o que incluirá o pagamento das despesas gerais. Paralelamente, as IES estaduais poderão continuar gerando recursos próprios de outras fontes, podendo utilizá-los para outras prioridades de cada instituição (ESQUEMA DO OESTE, 22 a 28 de agosto de 1987b, p.1).

Verificamos como o jornal de circulação local informava sobre a gratuidade de ensino no Estado do Paraná, efetivada pela Lei nº 8.675, de 21 de dezembro de 1987, assinada pelo Governador Álvaro Dias, em seu art. 1º destaca:

Os estudantes dos cursos regulares de graduação das universidades e faculdades isoladas mantidas pelo Estado do Paraná, a partir de 1º de janeiro de 1988 ficam isentos do pagamento de anuidade escolar correspondente à educação ministrada e à prestação dos serviços a ela diretamente vinculados, os quais compreendem (PARANÁ, 1987, Lei nº 8.675).

A imagem a seguir registra o ato histórico do governador pela gratuidade do ensino superior no Paraná.

⁷ Dados referenciados por Dias (2001) com base em material do Módulo Estatístico Único da UEM.

Imagem 1 - Assinatura da Lei 8.675/87



Fonte: Gratuidade do ensino superior no Paraná, (2015).

Neste momento não havia sido promulgada nenhuma lei que obrigasse o Estado a arcar com o financiamento total do ensino superior, percebemos então que este ato do governador apresentaria benefícios para todos os estudantes das IES públicas mantidas pelo Estado.

Outro ponto referente a gratuidade, que embora a Constituição Federal de 1988, não trouxesse à tona elementos específicos da gratuidade do ensino superior, estabelecia em seu art. 205, inciso IV, “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; ” (Brasil, Constituição de 1988). Seria um direcionamento para ensino público e gratuito nas universidades e faculdades mantidas pelo poder público. Cunha destaca que:

No entanto, por disposição constitucional, mantinha-se a possibilidade de cobrança do ensino nas fundações criada por lei municipal ou estadual, mas que não eram até aquela data mantidas predominantemente com recursos públicos (CUNHA, 1991b, p. 254).

Este artigo não aprofunda mais especificamente sobre como funcionaria esta “gratuidade do ensino”, o que seria concretizado especificamente com a LDB em 1996, mas o próprio termo “oficial” sugere algo que subentendemos como “Governo”. Sendo assim, a universidades

seriam estabelecimentos oficiais e por força da constituinte obrigadas a oferecer a educação gratuita:

O Estado, numa sociedade capitalista, desempenha importante papel na reprodução do modo de produção, agenciando suas políticas econômicas e sociais no rumo da acumulação do capital, inclusive com a implementação de políticas sociais que, de certo modo, amenizem os efeitos negativos da exploração e acumulação, itens inerentes ao capitalismo. (HOTZ, 2008, p.95).

Nesta lógica a gratuidade do ensino superior, poderia cumprir esta função na redução das desigualdades sociais, o Estado a oferecer a gratuidade do ensino superior estaria fazendo nada mais que sua obrigação e retribuição social ao investimento direto da sociedade por meio dos impostos.

Cunha (1991a) afirma que o Estado do Paraná neste momento contava com a Universidade Federal do Paraná, o Centro Federal de educação tecnológica, três universidades estaduais, 11 instituições isoladas estaduais e nove faculdades municipais. O ensino privado contava com 21 faculdades isoladas além da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

De acordo com o art. 207 da Constituição Federal de 1988, as universidades deverão seguir o princípio de “indissociabilidade” entre ensino, pesquisa e extensão. Isso significa que as universidades não podem separar suas diversas competências com a sociedade tendo a função de atender à sua comunidade e suas necessidades.

Pela primeira vez que em um texto constitucional brasileiro, a universidade foi caracterizada como autônoma, em suas dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207). Além disso, o mesmo artigo determina que as universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre, ensino, pesquisa e extensão. Essa qualificação da universidade interessava especialmente aos docentes das universidades públicas, atentos para a possibilidade de continuação do controlismo governamental, além das tentativas de se separar as “universidades de ensino” das “universidades de pesquisa”, conforme o texto do Grupo Executivo da Reformulação do Ensino Superior – GERES (1986). Embora a autonomia efetiva das universidades públicas e a indissociação entre ensino, pesquisa e extensão

estivesse ausente da plataforma dos grupos privatistas, também do “centrão” nas negociações que se desenvolveram no plenário da Assembleia Nacional Constituinte (CUNHA, 1991a, p. 452).

Trindade (2001) destaca que a autonomia universitária é uma questão complexa, não depende exclusivamente da questão da autonomia, mas sim das relações que o estado estabelece com estas instituições. Com a gratuidade de ensino garantida, intensificaram-se os movimentos para criação de novas universidades em todo Estado, como também de novos cursos nas IES recém implantados.

Se o Conselho Federal de Educação foi responsável por autorizar a conversão das instituições isoladas em universidades, foram a Constituição Federal de 1988, e depois a LDB, que lhes outorgaram autonomia. Assim, o setor privado achou conveniente transformar suas instituições em universidades, pois com autonomia é possível ter maior flexibilidade na gestão, por exemplo, abrindo ou fechando cursos, segundo a demanda do mercado. Paralelamente, continuou a interiorização do ensino superior, ocorrendo o aumento de estabelecimentos particulares no Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Também, verificou-se interiorização nos Estados, seguindo características diferenciadas ‘pelo setor público, pelo setor privado, pelo setor privado-municipal’ (BARREYRO, 2008, p.20).

Verificamos como o movimento pela transformação de IES isoladas também era decorrente das garantias e direitos que a Constituição de 1988 apresentavam, pela questão da autonomia universitária. Neste movimento os estabelecimentos particulares reivindicaram sua transformação em universidade para obterem maior autonomia em sua gestão de acordo com as necessidades do mercado.

Capítulo III

A constituição histórica do ensino superior em Guarapuava

No capítulo anterior discutimos o contexto histórico do ensino superior no Estado do Paraná, em seguida apresentamos como a ampliação e interiorização deste nível de ensino, desenvolveu-se no Estado principalmente após o final da década de 1960 com a criação das universidades estaduais e das faculdades isoladas.

Neste capítulo discutiremos a constituição do ensino superior público em Guarapuava. Inicialmente abordaremos a importância dos arquivos na produção do conhecimento histórico, destacando o papel do CEDOC na preservação da memória local e regional. Considerando que uma das fontes que subsidiaram nossa pesquisa foram os jornais, destacaremos este veículo como fonte histórica.

Nosso trabalho pontua os determinantes sociais e políticos acerca da criação da FAFIG em 1970, a emergência de novos cursos e a demanda pela universidade. Analisaremos os aspectos econômicos e políticos do município relacionando-os em nível estadual e federal.

Quando analisamos as características e peculiaridades de uma instituição educacional, temos a possibilidade de conhecer seu contexto histórico, político e ideológico. Nessa conjuntura, utilizando-se de diferentes fontes, especialmente impressos, este trabalho visa:

Propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer (SAVIANI, 2007, p.24).

A história sobre as instituições educacionais, está relacionada ao contexto e à sociedade em que estão inseridas. Os documentos produzidos por esses estabelecimentos não podem ser as únicas fontes para pesquisa, mesmo que sejam de importância significativa, pois apresentam uma percepção metódica e oficial da documentação, assim utilizaremos diferentes fontes. Como afirma Orso:

A educação, a escola, as universidades são gestadas no interior de um processo histórico-social concreto. São produzidas a partir da realidade com a finalidade de reproduzi-la ou de satisfazer suas necessidades. Como a sociedade é complexa, composta de classes sociais, muitas vezes com interesses antagônicos, o espaço educacional constitui-se num espaço de lutas e disputas, pois é caudatário do processo econômico, do sistema produtivo, da forma como são estabelecidas as relações sociais e políticas, da forma de organização social (ORSO, 1996, p.75).

Esta especificidade da pesquisa no campo educacional apresenta desafios aos historiadores que buscam nesta sociedade complexa entender a constituição do processo educativo. Nesse sentido, nosso objetivo neste capítulo é compreender o surgimento e a consolidação da FAFIG no bojo das transformações políticas e sociais no período entre 1970-1990, compreendendo as especificidades desta instituição no interior da sociedade guarapuavana. Como fontes, teremos recortes de jornais, fotografias, relatórios internos, mensagens de governo e legislação pertinente.

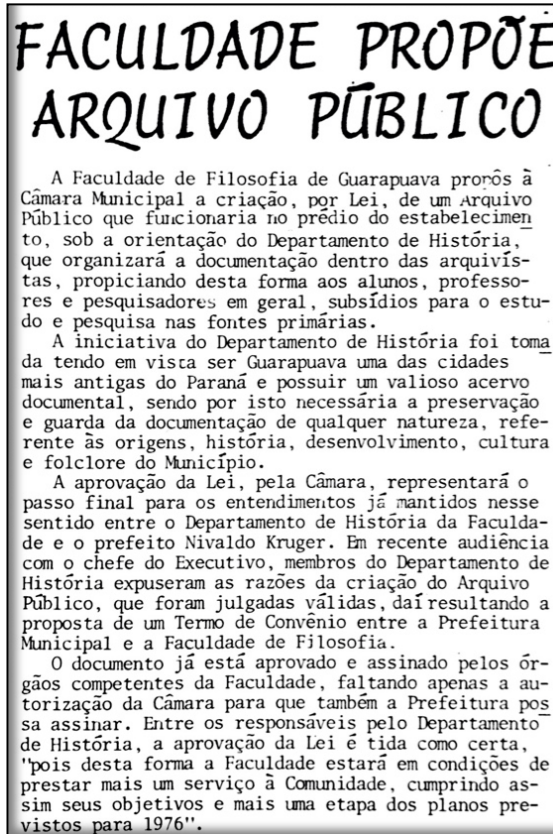
O centro de documentação e memória da UNICENTRO

No presente estudo contamos com fontes arquivadas no CEDOC, localizado no campus Santa Cruz UNICENTRO de Guarapuava. A história do arquivo está vinculada a esta instituição, originando-se a partir de um acordo entre a Prefeitura e a FAFIG no ano de 1978. As principais fontes

que deram origem ao arquivo, foram as correspondências da Prefeitura deste município¹.

Em matéria no Jornal Esquema do Oeste, em 1976, foi destacada a criação do arquivo público em Guarapuava:

Imagem 2- Arquivo público na FAFIG



Fonte: Jornal Esquema do Oeste, (1976a).

O arquivo foi constituído a partir da conscientização e preocupação na preservação da história local, por iniciativa do departamento de história

¹ Quando debatemos sobre a historiografia da educação brasileira, destacamos que temos muito a avançar. A ampliação de pesquisas na área depende de um trabalho coletivo envolvendo Universidades e demais membros da sociedade. Neste sentido destacamos a importância do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR) e seus diversos grupos trabalhos (GTS) em diversas regiões do Brasil.

da FAFIG. Os centros de documentação são fundamentais para reconstrução da história, evidenciando o papel de diferentes indivíduos e suas experiências no tempo e vestígios do passado.

Entendemos o CEDOC como um espaço de preservação da memória local e regional, onde estão guardados os documentos que possibilitam a compreensão histórica da ação do homem no tempo. Contamos com uma diversidade de fontes dispostas neste centro de documentação, como: fotografias, jornais, processos criminais, inquéritos policiais, leis, relatórios internos da FAFIG, revistas e uma vasta documentação referente a trajetória histórica da UNICENTRO. Essas fontes trazem ao pesquisador a oportunidade de escrever e reescrever a história com diferentes perspectivas e abordagens. Sua oficialização é decorrente da Lei municipal nº 67/1989, que estabelece:

Art.1º-Fica criado o Arquivo Histórico Municipal.

Art.2º-A Prefeitura Municipal de Guarapuava, bem como a Câmara Municipal e demais órgãos da Administração Pública Municipal, cederão ao Arquivo Histórico Municipal todos os documentos do 'Arquivo Morto' que possuam alguma importância histórica.

Parágrafo Único - Considera-se 'Arquivo Morto' para efeito desta Lei o documento ou conjunto de documentos que não tenham mais quaisquer possibilidade de utilização pelo órgão de origem, sendo aqueles que já se encontram em fase de descarte, incineração ou quaisquer outras formas de destruição.

Art.3º-O Arquivo Histórico Municipal será instalado nas dependências da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, ficando a cargo da mesma a sua administração, mediante convênio com a municipalidade.

Art.4º- Fica a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, responsável pela guarda e preservação da documentação histórica, estabelecendo sistematicamente para visitação pública, estudos e pesquisas.

Parágrafo Único - Fica isento do pagamento de qualquer tributo todo aquele que desejar visitar, estudar ou pesquisar documentação no Arquivo Histórico Municipal.

Art.5º-A administração do Arquivo tentará ampliar o acervo, através de doações de particulares e outros órgãos. Art.6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (GUARAPUAVA, 1989, p.1).

A prefeitura pela Lei mencionada, fez a doção legalmente da documentação do “arquivo morto” de sua posse. Com este ato foi criado o Arquivo Histórico Municipal, que foi integrado ao CEDOC, a fim da constituição deste espaço, embora este órgão tenha suas atividades iniciadas na FAFIG em 1978, foi fundamental para o acondicionamento da documentação.

Não desconsideramos a existência de arquivos particulares em Guarapuava, tanto de ex-professores, funcionários da FAFIG e pioneiros, destacamos o arquivo da Paróquia Catedral Nossa Senhora de Belém, que é constituído por uma vasta documentação dos séculos XIX, XX, sendo composto por:

O fundo é composto de livros de Batizados, Crismas, Casamentos, Óbitos, Índices, Livros-Tombo, Livros da Escola Paroquial, Processos de Casamento, Ofícios, Circulares, Provisões de Vigários, Cartas Pastorais, Registros de Terras, Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, Pastas e Livros Diversos (PARÓQUIA CATEDRAL).

Toda esta documentação que remete à origem de Guarapuava, está disponível para pesquisa, não tendo vinculação com a prefeitura municipal ou com a UNICENTRO.

O jornal na pesquisa em história da educação

Em nosso trabalho, os jornais foram fundamentais para reconstrução da história da IES, porém, sua utilização requer um procedimento minucioso. O pesquisador que tem como fonte este veículo de informação, trabalha com elementos que se tornaram notícia pública. Muitas vezes, os interesses políticos e ideológicos não estão evidentes nas páginas do impresso.

Conforme Luca (2008), alguns pontos devem ser observados no trabalho com jornais, como por exemplo, o destaque a certos temas frente a outros, a distribuição das notícias pela página, outras com destaques centralizados, fontes maiores em negrito, grifos nas letras maiúsculas, matérias em fontes menores. Essas são algumas das características que

podem representar a posição social e política do editor e proprietário deste meio de comunicação.

Outros elementos também devem ser observados na análise e no trabalho com este veículo de comunicação, como: Quem são os proprietários do jornal? A que público se dirige? Quais os objetivos de suas publicações; como são utilizados os recursos para atender seu público? Qual posição social e política, dos sujeitos que produzem o jornal (CAPELATO, 1988).

Sobre a imprensa, Barbosa, destaca uma tendência entre os jornalistas:

Na imagem das reformas dos anos 1950 / 1960 sobressai a fala dos jornalistas que se auto-definem como introdutores de uma nova linguagem indispensável a um tempo em que novos aparelhos tecnológicos entram em cena. Não havia ainda, naquele momento, a preocupação com a mítica da objetividade e da neutralidade. O jornalismo continua tentando ser importante, como um lugar de amplificação do discurso político (BARBOSA, 2007, p.162).

Uma imprensa que se autodenomina “neutra”, apresentando-se ao seu público leitor com mero receptor e instrumento de notícias, estaria vinculada direta ou indiretamente àquilo que serviria a seus objetivos diretos. Os financiadores do meio jornalístico não apresentam interesses neutros, mas expressam suas percepções neste meio de comunicação.

A linguagem jornalística impressa nas páginas dos jornais é carregada de subjetividade, algumas vezes mais explícitas, outras nem tanto. A imparcialidade, aparentemente estampada nos meios de comunicação de massa, não passam de uma ilusão. Quando seu público interpreta uma notícia como "imparcial", concluímos que seu objetivo final foi alcançado. Nesse viés, Sodré (1999), analisando a história da imprensa política, destaca:

Dentro de sua orientação tipicamente pequeno burguesa, os jornais refletiam a consciência dessa camada para a qual, no fim de contas, o regime era bom, os homens do poder é que eram maus; com outros homens, o regime funcionava às mil maravilhas, todos os problemas seriam resolvidos. Assim, todas as questões assumiam aspectos pessoais e era preciso atingir as pessoas para chegar aos fins moralizantes (SODRÉ, 1999, p. 332).

Utilizando-se de uma linguagem agressiva ou velada, buscava seus interesses junto ao público leitor, como se fosse de todos. Com a análise deste veículo, é possível compreender os discursos construídos por esses sujeitos e suas identidades no interior de uma sociedade.

O jornal no município de Guarapuava, como dissemos é uma importante fonte histórica para compreendermos os diversos aspectos da vida social e política. Como os discursos e práticas dos grupos hegemônicos. Na história do município, a questão política foi modelada com bases em laços de parentesco, interesses econômicos e políticos, pelos primeiros fundadores (MARIA, 2007).

Com uma circulação elevada, sendo um dos poucos meios de comunicação de massa disponível nos anos 1960 e 1970, o jornal tinha um papel privilegiado na difusão, ou mesmo na manipulação de informações e notícias. O público do “Folha do Oeste”, era de certa forma limitado, em uma sociedade cuja maioria da população era analfabeta, era difícil manter em funcionamento um impresso de grande porte.

Marcado por este contraste, este veículo foi um importante meio de comunicação em Guarapuava e região. Criado em 1937 por Antônio Lustosa de Oliveira, fazendeiro dos Campos Gerais, não deixava de representar os interesses da “elite campeira”² guarapuavana, composta pelos membros da “alta sociedade”:

Desta forma, a ‘elite campeira’ guarapuavana firmava sua construção identitária na sociedade local, a partir de representações que circulavam no cotidiano. Difundidas, na cidade, pelos meios de comunicação, essas representações dialogavam com estratégias em um nível mais amplo, regional e, talvez, nacional. Em Guarapuava, as estratégias empreendidas demonstravam tensões existentes entre a “elite campeira” e um novo grupo que vinha disputando posições no cenário local, os ‘novos ricos’, enriquecidos com o corte e venda de madeira (MARIA; TEBIL, 2008, p.50).

² O termo “elite campeira” foi utilizado por Ruy Wachowicz para designar os criadores de gado que vieram de São Paulo para Província do Paraná em busca de campos para ampliação de seus rebanhos, responsáveis também pela administração do futuro Estado.

O jornal configurava-se um espaço de construção da identidade deste grupo, por meio das representações que esta “elite” buscava no seio desta sociedade. Outro jornal importante para o estudo da história de Guarapuava é o “Esquema do Oeste”, fundado em 1970 tendo “Leonel Júlio Farah” como diretor, proprietário, jornalista e político local. Tal fato acabou contribuindo a fim de que este jornal se tornasse meio oficial de comunicação da Prefeitura deste município no ano de 1989, na publicação de documentos oficiais (CUNHA, 2014).

Veremos no decorrer do trabalho, como este Jornal foi o que nos forneceu maiores dados sobre a consolidação da FAFIG, noticiando os vestibulares e expectativas de novos cursos a seu público. O tema do ensino superior colocava-se como uma questão de extrema relevância para as elites e forças políticas daquele momento. É devido a isso que utilizamos o jornal como fonte principal para este trabalho.

Com relação à sua posição diante da história da IES, noticiava de maneira superficial os editais de vestibulares, em outros momentos criando a perspectiva de novos cursos para faculdade e de sua transição para UNICENTRO. Algumas vezes “destacando” os líderes locais, outras criticando atitudes do governo estadual e federal nos empecilhos para autorização de novos cursos e reconhecimento da universidade.

Verificamos em nosso levantamento documental, que a maioria das notícias referentes à FAFIG/UNICENTRO eram de primeira página neste jornal. Nesta perspectiva fica evidente que o público do Esquema do Oeste, esperava ficar informado sobre os assuntos referentes a instituição, os vestibulares, novos cursos e perspectivas de uma universidade.

Nos documentos oficiais e na imprensa, muitas vezes percebemos o discurso centralizando na criação dessas instituições, na constituição da FAFIG, o Prof. Francisco Contini, primeiro diretor, teve um papel fundamental para a autorização e o funcionamento desta IES, responsável tanto pelo plano inicial da FAFIG, quando pela sua reestruturação: “Foi ele ainda

que providenciou a compra dos móveis para todas dependências, com exceção das salas de aula, solicitando verbas a Prefeitura Municipal de Guarapuava” (MARCONDES, 1985, p. 23).

Contextualização histórica de Guarapuava

O município de Guarapuava, segundo dados do IBGE com uma população estimada em 2015 178.126 habitantes, sendo um polo com economia predominantemente agrícola e madeireira. Tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,731, estando no Ranking geral na 78ª posição, e um Índice de desenvolvimento Humano (IDH) educacional de 0,628 (IPARDES, 2013).

A localização física e geográfica de Guarapuava é visível no mapa a seguir:

Imagem 3- Localização física de Guarapuava/PR

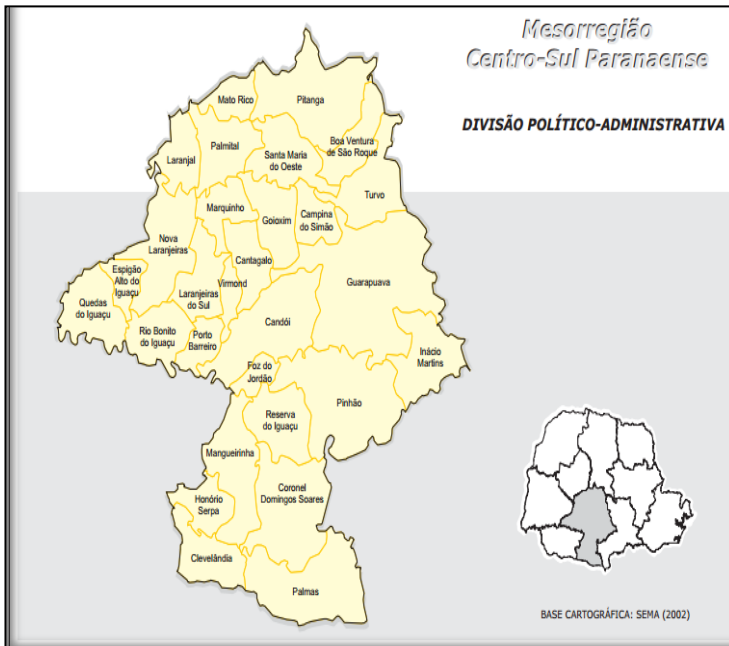


Fonte: Mapa de Guarapuava (2015).

A estrutura educacional da cidade é formada por 114 escolas incluindo de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, contando com respectivamente com 4.230, 27.119 e 7.924, totalizando 39.273 alunos. Em relação ao ensino superior, são 10.907 matrículas. Distribuídas em três faculdades particulares a Faculdade Campo Real, Faculdade Guairacá e Faculdade Guarapuava. Quanto às universidades públicas, temos a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (CENSO ESCOLAR, 2013).

Em divisão territorial política datada de 31/12/1936, o município era constituído de 12 distritos: Campo Mourão, Cândói, Catanduvas, Faxinal dos Elias, Guarapuavinha, Erval, Juquiá, Laranjeiras, Palmeirinha, Pinhão, Pitanga e Marrecas.[...] Atualmente o município é constituído de 5 distritos: Atalaia, Entre Rios, Guairacá, Guará e Palmeirinha. Está localizada na Mesorregião do Centro-Sul paranaense, como observamos no mapa que segue (IBGE, 2013):

Imagem 4-Mesorregião do Centro-Sul paranaense



Fonte: IPARDES (2004).

A mesorregião de Guarapuava é formada pelos municípios de Campina do Simão, Cândói, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Honório Serpa, Inácio Martins, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Marquinho, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Palmas, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, Turvo e Virmond (IPARDES, 2012).

Posteriormente constatamos que as limitações geográficas do município se alteraram, isto se justifica pela emancipação política de alguns distritos antes pertencentes a Guarapuava. Estes dados interessam ao pesquisador da história da educação, por conter nos arquivos públicos do município, documentos escolares da região de abrangência no período estudado.

O Centro-Sul do Estado do Paraná é um espaço relativamente novo, ao considerarmos a dimensão histórica do Brasil. Inicialmente ocupada por indígenas, vista aos olhares dos colonizadores como “inabitada”,³ posteriormente colonizada por exigências do governo central.

A formação de Guarapuava remete ao ano de 1809, mediante a Carta Régia, momento em que o Príncipe D. João VI solicitou que fosse ocupada a região dos Campos Gerais, em 1810 em expedição ao comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, iniciou-se o este processo rumo a esta região (SILVA, 2008).

Em 1810 foi instalado o “Fortim Atalaia”, nas proximidades ao local onde seria estabelecida a cidade. Devido aos receios dos ataques dos indígenas tal edificação tornou-se necessária para proteção da expedição. Em 1819 há a Instalação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, que passaria à condição de vila em 1852 e, em 1871, a cidade (GUARAPUAVA, 2015).

Segundo Silva (2008), o tropeirismo foi uma importante atividade econômica para Guarapuava, garantindo certa estabilidade econômica por

³ Não pretendemos aqui discutir a questão do “vazio demográfico”, mas é importante considerar que tal espaço geográfico, foi aos poucos sendo construído pelo colonizador.

algum tempo. No início do século XX, entrou em decadência devido ao enfraquecimento do comércio com a Feira de Sorocaba. Os fazendeiros que haviam enriquecidos com a pecuária tiveram que se adaptar às novas exigências do mercado, com isso, intensificou-se a criação de cavalos e suínos, foi neste cenário que:

Restou, porém, uma população que havia adquirido novos hábitos de consumo, tornando-se mais exigente. Além de um segmento social mais polido culturalmente, composto pelos filhos dos fazendeiros enriquecidos com o tropeirismo, a quem fora dada a oportunidade de estudar nos centros maiores. Ao assimilar a cultura e os costumes desses centros, eles passariam a utilizar mecanismos de pressão junto às autoridades estaduais e federais em busca de soluções para o município (SILVA, 2008, p.27).

Este grupo denominado pela autora como os “novos ricos”, frequentemente pressionavam as lideranças políticas locais, por melhores condições de vida no espaço urbano em desenvolvimento.

Quanto a economia guarapuavana, após 1940, com a impossibilidade da exportação do “pinheiro-de-riga”, consolidou-se a exploração da Araucária, árvore bastante resistente, nativa e abundante em toda região, levando o Estado do Paraná, a atividade econômica, posteriormente denominada de Ciclo da Madeira. Rapidamente ultrapassou a erva-mate como fonte de arrecadação, consequentemente tivemos vastas áreas devastadas pelas atividades predatórias das madeireiras (WACHOWICZ, 1977).

Na imagem a seguir, percebemos o registro histórico do auge da economia madeireira em Guarapuava na década de 1950, a mesma retrata o comboio de caminhões estacionados na rua, em frente a matriz da Igreja Nossa Senhora de Belém, hoje região central da cidade:

Imagem 5- Comboio de caminhões na década de 1950 em Guarapuava



Fonte: Comboio de caminhões

A região de Guarapuava situada no terceiro planalto paranaense, por influência de sua atitude elevada com clima subtropical úmido, favoreceu o crescimento de florestas propícias a este clima como a Imbuía e a Araucária. Devido a esta “abundância”, impulsionou a instalação de madeireiras, que acabaram contribuindo para o crescimento e estilização do espaço urbano:

A indústria do pinho atraiu boa parte da mão de obra excedente do mate, que estava em crise. As serrarias, sempre a procurar vastos pinheirais, acentuaram sua penetração para Oeste e Sudoeste, regiões detentoras de vastas florestas de pinheiro nativo (WACHOWICZ, 1988, p. 205).

O setor madeireiro, foi um instrumento que impulsionou a economia local. Pela necessidade de mão de obra para esta atividade, acabou atraindo as pessoas do campo e outras regiões, ocasionando um aumento dos habitantes na área urbana. Evidentemente que esta população em busca de melhores condições de vida, em sua maioria oriundas do espaço rural, procurava na escolarização sua inserção no espaço urbano, como aponta Cunha:

[...] A transferência das populações rurais para zona urbanas fez com que elas logo apercebessem da importância da posse dos conhecimentos de leitura, escrita e cálculo para as transações mais elementares na cidade, independentes, até certo ponto, do processo de monopolização comentado. Desde a localização na trama urbana até as compras em supermercado, há uma infinidade de situações em que ler, escrever e contar (técnicas ensinadas na escola primária) eram indispensáveis [...] (CUNHA, 1989, p. 73).

Esses indivíduos que vinham para a cidade, requisitavam escolarização básica, novas escolas e demanda por professores mais qualificados para disciplinas escolares. Nesse sentido entendemos esta atividade econômica, como um fator fundamental na modernização e ampliação do setor urbano de Guarapuava, por isso, ao trabalharmos com instituições educacionais, é circunstancial analisarmos o contexto regional e local que se inserem.

Ao indagarmos as questões referentes ao ensino superior, questionamos: que elementos levaram à necessidade de uma IES para o município de Guarapuava no final da década de 1960? Porque não surgiu antes deste período? Entendemos que o movimento de sua criação não foi algo isolado, mas esteve relacionado à ampliação destas instituições em todo Brasil, como a facilitação e incentivo do governo federal para novas IES. No Estado do Paraná intensificou-se após 1950 em cidades com maior densidade demográfica, também decorrente da industrialização e de sua interiorização:

Na década de 1950, com a modernização da economia em nível nacional e no Paraná, ocorrem transformações socioeconômicas na base produtiva de Guarapuava, devido aos novos sistemas de produção que estavam sendo implantados e que se expandiam a outros espaços, com o fim de unificar a economia nacional e estadual à lógica da modernização da produção industrial. Dessa maneira, o espaço regional guarapuavano, frente à nova conjuntura de modernização que caracterizou o estado paranaense nessa década, foi se transformando, ocorrendo sua integração à economia estadual e nacional, o que favoreceu o desencadeamento de novas relações sociais com a

indústria. Em meio a esse processo, a nova base produtiva que chega aos campos de Guarapuava estimula a utilização de bens produzidos pela indústria urbana, favorecendo a transformação do processo produtivo e alterando as relações sociais, que anteriormente se apoiavam somente na exploração primária (BRAVIN, 2011, p.64).

Percebemos que esta mudança no setor econômico, condiz com o movimento objetivando uma faculdade para Guarapuava, novas necessidades, novas demandas e uma “elite” com hábitos de consumo mais exigentes. Em nível local, em 1970 a ação da prefeitura em criar um distrito específico ao setor industrial, foi um fator importante a industrialização de Guarapuava:

[...] Nessa década, em uma fase de crescimento tanto do País quanto do Paraná, o poder público local começa a exercer sua influência para atração de novas indústrias para o município, visto Guarapuava ser pólo econômico e de serviços em sua micro e mesorregião, possuindo uma posição geográfica estratégica no estado. Em 1973, o poder público local procura estabelecer a formação de um Distritos Industrial, que se concretiza por meio da Lei nº 200/1973, que cria o Guaratu, o primeiro distrito industrial de Guarapuava, localizado às margens da PR 466, no km 01, no bairro Xarquinho (BRAVIN, 2011, p.100).

O desenvolvimento econômico atraiu pessoas de outras regiões, também influenciou na migração rural/urbana dentro do município, como verificamos no quadro a seguir, com um paralelo entre a população urbana e rural entre 1950 a 1991:

Quadro 4 -População urbana e rural de Guarapuava de 1950- 1991

PERÍODO	URBANA	RURAL	TOTAL
1950	5.489	61.947	67.436
1960	16.362	80.585	96.947
1970	43.264	67.639	110.903
1980	89.951	68.636	158.585
1991	107.022	52.551	159.573

Fonte: FERNANDES (2010), com adaptações pelo autor ⁴

Como observamos no quadro, de 1950 a 1960 a população total de Guarapuava praticamente triplicou, novamente evidenciamos este dado entre 1960 a 1970, onde percebemos este aumento populacional urbano. Destacamos também, de 1950 a 1960 um crescimento demográfico da área rural passando de 61.947 para 80.585 habitantes. Conforme a município crescia demograficamente, ampliavam-se os setores agrícola e comercial, requisitando maior participação e representação política. De acordo com Tembíl:

O crescimento da atividade madeireira, aliada, na sequência, à intensificação do fluxo migratório resultante da vinda dos suábios na década de 1950, e do alargamento das fronteiras agrícolas que atraiu contingente populacional do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e de outras cidades do Paraná, nas décadas de 1960 e 1970, modificou substancialmente a vida da cidade guarapuavana, uma vez que implicou transformações nas bases produtivas e na posse da terra que, até então, fundava-se na relação 'latifundiário-proletário rural' [...] (TEMBIL, 2007, p. 93).

Uma das circunstâncias deste aumento no contingente populacional em Guarapuava de 1950 a 1970, foi decorrente do alto fluxo migratório para o Paraná. Neste momento também percebemos a preocupação dos dirigentes e políticos locais com a modernização da cidade:

Essa classe média preconizou novos hábitos de consumo e, mais uma vez, uma nova configuração urbana. Casas de comércio, instituições financeiras e pequenas indústrias passaram a integrar o cenário se cidadão [...] (TEMBIL, 2007, p. 93).

⁴ Segundo autor baseado em dados do Censo de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 199, 2000.

Esta “nova classe média” com hábitos de consumo mais exigentes, exerceu influência na pressão diante das lideranças políticas locais para a criação da IES. Consideramos que a questão econômica é fundamental para que esta demanda pela qualificação em um curso superior, seja requisitada pela sociedade. Este elemento foi decisivo para este movimento, em prol da FAFIG na década de 1960, isso porque pela sua localização, Guarapuava teve um desenvolvimento tardio na inserção no sistema capitalista integrado de produção nacional.

Percebemos como as instituições de ensino, refletiram este jogo de forças e de interesses nem sempre explícitos. Sobre isso Orso, afirma: “[...] O poder político, o espaço público e as instituições passam a refletir mais explicitamente o jogo de força e os interesses destes grupos social” (1996, p.69). O surgimento do ensino superior, grosso modo, em Guarapuava esteve relacionado às necessidades regionais, pressões sociais da comunidade e interesses diversos.

Origens da FAFIG

Neste item, abordaremos o processo de constituição histórica da FAFIG desde sua gênese em 1970. Foi a primeira IES do município de Guarapuava, fundada no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), posterior a Lei nº. 5.540/1968, que normatizava o ensino superior.

Sua fundação esteve inserida em um momento marcado por mudanças de cunho político e social, tanto em âmbito estadual quanto federal. A FAFIG estava fundamentada neste projeto da reforma universitária de 1968 no art. 4º:

As universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações’ (BRASIL, 5540/1968).

A extinção da cátedra e separação dos cursos por departamentos, instituída pela reforma universitária de 1968, também já seria instituída na FAFIG, inspirada pela Lei 5540/1968. Ao mesmo tempo, a departamentação, além de imobilizar os professores, acabava restringindo a pesquisa e extensão, à medida que dividia cada professor em seu departamento, com isso seria muito difícil professores que antes poderiam manter vínculos de pesquisa por afeição a determinada temática.

Em Guarapuava, as políticas públicas educacionais ganham prioridade nos discursos políticos após 1950. Nas palavras de Herold Junior:

As dificuldades do desenvolvimento da educação pública em Guarapuava que se mantém desde o final do século XIX e chegam até a década de 50, foram abordadas por professores e políticos envolvidos na luta pela educação pública municipal para além da reivindicação por mais escolas e professores: elas foram encaradas nos marcos da oposição entre ‘renovadores’ e ‘conservadores’ (HEROLD JUNIOR, 2012a, p.79).

A questão educacional começava efetivamente a ser discutida e repensada em meados de 1950. Neste viés, verificamos na Ata das sessões do Conselho Municipal de Educação de Guarapuava, em 1970, que destaca:

Aos 14 dias do mês de maio de 1970 no gabinete do senhor prefeito municipal de Guarapuava com objetivo de dar posse ao Conselho Municipal de Educação, órgão de assessoramento do município. No início falou prefeito Moacir Júlio Silvestre. Guarapuava das finalidades do Conselho, ou seja, aquele que sugere, orienta das normas, principalmente o que se refere à educação, primária médio e superior, também seu objetivo é a execução do Plano de Educação (Ata nº 1, Guarapuava, 1970).

A ampliação do espaço urbano do município e o aumento populacional, urgia uma demanda educacional que atendesse a todos. Neste movimento as autoridades demonstram a preocupação com a questão educacional.

Neste sentido, uma faculdade poderia aliviar esta tensão, atuando na formação de recursos humanos para a qualidade educacional e carência de

docentes especializados no município. Marcondes (1985), aponta que há muito tempo havia a intenção de vários segmentos da sociedade guarapuavana em fundar uma faculdade para o município, seria uma forma de atender às necessidades de profissionais especializados aos interesses da região:

[...] O assunto preferido em todas as reuniões estudantis, dos artigos da imprensa local e dos comícios políticos, quando o povo cobrava de seus representantes uma escola de nível superior para atender as reivindicações da grande maioria de jovens de todo centro oeste do Paraná, cujos pais não possuíam recursos financeiros para sustentar seus estudos em outras cidades, girava em torno da Faculdade (MARCONDES, 1985, p.91).

Segundo a autora, a comunidade guarapuavana há tempos reivindicava uma IES. Seria a oportunidade de estudo, de muitos jovens cujos pais não teriam condições financeiras de manterem seus filhos em outras cidades, fato fundamental para o “progresso” de Guarapuava.

Sobre a importância da FAFIG para região, em maio de 1970, o Jornal Esquema do Oeste, assim destacava:

O campo de ação e objetivos da faculdade, é preparar professores e técnicos para o magistério, abrangendo uma área que atinge as localidades de Irati, Prudentópolis, Pitanga, Cascavel, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu, Toledo, Pato Branco, Vitorino, Coronel Vivida e outros municípios vizinhos (ESQUEMA DO OESTE, 17 de maio de 1970a, p. 7).

A abrangência da faculdade não se restringia em atender apenas alunos de Guarapuava, mas diversos municípios vizinhos que não tinham uma IES. A notícia também deixa claro os objetivos da faculdade, ou seja, “preparar professores e técnicos”. Esses atuavam em sua maioria, como docentes nas escolas estaduais e municipais da região.

Como assinalamos a história do ensino superior em Guarapuava esteve relacionada a um projeto de expansão das instituições de educação em todo País. Não se desenvolveu de maneira isolada no interior do Paraná, mas esteve articulada a um ideal de nação republicana, que vinha sendo delineado pelas elites econômicas e políticas desde o final da década de 1950.

Em matéria do Jornal Esquema do Oeste, em 1970, verificamos como as ações do governo federal foram intensificadas a partir deste ano, com relação à educação em todas as modalidades:

Imagem 6- Notícia Esquema do Oeste

Govêrno inicia em 70 a década da educação e da agricultura

Em documento que enviou na última semana aos futuros governadores de Estados, o govêrno federal expõe, em linhas gerais, o que se fez no País, de 1964 a 1969, e afirma, em certo tópic, que após os resultados alcançados no estabelecimento da infraestrutura, o Brasil realizará, na década de 1970, sua revolução na Educação e na Agricultura, embora não descuidando na área industrial.

EDUCAÇÃO

No campo da educação, pretende o govêrno eliminar o analfabetismo (hoje com taxa próxima a 30%), na faixa etária de 15 a 30 anos, na década de 70; e, nesse mesmo período, universalizar o ensino primário, que deverá apresentar taxa de escolarização de 80%, já no ano de 1973.

No ensino médio, que, integrado ao primário, constituirá o ensino fundamental, deverá ser aumentado, até 1973, o total de matrículas, em 60% no primeiro ciclo, e em quase 100% no segundo ciclo. No ensino superior, será de 80% o aumento de matrículas. E pretende-se, também, iniciar a implantação de um sistema de centros regionais de pós-graduação.

Espera-se que o setor público, no período considerado, de 70 e 73, aplique, em educação, mais de 23 bilhões de cruzeiros, ou seja, em termos reais (prêços de 1970), o triplo do que foi aplicado no quadriênio anterior à Revolução.

Excluídos os fundos vinculados, a Educação constitui, hoje, como se afirma, o maior programa contido no orçamento da União, com recursos previstos, em 1971, de cerca de Cr\$ 1.600 milhões.

AGRICULTURA

Na agricultura, produzir-se-á grande impacto no sentido de sua transformação tecnológica, através de sistema de incentivos fiscais e financeiros, já montado, e da efetivação de um conjunto de programas nacionais, para aumento de produtividade, expansão da área plantada (com aproveitamento de terras da Região Central e do Meio-Norte), reforma agrária e modernização da comercialização.

Os investimentos e dispêndios de apoio, pelo govêrno federal, no setor agrícola, serão de cerca de Cr\$ 11 bilhões, no período de 1970/73. São estes os principais projetos, quase todos já em fase de execução: Programa Nacional de Irrigação; Programa de Fertilizantes; Programa de Mecanização Agrícola; Programa Intensivo de Pesquisas; Plano Nacional de Sementes Melhoradas; Programa de Pecuária de Corte; Projeto de Combate à Aftosa; Programa de Terminais Pesqueiros; Programa Integrado de Estradas Vicinais; Projeto de Eletrificação Rural; Programa de Centrais de Abastecimento e Mercados Terminais; e Programa de Armazenagem e Silos Portuários.

Fonte: Jornal Esquema do Oeste (1970c).

A notícia enfatiza que o Governo Federal objetivava extinguir o analfabetismo e intensificar o ensino primário integrando-o ao ensino médio. Neste movimento de estimular a escolarização básica, tornara-se necessária a formação de professores para disciplinas escolares.

Foi com este propósito que muitas “Faculdades de Filosofia” foram criadas em regiões interioranas. Em 1970, as cidades com maior densidade populacional passaram a instalar de universidades ou faculdades privadas, incentivando a “interiorização” do ensino superior.

As IES no Paraná, muitas vezes eram criadas não apenas atendendo a demanda social como um todo, mas em regiões com maior representatividade política e poder de pressão junto ao Estado. Por um longo período

houve uma total inexistência de políticas públicas que organizasse a educação superior estadual (SCHMIDT, 1999)⁵.

O Estado, ao ser pressionado pelos diferentes setores da sociedade contrários à privatização, acabava aliviando esta tensão oferecendo meios para iniciativa privada se desenvolver mediante legislação, como também, pelo financiamento direto e indireto das faculdades.

Turmena (2009), ao analisar o ensino superior na região Sudoeste do Paraná diz:

Percebe-se que o aumento da população, devido à preocupação do Governo Federal em ocupar esta região, desencadeou na formação de trabalhadores para ocupações de docência (educação), administração e contabilidade de propriedades rurais (maioria) e de um comércio não tão sólido, mas com marcas de crescimento conjuntamente com o aumento da população (TURMENA, 2009, p.45).

Os cursos nas áreas de contabilidade, administração e formação de professores estavam voltados às necessidades expansionistas da região. Nesse sentido, entendemos a região de Guarapuava dentro de uma totalidade, estava vinculada a uma economia e política estatal e nacional, relacionada ao cenário internacional.

É evidente neste contexto a existência de incentivos federais e estaduais na ampliação da IES, que se justificavam pela pressão de diferentes segmentos da sociedade, que reivindicavam o aumento de vagas na educação superior.

O governo federal fornecia condições para ampliação das IES, dando autonomia aos municípios e estimulando à iniciativa privada para a criação de novas faculdades. Foi neste contexto que se constitui o ensino superior em Guarapuava, inicialmente como Fundação Estadual, e posteriormente transformando em universidade.

⁵ Nesta linha de pensamento consideramos que Curitiba no Paraná tinha a maior representatividade política, no entanto ao mesmo tempo lá estavam presentes duas instituições de ensino superior estaduais; a Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná, além da Universidade Federal do Paraná.

Esta tendência também é identificada em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 31 de março de 1970, pelo Governador Paulo Pimentel, ao mencionar sobre educação e cultura:

A valorização, do homem do interior é o ponto alto da programática do atual Governo foi levada a sério pelo setor público de sorte a estender às cidades mais longínquas do Estado as possibilidades culturais até então restritas quase que somente a capital (Sem Grifos) (PARANÁ, Decreto 22.959, 1970, p.113).

Nesta mensagem o governo estadual pretendia ampliar as “possibilidades culturais”, e interiorizar o ensino superior no Estado. As fundações de educação, também conhecidas como “Instituições isoladas”, supririam a demanda momentânea pela educação e formação universitária.

O quadro a seguir mostra a situação das faculdades estaduais no ano de 1982, quanto ao número de vagas e matrículas efetivadas:

Quadro 7- Faculdades estaduais

MOVIMENTO DO VESTIBULAR NAS FACULDADES ESTADUAIS — 1982			
Instituições	Vagas Anuais Ofertadas	Candidatos Inscritos	Matrículas Efetivas
— Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	1.200	1.062	996
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de C. Procópio	660	1.042	612
— Escola de Música e Belas-Artes do Paraná — Curitiba	160	458	152
-- Faculdade de Educação Musical do Paraná — Curitiba	180	525	180
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava	780	756	583
— Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro — Jacarezinho	70	631	70
— Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho	100	240	105
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	475	587	435
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí	500	678	433
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de U. da Vitória	306	363	289
TOTAIS	4.431	6.342	3.866

FONTE: PARANÁ, Mensagem à Assembleia Legislativa, 1983.

É perceptível que a oferta dos cursos era inferior à demanda na maioria das faculdades estaduais. Verificamos que em 1982 a procura pelos

curso de nível superior era pequena. Isso talvez se justificasse pela precariedade do acesso da população ao ensino secundário, não permitindo uma progressão de estudos, ou mesmo pela dificuldade financeira. As matrículas efetivas, eram menores que as vagas ofertadas, embora fossem superiores ao número de inscritos.

A importância regional da FAFIG se apresenta no mesmo quadro, sendo a terceira colocada em matrículas efetivas no Estado do Paraná, no ano de 1982, ficando atrás da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procópio.

O quadro abaixo apresenta as instituições de ensino superior no Paraná em 1982, as Faculdades Estaduais isoladas e as duas universidades estaduais.

Quadro 5- Cursos e matrículas

CURSOS DE GRADUAÇÃO E MATRÍCULA INICIAL — 1982		
Instituições	Cursos	Alunos
— Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	4	1.314
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio	6	1.746
— Escola de Música e Belas-Artes do Paraná — Curitiba	4	367
— Faculdade de Educação Musical do Paraná — Curitiba	3	513
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava	8	1.109
— Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro — Jacarezinho	1	301
— Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho	1	260
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	5	1.064
— Universidade Estadual de Londrina	29	9.816
— Universidade Estadual de Maringá	23	6.180
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá	6	1.198
— Universidade Estadual de Ponta Grossa	15	3.958
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória	5	697
TOTAIS	110	28.523

FONTE: PARANÁ, Mensagem à Assembleia Legislativa, 1983.

Observamos a importância das universidades neste quadro. A Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá,

contavam com mais de 50% o número de matrículas com relação ao restante das instituições do Estado. Destacamos no quadro a relevância regional da FAFIG, como a Faculdade Estadual com maior quantidade de cursos, ficando atrás apenas das universidades do estado.

Implementação da FAFIG

A constituição oficial da FAFIG tem seu marco em 1967, neste ano o deputado estadual Moacyr Júlio Silvestre, apresentou o projeto de Lei nº 37/1967 para criação da faculdade na Assembleia Estadual do Paraná, aprovado no mesmo ano pelo governador Paulo Pimentel transformando-se Lei Estadual nº 5804/1968 (MARCONDES, 1985).

A estrutura física para o funcionamento da faculdade inicialmente foi alugada pela Igreja, que se propôs desde o início em ceder o espaço para funcionamento inicial da instituição. Percebemos este fato em várias cerimônias realizadas pela na FAFIG, cujas lideranças religiosas sempre estavam presentes como veremos no decorrer deste capítulo.

Paralelamente com este movimento, foram escolhidos os cursos que seriam oferecidos, inicialmente de Geografia, História, Letras e Matemática. Observamos que estes eram voltados a formação de professores para educação básica. Entendemos que este propósito esteve atrelado a um projeto nacional para formação e especialização dos professores que atuariam na escolarização dos indivíduos (PARANÁ, Lei 5888/1968).

Embora o município de Guarapuava, na década de 1970, contasse com um setor econômico predominante agrícola e madeireiro, havia poucas oportunidades para os profissionais liberais. Nesta perspectiva a área educacional traria maiores chances de trabalho, em contraposição à quantidade de escolas na Região.

A região de Guarapuava na década de 1970 tinha na agropecuária umas das principais atividades econômicas. Neste cenário havia o interesse dos representantes políticos que a primeira faculdade fosse uma “Escola de Agronomia”. Este projeto se tornou inviável por diversos fatores, tendo

como principal motivo os altos custos financeiros e a dificuldade a formação de um grupo de docentes especializados para os cursos da IES. Com isso optou-se pela Faculdade de Filosofia, para posteriormente incorporação de novos cursos (MARCONDES, 1985).

Mesmo com a impossibilidade de uma Faculdade de Agronomia, a criação da FAFIG foi marcada por entusiasmo e grande comemoração pela imprensa local, demonstrando que sua fundação foi uma conquista importante para Guarapuava, como destaca a matéria de jornal do dia 1º de fevereiro de 1970:

Imagem 7- Notícia jornal de Guarapuava

JORNAL DE GUARAPUAVA

ANO I N.º 24 Guarapuava (Paraná), 1.º de fevereiro de 1970 Número avulso : NGR\$ 0,20 PORTE POSTAL PAGO

Faculdade foi Presente de Ano Novo para Guarapuava

A Grande Festa

Uma escola de nível superior significa uma nova etapa alcançada, uma nova dimensão aos anseios educacionais e culturais de uma cidade e de uma região.

Trata-se de uma grande festa do espírito, da inteligência e do coração — um marco de esperança, a certeza de que os frutos já estão nascendo para carquejar a terra.

Guarapuava, suas autoridades e seu povo escrevem uma página na história, plantando na harmonia do plano um estabelecimento capaz de aprimoramento da juventude e preparação do homem de amanhã.

Uma escola de filosofia orienta e favorece o estudo das ideias, fazendo nascer ideias, senando a arte, divulgando a noção da beleza, o gosto, pelas letras e conquistas do espírito, além de formar o mestre, o pedagogo, o técnico em educação.

— Eis o melhor para um Brasil que tem vontade de crescer — a educação como meio de aprimorar o homem, pois não se deve esquecer que nada é possível fazer de grande, com homens pequenos.

A nova escola significa uma grande festa onde tudo é alegria, tudo é esperança, tudo é a certeza de que as novas gerações estão avançando para o futuro. Criador em bondade, altruísmo, inteligência, humanismo, solidariedade e exemplo de amor.

Talvez a nova faculdade desperte o grande escritor que o Paraná espera para registrar a epopéia dos seus diversos eus e dos, principalmente o da madureira hoje em seu declínio.

Guarapuava dá aos seus filhos uma escola superior. E a grande festa de comemoração ao trabalho e a vida de seu povo, significando uma contribuição ao progresso do Brasil.

João Maria Orreda.

Depois de algumas noites sem dormir para aguardar a hora e a vez de conversar com autoridades nacionais, o Padre Egídio Ragassi conseguiu a assinatura do decreto que cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava.

O processo estava sendo elaborado há muito tempo, após ato do Governo do Estado que criou a Fundação mantenedora da referida escola superior. E posteriormente designou o Conselho de Curadores da Faculdade.

ALEGRIA

O júbilo foi imenso em Guarapuava e cidades beneficiadas com a criação da Faculdade, constituindo-se num marco de civilização e progresso. A instalação da Faculdade vem contando com o apoio integral do Governador Paulo Pimentel, Prefeito Moacir J. Silveira e Deputado João de Matos Leão.

CONSELHO

O Conselho de Curadores da Faculdade está assim constituído: Dom Frederico Helmel, Frederico G. Keche, Edilson José Sanchez, Riso S. Ullmann, Egídio Ragassi e Deris Souza de Matos.

DIRETOR

O diretor da Faculdade é o Pe. Francisco Contini e secretário o ar. José Castronaro, devendo a nova escola funcionar no corrente ano letivo.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava

E D I T A L

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, criada por Lei Estadual n.º 5.894 de 15 de julho de 1968, acaba de receber de S. Excia. o Sr. Presidente da República a autorização de funcionamento conforme Decreto abaixo rubricado, publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Seção 1 — Parte 1 a 19 de janeiro de 1970, cujo teor é o seguinte:

DECRETO N.º 66.683 DE 16 DE JANEIRO DE 1970

AUTORIA FUNCIONAMENTO DE FACULDADE

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, Item III da Constituição e de acordo com o disposto no artigo 47 da Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei n.º 812, de 9 de setembro de 1969, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1970; 149.ª da Independência e 82.ª da República.

Raulito G. Médici
Jarbas G. Passarinho

Em virtude do Decreto acima, encontram-se abertas a partir do próximo dia 3 de fevereiro, as inscrições das provas habilitatórias aos cursos de Matemática, História, Geografia e Letras. Informações na Secretaria da Faculdade.

Guarapuava, 22 de janeiro de 1970.

Pe. Francisco Contini — Diretor. *João Castronaro* — Secretário.

Verificamos a importância e expectativas que a faculdade oferecia para Guarapuava e região, ganhando destaque na primeira página do jornal, em enfatizando constituição da instituição e os representantes políticos que apoiaram tal propósito. É perceptível no discurso de José Maria Orreda⁶, na coluna, e seu destaque para importância da escolarização da sociedade, quando afirma, “[...] significando uma contribuição ao progresso do Brasil”. Afirmação comum em discursos políticos neste momento.

As propostas educacionais muitas vezes se efetivaram por meio de interesses políticos, conforme podemos observar no Jornal Esquema do Oeste de 1970:

Solenemente instalada em 2 de março passado, com início do ano letivo desde 23 de março, acha-se funcionando regularmente a Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava. De grande alcance e projeção social para toda região Centro oeste paranaense, é uma das grandes aspirações de nossa mocidade estudantil, a faculdade nasceu da operosidade do prefeito Moacyr Julio Silvestri, que, quando deputado a Assembléia Estadual, apresentou o anteprojeto para sua criação. Tal idéia recebeu a consideração e apoio do deputado João de Mattos Leão, digno representante de nossa região na Assembléia, bem como a acolhida simpática do governador Paulo Pimentel (ESQUEMA DO OESTE, 17 de maio de 1970b, p. 7).

Nesta notícia fica evidente o destaque para os personagens políticos responsáveis pelo projeto de autorização da FAFIG, destacados neste trecho como “únicos” responsáveis por tal conquista. Também ficou estabelecido o quadro de funcionários da faculdade, conforme a legislação estabelecia:

⁶ “[...] foi fundador do jornal O Debate (1961); incentivou a construção do Ginásio de Esporte em Irati, das escolas João XXIII na Vila São João e Pe. Wenceslau no Rio Bonito, foi Inspetor Regional de Ensino da Secretaria de Estado da Educação (1964-1968). Contribuiu para a implantação das Associação de Pais e Mestres (APM) nas escolas rurais de Irati. Coordenador da APAE (1967) e secretário geral até 197. Coordenou as primeiras ações para a instalação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, de Irati. Co-idealizador do brasão do Município de Irati, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1980, do Conselho Regional de Desportos(1983-1986), do Conselho Estadual de Cultura (1985-1986), Presidente da Câmara Municipal de Irati(1983-1985)”. Fonte: <http://cedoc.unicentro.br/index.php/jos-maria-orreda;isad>

Quadro 6- Cursos e matrículas

1 - Diretor;
35 - Professores de Ensino Superior;
15 - Professores Assistentes;
1 - Secretário;
1 - Oficial Administrativo;
1 - Arquivista,
1 - Contador;
1 - Bibliotecário;
2 - Laboratoristas;
1 - datilógrafo;
2 - Escriturários;
1 - Inspetor de Alunos;
1 - Almoxarife;
1 - Porteiro;
2 - Serventes.

Fonte: PARANÁ, Lei 5804, (1968).

O quadro de funcionários, foi proposto com a finalidade de regulamentação da faculdade, estabelecendo quantidade mínima estabelecida por lei para funcionamento da instituição. No decorrer dos anos este quadro se ampliaria, na medida que seriam criados novos cursos e turmas seriam formadas por novos ingressantes.

Sobre o espaço físico, a imagem a seguir, apresenta a fachada da FAFIG em 1971, na qual verificamos o espaço inicial da instituição, estando isolado da região urbanizada do município:

Imagem 8- Foto fachada da FAFIG



Fonte: Fachada da FAFIG ,1971.

Percebemos o “vazio” em torno da FAFIG, até então um espaço visualmente isolado, com urbanização precária, sem residências, calçamentos ou uma estrutura comercial. As IES impactavam no setor socioeconômico da região em seu contorno, tendo a possibilidade de atrair empresas que verificam a disponibilidade de mão de obra qualificada em nível superior para determinadas funções. Em cidades pequenas ou em crescimento, geralmente as IES eram fontes geradoras do desenvolvimento do comércio e demais serviços.

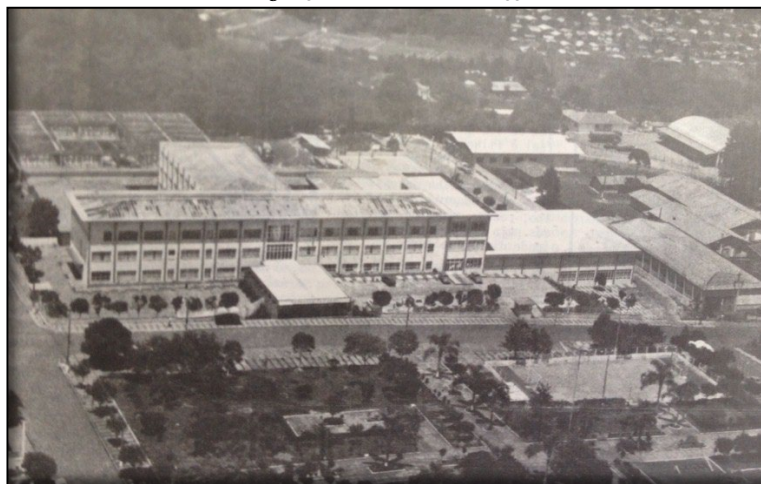
As universidades foram construídas em sua maioria dentro do espaço urbano, para o atendimento de uma demanda educacional, inicialmente da população da cidade. Propositamente, ao irem contra o esvaziamento do espaço rural, acabam contrariando esta proposta sendo um elemento a mais, na atração destas pessoas, como aponta Cunha:

O processo de integração do ensino superior teve na localização da universidade no espaço urbano ou extra urbano e no uso desse espaço um momento que provocou efeitos contrários à direção que esse processo vinha seguindo (CUNHA, 1989, p.100).

As IES demandavam um espaço físico para ampliação de suas instalações, por este motivo, em sua maioria, eram construídas em espaços distantes dos centros urbanos das cidades, algumas vezes próximos a periferias devido aos custos dos espaços dessas instalações.

Sobre a FAFIG, verificamos anos depois o crescimento urbano em torno da faculdade e as ampliações de suas instalações:

Imagem 9 - Vista aérea FAFIG em 1990



Fonte: Jornal Esquema do Oeste (1990a).

Essas instituições também eram responsáveis pelo crescimento de uma região onde ela é construída, havendo uma valorização e crescimento do espaço urbano a seu redor. Por atrair estudantes de outras cidades havia um desenvolvimento do setor imobiliário gerando empregos diretos e indiretos, tanto por parte de seus funcionários quanto pelos fornecedores de diferentes produtos e serviços.

As universidades acabavam desempenhando um papel importante no desenvolvimento socioeconômico local e nacional. Os discentes formados na IES refletem profundamente na sua região, passariam a atuar nos diversos níveis educacionais, profissionais da área da saúde e profissionais liberais, administradores, contadores, entre outros.

Na história das instituições de ensino superior, é perceptível que em sua maioria nascem a partir de uma demanda local, como fundações isoladas e em sua trajetória são integradas em torno de um órgão central, uma universidade. A FAFIG desde a criação em 1970, até a transição para universidade em 1990 e seu definitivo reconhecimento em 1997, passou por uma longa trajetória.

Como salientamos anteriormente na constituição da FAFIG havia o interesse em cursos voltados para as “reais” necessidades do município, nas áreas de ciências rurais, e posteriormente de Administração, Ciências Contábeis, e Ciências Jurídicas.

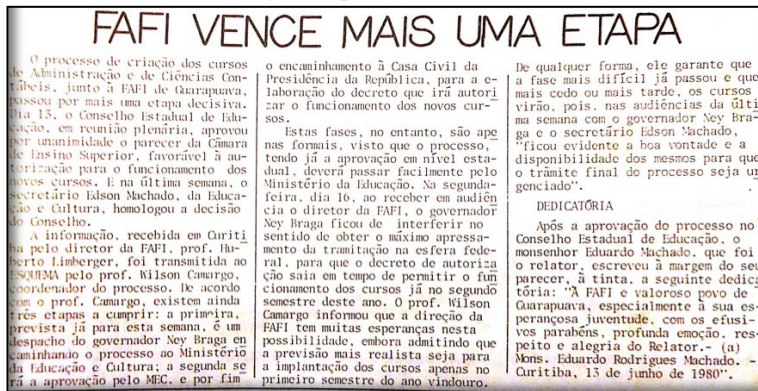
Verificamos o interesse dos membros da sociedade Guarapuava em novos cursos para IES, entre eles o de Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas. A matéria aponta que seriam escolhidos a partir de uma pesquisa com alunos que se interessariam pelos mesmos. O curso de direito não seria autorizado, mas por qual razão? Os cursos voltados para a formação de professores não apresentariam a “elevação de status” ou não estariam a “altura” do nível de ascensão social da elite guarapuavana.

Não encontramos em documentos os argumentos concretos pela negação do curso de Direito, mas é possível que apresentasse um aumento de custos considerável para o Estado, como também pelo fato dos alunos pagarem mensalidades, poderia não haver “público” suficiente para sua manutenção. No entanto, Marcondes (1985) aponta que:

O curso de direito sofreu restrições por parte dos órgãos que regulamentam a criação do mesmo, mas os outros dois foram criados pelo Decreto Federal nº 85061, de 25 de março de 1980, assinado pelo Presidente da República, General João Figueiredo, sendo instalado em 5 de outubro de 1980 (p.147).

Como podemos constatar interesses contraditórios e ocultos marcaram a história desta instituição:

Imagem 10- Aprovação de novos cursos



Fonte: Esquema do Oeste, (1980a).

Verificamos que a autorização e aprovação de novos cursos, depende de um projeto complexo, envolvendo um planejamento, bem como da “boa vontade” política dos responsáveis pela autorização. Inicialmente partindo dos interesses e demandas locais, para elaboração de um projeto que seria enviado e aprovado pelo Estado. Caso um parecer positivo, poderia iniciar suas atividades depois da autorização do Conselho Federal de Educação, para posteriormente, após a formação da primeira turma obter o reconhecimento do Ministério da Educação:

Imagem 11- Novos cursos FAFIG

FAFIG JÁ TRATA DE NOVOS CURSOS

A Faculdade de Filosofia de Guarapuava (FAFIG) está desenvolvendo uma pesquisa de demanda social, para a verificação das preferências da população com respeito à criação de novos cursos, como ocorreu no ano passado, antecedendo a instalação dos cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas.

Para o desenvolvimento da pesquisa de opinião pública foram distribuídos milhares de formulários, à comunidade em geral, contendo diversas opções de cursos, assim como uma lacuna vaga para a pessoa indicar um curso que não constar no formulário, mas que seja da sua pretensão.

ORDEM DE PREFERÊNCIA

Aos que já dispõem desse formulário, o vice-diretor da Faculdade, Nilson de Souza Rodrigues comunica que cada curso pretendido deverá ser numerado de 1ª a 10ª, por ordem de preferência. Dessa maneira, os coordenadores da pesquisa poderão elaborar o projeto, sem muita confusão, através da tabulação dos números e verificar quais os cursos que a comunidade reivindica com prioridade.

DECRETO FEDERAL

No início desse ano, o presidente João Batista Figueiredo baixou decreto suspendendo a criação de cursos superiores até o final de 1982, em todo o País. A partir de dezembro, o decreto não terá mais validade. A pesquisa da FAFIG permitirá o adiantamento da opinião pública para que, em 1983, o projeto esteja elaborado e seja encaminhado às autoridades educacionais, e a reivindicação seja atendida.

OPINIÃO DOS ESTUDANTES

O presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade, Joacir Antonio da Silva, disse achar excelente a iniciativa de pesquisa, como forma de "consultar a população sobre os anseios mais presentes do setor educacional". Ele lembrou que uma reivindicação sua, nesse sentido, foi feita ao secretário da Cultura e Esportes, Luiz Roberto Soares, que representou o governador Ney Braga na inauguração da nova ala da Faculdade.

Naquela ocasião o presidente do Diretório disse que, com a criação de novos cursos, "evitaríamos um fluxo ainda maior de estudantes que se dirigem à Capital e a outros centros, objetivando fazer cursos que não temos aqui".

Para avaliação inicial, pode-se constatar a simpatia dos estudantes pelo curso de Agronomia - como as acadêmicas Telma, Claudia e Idemara, que salientaram o aspecto agrícola da região, "que é totalmente propício e basicamente promissor". Mas, o acadêmico Klenir acredita que é utopia pensar na instalação de um curso de Agronomia, em Guarapuava, "pelo alto custo que isso representará. Ele prefere Educação Física.

De qualquer maneira a pesquisa prossegue e, segundo frisou o vice-diretor, com a garantia de que os coordenadores saberão, pelo menos, pressionar os governos estadual e federal a concederem autorização para a implantação dos cursos mais solicitados.

Fonte: Jornal Esquema do Oeste, (1982).

Era recorrente também o interesse pelo curso de agronomia como afirmava o presidente do diretório acadêmico da faculdade: "Numa avaliação inicial, pode-se constatar a simpatia dos estudantes pelo curso de agronomia" (ESQUEMA DO OESTE 17 a 23 de abr. de 1982, p.1). Novamente, a notícia em tela, destaca na afirmação do acadêmico da instituição: "pelo auto custo que isso acarretará" afirmando que ele preferiria o curso de educação física.

Tal afirmação pressupõe que os cursos "desejáveis" principalmente os de Agronomia e de Direito não dependiam totalmente de uma demanda

política como enfatizava as notícias, mas sim da “oferta procura” que seria pouca devida aos recursos financeiros dos alunos.

A presença das forças políticas

Quando trabalhamos com história das instituições educacionais é recorrente encontrarmos nomes de lideranças políticas, religiosas, entre outros interessados em destacar seu papel na constituição daquele espaço. Tem sido comum a existência de políticos que procuram em seus discursos sensibilizar seus eleitores, utilizando-se de estratégias para trazerem melhorias para sua região, muitas vezes com interesses eleitoreiros, característica da cultura política brasileira.

Os interesses eleitoreiros muitas vezes caminhavam junto com a oportunidade que surgia, afinal a constituição de instituição poderia destacar a presença de algumas lideranças políticas. Conforme considera Romanelli:

A construção de escolas, sua manutenção, a nomeação de pessoas para ocupar os cargos do magistério, a veiculação de verbas da esfera do poder central para a do poder local obedecem muito ao grau de prestígio e força dos que controlam este último (ROMANELLI, 2003 p. 30).

A história, registrada nos livros e documentos oficiais, muitas vezes torna-se a história dessas lideranças, que deve a ser analisada e interpretada. Na constituição da FAFIG, não deixaremos de considerar as principais lideranças e representantes políticos, no entanto, não construindo uma narrativa exclusivamente deles. A imagem a seguir, nos apresenta um pouco sobre a história da FAFIG.

Imagem 12-Pedra fundamental da FAFIG



Fonte: Pedra fundamental, década de 1960.

A pedra fundamental é um ato símbolo, uma cerimônia geralmente envolvendo representantes políticos e pessoas mais influentes da sociedade⁷, destacando um marco na construção de uma obra prestigiada e importante. Na imagem é perceptível este ato pelas lideranças locais em Guarapuava, para construção do espaço físico da futura instituição.

Marcondes (1985), aponta que o espaço físico para ser ocupado inicialmente pela FAFIG, foi o prédio alugado da Sociedade Brasileira de Educação e Assistência. A autora também destaca que neste movimento

⁷ Pelos dados da fotografia não identificamos as pessoas envolvidas neste ato.

foi fundamental a participação de toda comunidade inclusive com “donativos do povo”,⁸ para aquisição do prédio da instituição.

Nos anos iniciais da FAFIG, seria alugado pela IES, desta instituição religiosa, posteriormente a prefeitura de Guarapuava por meio da lei ordinária 6/78 doou o terreno a FUNDEPAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado, a conceder por doação a FUNDEPAR -FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA, área de terrenos que especifica: 56,30 de frente para a rua Andrade Neves: na lateral direita mede 128,90 metros, no ao alinhamento na Rua Sem denominação nº 5; nos fundos mede 56,30m dividindo com terrenos de Eloy Pimentel e finalmente na lateral esquerda mede 128,90m com área total de 7.257,07 m², conforme croquis descritivo anexo ao presente (GUARAPUAVA, Lei Ordinária nº 06/78, 1978).

Uma das contribuições da prefeitura municipal para FAFIG, foi a doação do terreno, no ano de 1978, demonstrando os interesses locais na expansão da faculdade. Entendemos que a interferência, incentivos e doações financeiras pelas prefeituras a estas instituições de ensino superior, vão além de uma intenção política eleitoreira. Elas trazem benefícios diretos a todos que dependem da IES, para estudarem, trabalharem ou para o comércio local, que se desenvolve no contorno da faculdade.

Instalada em 02 de março de 1970, com aula inaugural em 28 de março de 1970, contando com autoridades e representantes locais, fato registrado na imagem a seguir, podemos observar as pessoas envolvidas na inauguração da universidade, líderes religiosos e representantes políticos.

⁸ Segundo entrevista da prof. Gracita Gruber Marcondes, com prof. Francisco Contine em 18 de janeiro de 1985. p. 99 de seu livro (1985) citado nas referências de nosso trabalho.

Imagem 13 - Inauguração da FAFIG em 1970



Fonte: Inauguração da FAFIG, (1970).

A Igreja Católica, por intermédio de seus representantes, esteve presente desde a fundação da FAFIG. As lideranças políticas e religiosas expressavam os interesses desses grupos na constituição desta instituição.

As IES em sua gênese, surgem a partir das necessidades socioeconômicas locais e regionais. Acabam sendo um espaço de transferência do conhecimento acumulado pela sociedade. Nesse sentido respectivos cursos são criados com a finalidade de atender as demandas regionais, mas também aos interesses políticos em jogo.

Turmena (2009), sobre a expansão do ensino superior no Sudoeste do Paraná, afirma que tinham como função o desenvolvimento de uma região predominante agropecuária, elemento característico de políticas do governo federal. A criação de IES em “regiões isoladas” cumpririam uma dupla função: De formação superior e também levando o progresso a regiões, possibilitando o crescimento econômico e social da região.

O aumento populacional nas regiões com baixo índice demográfico, acabou produzindo uma necessidade de escolarização e formação de professores para atender esta demanda. A FAFIG se insere neste cenário,

quando observamos os primeiros cursos ⁹ oferecidos pela IES que eram de licenciatura.

Desde os primeiros anos da FAFIG, havia o interesse na criação de um Centro Universitário em Guarapuava e que os novos cursos fossem relacionados às atividades rurais. O Centro Universitário possibilitaria novos cursos, aqueles mais requisitados pela sociedade local, como de “Agronomia, Engenharia Florestal e Veterinária”. Este projeto seria implementado com a fundação da “EDUCO” pela Lei Municipal n.º 145/1972 que estabelecia em seu “Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Educacional do Centro Oeste do Paraná (EDUCO)” (GUARAPUAVA, Lei n.º 145, de 1972).

Em 1973 a prefeitura fez uma doação com crédito especial de CR\$ 829.033,00, pela Lei n.º 145/1972, destacando neste documento: “A importância constante do artigo anterior e destinado ao início das obras do Centro de Estudos Superiores do Centro Oeste do Paraná CESUCOP, sem prejuízo das dotações orçamentárias vigentes e efetivas” (GUARAPUAVA, Lei n.º 145, de 1972).

Verificamos a presença dos interesses políticos com a EDUCO, pela doação do crédito especial para funcionamento da organização, embora não houvesse impedimentos legais para doação de recursos financeiros deste montante. A legislação do período não obrigava as prefeituras municipais a investirem recursos próprios com o ensino superior:

A luta para criação de novos cursos superiores em Guarapuava já é antiga, mas só começou a dar resultados depois que a FAFI assumiu, por ela mesma, o comando da formação do processo e do encaminhamento das reivindicações, tomando um caminho diferente daquele que até então vinha sendo seguido. Antes disso por iniciativa de líderes políticos, houve a tentativa de se criar um novo centro de ensino superior- a EDUCO- que, embora fundamentada em boas intenções, resultou em um fracasso completo [...] (ESQUEMA DO OESTE 30 de ago. a 05 de set. de 1980c).

A presença de forças políticas era decisiva mesmo para autorização de novos cursos da instituição. No entanto, como a própria matéria destaca, a

⁹ Os primeiros cursos da IES que iniciaram em 1970 foram Matemática, Geografia, História e Letras.

EDUCO foi um “fracasso completo”. Foi a iniciativa da prefeitura em criar a base para a escola de agronomia, mas foi frustrada. Em 1980 os novos cursos ainda aguardavam a decisão política.

Os cursos de Administração e Ciências Contábeis dependiam de uma decisão política como afirmava em matéria o diretor da Faculdade, que o “requisitado” curso de direito não seria implementado.

Em nosso levantamento, no período analisado de 1970 a 1990 não constatamos a presença de IES “privadas” em Guarapuava. No entanto houve a iniciativa de alguns membros da sociedade local como destaca o jornal:

Imagem 14 - Uma Universidade para Guarapuava?

CATEQUISTA DE QUELUZ REINDICA UNIVERSIDADE PARA O CENTRO-SUL

Uma universidade podera ser implantada este ano em nosso Centro Sul do Paraná, por inspiração e trabalho do professor Ignácio Francisco Xavier, presidente da sociedade Educacional Paranaense Catequista de Queluz, sediada em Guarapuava. O professor Xavier tem muitas esperanças de aprovação para o seu projeto, que segundo, informou, deverá receber ainda no primeiro semestre o parecer do Conselho Federal da Educação - CFE.

No Centro-Sul, a Oeste e Sudeste são 109 municípios, uma região geo-educacional de 3,6 milhões de habitantes (23,6 habitantes por km²) que dispõe de apenas cinco faculdades isoladas, num flagrante desequilíbrio, em vista de o Sul, concentrando cerca de vinte por cento da população estadual, contar com três universidades (Federal e Católica em Curitiba e Estadual em Ponta Grossa) e dezotois faculdades isoladas; ficando o Norte do Paraná de densidade populacional elevada, com duas universidades (Londrina e Maringá) e sete faculdades isoladas. Valendo-se desse argumento e da privilegiada situação de Guarapuava, centro do 32º Distrito Educacional e entroncamento de rodovias asfaltadas interligando todas as regiões do Estado, o professor Xavier acredita na próxima implantação de seu projeto, apesar de ressentir-se da falta de apoio das autoridades locais.

Natural de Ibituva, formado em Pedagogia, morador há vários anos em nossa cidade, o professor Ignácio Francisco Xavier, coloca-se como um dos pioneiros do ensino complementar para adultos, ao participar da fundação de mini-ginásios do Paraná, não considerando somente o sistema seja considerado meramente suplementivo, contrariando o pensamento dos menos avisados, pois, na realidade, oferece carga horária superior a dos estabelecimentos regulares. A escolaridade, em todos os graus, não deve ser privilégio de uns poucos, mas acessível a todos o brasileiros, traduzindo-se em fator de integração, de unidade da pátria.

A SOCIEDADE

Abrçando esse postulado, o professor Xavier fundou, em Julho de 1968, a Sociedade Educacional Paranaense Catequista de Queluz, criada e mantenedora da escola do primeiro e segundo grau (ginásial para adultos, a partir de 1968 segundo grau profissionalizante desde 1974).

Durante muito tempo funcionou em prédios alugados, após o que a instituição ganhou a sua sede própria, adquirida com recursos financeiros do seu Presidente. No entanto como o empreendimento “não se destina à família do fundador e sim à comunidade”, o imóvel pertence à fundação mantida pelos alunos sócios-contribuintes e benfeitores, não podendo ser legado a título de herança, “porque é de todos e para todos, sem distinção de credo, posição social ou situação financeira”.

Dando prioridade ao valor humano, a instituição chega a ser indiferente ao dinheiro, quando se faz necessário acolher um aluno carente. E, às vezes, o apoio não se restringe aos limites ou ao tempo de estudante no estabelecimento, como demonstra o caso de uma jovem ex-aluna que, encontrando dificuldades financeiras também para ingressar na universidade, foi socorrida pelos professores e alunos do Catequista, norteados pelo espírito de cooperação vigente na instituição. Além da escola, um dos filhos do professor Xavier, formado em Odontologia, proporcionou tratamento dentário à jovem, para que ela não levasse nenhum problema ao partir de Guarapuava.

UMA CHAMA ACESA

Ir além do estágio atual é o grande objetivo, chegar à Universidade Comunitária. O mais importante é não deixar morrer a chama acesa, porque o ideal vence dificuldades, segundo o entendimento do Professor Xavier. Ele está propondo e dentro de pouco espaço de tempo ele preten de entregar uma Universidade “da comunidade, para a comunidade e pela comunidade da região geo-educacional da Mesopotâmia Iguaçu-Piquiri, terra do grande cacique Guairacá e de todos nós, que a batizamos de Catequista de Queluz”, cognome do Padre Francisco das Chagas Lima, catequizador dos índios carijós no Vale do Paraíba e que foi fundador de Guarapuava.

“A Bandeira foi içada, pelo ideal, tornando-se indispensável o apoio de toda a nossa comunidade - observa o Professor Xavier - já que o dinheiro da instituição é pouco.

Para receber a Universidade, encontra-se em ampliação o prédio próprio situado na rua Pinheiro Machado, equidista da Benjamin Constant, na qual funcionam os cursos de primeiro e segundo graus.

QUALIDADE E ACESSO

Os Cursos pretendidos para a futura Universidade constituem novas opções na região geo-educacional de influência, atualmente contando com faculdades isoladas em Guarapuava, Pato Branco, Cascavel e Francisco Beltrão, podendo ser incluída, ainda, a de Campo Mourão. Porém, a maioria das faculdades não proporciona profissões liberais.

Segundo o Professor Xavier a futura Universidade oferecerá um ensino de qualidade, através de professores que atuarão efetivamente, dedicando tempo integral ao estabelecimento, não se cogitando do “ensino de poucas horas, exclusivamente teórico”.

Como verificamos na matéria, a iniciativa privada idealizou o projeto de uma universidade que atendesse a região. Em depoimentos o prof. Xavier informalmente criticando o papel das Faculdades de Filosofia existentes, afirma; “Porém a maioria das faculdades não proporciona profissões liberais” (Esquema do Oeste). Esta nova instituição supriria esta demanda para elite local, a qual os cursos de licenciatura não interessavam, sobre este assunto a matéria do jornal destaca:

Na área particular, o projeto da Universidade Catequista de Queluz, outra iniciativa válida, também não encontrou campo para prosperar, em razão das crescentes exigências que vêm sendo impostas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) para a autorização de novas entidades de ensino superior (ESQUEMA DO OESTE, 30 de ago. a 05 de set. de 1980c).

Fica evidente que este projeto idealizado de universidade não foi concretizado, percebemos como um dos principais empecilhos as novas exigências do CFE, aumentando a rigorosidade para autorizar novas IES, visando controlar a multiplicação de novas instituições pelo Brasil. Com a impossibilidade de instituições privadas, a atenção e pressão para novos cursos voltavam-se à FAFIG.

Os primeiros cursos

Durante a década de 1970, um dos projetos do Governo Federal era erradicar o analfabetismo. Este fator, junto com política de modernização e crescimento econômico colocada em prática neste momento favorecia e facilitava a autorização dos cursos de licenciatura nestas instituições.

As licenciaturas embora não apresentassem um nível social de elevação de status para um determinado grupo social, como os cursos para formação de profissionais liberais, era garantia de uma IES em locais onde as mesmas eram inexistentes.

Em Guarapuava até 1970 quando é criada a FAFIG, os estudantes que concluíam o “ensino ginasial” não tinham outra opção para uma formação

superior a não ser procurar em outros municípios como Ponta Grossa ou Curitiba. Direta ou indiretamente a “elite” local, continuaria exercendo uma pressão aos líderes políticos locais, para a criação de novos cursos, que atendessem seus interesses diretos.

No quadro a seguir podemos observar o currículo mínimo de cada curso autorizado para o funcionamento da instituição:

Quadro 7 - Disciplinas específicas dos cursos

<p style="text-align: center;">CURSO DE MATEMÁTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenho Geométrico e Geometria Descritiva; • Física; • Fundamentos de Matemática Elementar; • Química; • Física Geral; • Ciências Biológicas; • Cálculo Diferencial e Integral; • Elementos de Geologia; • Geometria Analítica; • Desenho; • Álgebra; • Cálculo Numérico. 	<p style="text-align: center;">CURSO DE GEOGRAFIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Geografia Física; • Geografia Biológica; • Geografia Biológica(Biogeografia); • Geografia Humana; • Geografia Regional; • Geografia do Brasil; • Cartografia; • Sociologia; • Antropologia Cultural.
<p style="text-align: center;">CURSO DE HISTÓRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Estudo da História; • História Antiga; • História Medieval; • História Moderna; • História Contemporânea; • História da América; • História do Brasil; • Sociologia; • História da Filosofia. 	<p style="text-align: center;">CURSO DE LETRAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua Portuguesa; • Literatura Português; • Literatura Brasileira; • Língua Latina; • Linguística; • Teoria da Literatura; • Língua Inglêssa e Norte Americana; • Língua Inglêssa e Norte Americana; • Língua Inglêssa; • Teoria da Literatura; • Literatura Inglêssa e Norte-America.

Fonte: Paraná, Lei 5804 (1968).

Observamos no quadro acima, o currículo mínimo do primeiro ano de cada curso da FAFIG em 1970, no entanto, no Relatório interno da IES de 1970, que apresentava a descrição de todas as disciplinas com sua respectiva frequência no decorrer do ano, percebemos que foi inserida a

disciplina “Estudo de problemas brasileiros”, coerente com o momento histórico que esteve inserido.

Marcondes (1985), aponta que dentre os cursos a serem ofertados, optou-se momentaneamente pela substituição do curso de pedagogia, pelo de matemática. A profissão de pedagogo ainda não era regulamentada, como também não havia a exigência de professores do ensino “primário” possuir uma formação superior, conforme a legislação da época. O curso de matemática traria maiores oportunidades ao mercado de trabalho, sua procura pelos estudantes também seria maior. Em matéria do Jornal Esquema do Oeste, se reportando a este aspecto, dizia:

Conta a Faculdade com 215 alunos matriculados regularmente nos vários cursos, apoiados em 4 departamentos principais: Letras, Matemática, História e Geografia. Uma equipe de trabalho já está desenvolvendo atividades e levantamentos, para pleitear a criação do curso de Pedagogia, tão reclamado pelos estudantes (ESQUEMA DO OESTE, 17 de maio de 1970b, p.7).

Havia interesses pelo curso de pedagogia, que deveria ter sido ofertado junto com os primeiros cursos da instituição, no entanto, o próprio Decreto Estadual nº 22.959, do ano de 1970, destacava que a faculdade apenas poderia criar o curso depois das autorizações. Este curso surgiu apenas em 1976, suprimindo as necessidades de profissionais habilitados:

Imagem 15- Novos cursos para FAFIG

FAFI LOCAL TERÁ CURSOS DE PEDAGOGIA E CIÊNCIAS

Já se encontra em tramitação nos órgãos federais de Educação o processo que visa à criação dos cursos de Pedagogia e Ciências na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. O processo deverá culminar com mensagem do ministro da Educação ao presidente da República, propondo a assinatura do decreto de autorização de funcionamento dos referidos cursos, que a FAFI espera oferecer já a partir do próximo ano.

Para o diretor da Faculdade, prof. Nelson Zagorski - que obteve a informação em recente contato que manteve com o diretor do DAU-SEEC, prof. Clayton Reisa a notícia "é motivo de muita alegria e satisfação", especialmente para aqueles que têm almejado formação nas habilitações oferecidas em Pedagogia (Administração Escolar, Orientação Educacional e Magistério) e Ciências com habilitação específica em Matemática.

FORMANDOS DE SETEMBRO

Em sessão solene a realizar-se neste sábado, 25, a FAFI estará conferindo o Grau de Licenciados aos acadêmicos que concluíram seus cursos durante o 1º semestre de 1976. às 9 horas, haverá missa de ação de graças, na Igreja Santa Cruz, e às 10 horas a sessão de formatura, no auditório da Faculdade.

A Turma "Iraú Domingues Bandeira", uma das duas que irão colar grau, é composta pelos licenciados em Letras, História e Geografia. São Eles: Antonio Gaspar Chaffran e Hugo Teodoro Schmidt (Letras); Cibília Hainoz Kobill, Maria do Belém Virmond Rauen, Maria das Neves Rosa, Rosimarie Aparecida R. Caldas e Vitalina da Silva Prates (História); e Estela Maria Ferreira (Geografia). Patrono, Vitorio Della-Bruna; Paraninfo, Ronaldo Canto Jrogenses; Padrinho de Missa, Airton Luiz Cornelh.

Na outra Turma, denominada "Nilson de Souza Rodrigues", fazem parte os licenciados do Curso de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas do 2º Grau - ESQUEMA II. Os formandos são: Ademir Fabiane, Adilson Simão, Alacir Vale, Aça Soares, Alencar Leite Agner, Arnaldo Turk, Eduardo Kos, Francisco de Paula Medeiros, Genor Caporal, Gilberto Tedesco, José Machado Bomfim, José Oscar de Souza Mário Manoel Laurindo, Nereu Edmundo Dal'Lago, Roni Antonio Garcia da Silva, Silvino Fernandes Dal Bó, Valério Tomasselli, Vercí Moleta e Vidaneis Cândido da Silva. Patrono, Kleber Alves Chagas; Paraninfo, Maria Helena Juri R. Pinto; Madrinha de Missa, Blandina Catharina Turco,

Fonte: Jornal Esquema do Oeste, (1976b).

A matéria enfatiza a autorização de novos cursos de licenciatura para instituição, destacando a importância das habilitações do curso de pedagogia. Como o curso de Ciências também tinha habilitação em física e matemática, esses cursos trariam mais possibilidades de atuação para os discentes após formados.

O ingresso aos primeiros cursos da FAFIG se dava por meio de um processo seletivo, isso se verifica no Edital 02/70, de 1970:

Pelo Presente Edital ficam abertas, a partir do dia 3 a 20 de fevereiro, as inscrições ao exame de vestibular dos cursos de matemática, Geografia, História e Letras da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. Os candidatos deveram apresentar, no ato da inscrição, os documentos: 1) Certificado legalmente expedido que comprove haver o candidato concluído o

ciclo colegial ou equivalente; 2) Certidão de nascimento; Carteira de identidade; 4) Carteira de Reservista; 5) Prova de sanidade física e mental; 6) Prova de identidade Moral (Folha Corrida da Polícia); 8) Título de Eleitor; 9) 3 fotos 3x4; 10) Taxa de inscrição. A taxa de Inscrição, estipulada pelo conselho de curadores, é de NCr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros novos). Os exames Vestibulares, serão realizados nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro com início as 8:30 horas. Dia 25- Prova de Português para todos os cursos; Dia 26- Prova de Literatura Portuguesa e Brasileira (Letras); Geografia Geral. História Geral e Matemática, Dia 27- Prova de Inglês (Lêtras); Geografia do Brasil e do Paraná, História do Brasil e do Paraná, Desenho. O número de vagas para cada curso é de 50. A nota mínima para aprovação é 4 (quatro) por matéria. Conforme o Artigo 88, § 1º do Regimento, será feita a classificação, se o número de vagas digo alunos habilitados ultrapassar o de vagas existentes. Guarapuava, 31 de janeiro de 1970. Po. Francisco Contine Diretor (FAFIG, Relatório interno de 1970, s/p.).

Embora a faculdade fosse “paga”, era diversificada a lista de documentação e provas aos quais os alunos seriam submetidos a fim de ingressarem nos cursos superiores. O referido edital de convocação explicitava bem uma característica do momento em que o Brasil vivia em 1970, a ditadura civil-militar. Verificamos isso nos documentos requisitados para que o candidato prestasse o vestibular, como a “Prova de sanidade física e mental e Prova de identidade Moral”, possivelmente uma forma de “barrar” aqueles considerados indesejáveis ou agitadores.

O movimento estudantil foi alvo do regime militar no Brasil, no entanto, na FAFIG, este movimento foi quase nulo ou inexistente. Junior (2009), afirma que a atuação do regime militar na FAFIG dava-se pelo controle dos professores em sala de aula, por meio de relatórios e até mesmo de agentes infiltrados ao meio dos alunos, sobre este contexto DIAS (2001) referindo-se a UEM aponta:

[...] A liberdade de expressão e organização dos estudantes foi, por longo período, bastante limitada. A participação discente nas estruturas de poder da universidade era muito mais restrita. O direito de voto nas eleições principais reitor, chefe de departamento etc. - pareceu, durante muito tempo, utopia (DIAS, 2001, p. 236).

Com a intensa vigilância, poderia haver “um certo” receio por parte dos alunos, com isso as manifestações eram praticamente inexistentes. Outra característica é decorrente da caracterização da instituição, como os alunos pagavam mensalidades, em sua maioria trabalhava no período diurno para conseguirem manter seus estudos, com isso, pouco tempo tinham para organizar-se contra este sistema.

Evidências deste pagamento, podem ser observadas no relatório interno da FAFIG nos dados do edital interno da instituição 023/71 de 1971:

O Diretor da Faculdade, no uso de suas atribuições, determina para o ano letivo de 1972, as seguintes taxas: 1 -Matricula: Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) Vencimento: 20/02/72 2- Anuidade: à vista 10% de desconto 8 parcelas de Cr\$ 75,00 (setenta e cinco cruzeiros) com vencimento inicial a 20/03. Obs. O não pagamento de qualquer das parcelas no vencimento, acarretará um acréscimo de 10% de multa. Guarapuava, 17 de novembro de 1971. Prof. NILSON DE SOUZA RODRIGUES Secretário (FAFIG, Relatório interno de 1971, s/p).

Verificamos no presente edital o valor da mensalidade dos cursos dos alunos, que em 1971 era de 8 parcelas de Cr\$ 75,00, com base no salário mínimo de 1971 no valor de Cr\$ 225,60 sendo 33,24 % do valor do salário mínimo. Em nosso ponto de vista, a necessidade de pagamento das mensalidades seria um fator que obrigava grande parte dos alunos a trabalhar no período diurno, com isso disponham de menos tempo para manifestações.

A receita financeira da IES era vinculada ao repasse do Estado, mensalidades dos alunos, e inicialmente pela prefeitura de Guarapuava. Como destacamos a FAFIG cobrava mensalidades de seus alunos, como toda faculdade, anualmente havia um montante recebido do Estado para manutenção da Instituição, como constatamos no quadro a seguir:

Quadro 8 - Quadro da Receita da FAFIG

Ano	Contribuições do Estado CR\$	Receitas próprias CR\$
1970	255.385,00	126.702,27
1971	631.944,07	232.328,63
1972	1.711.282,93	453.605,48
1973	1.455.476,42	322.870,92
1974	2.765.297,42	1.129.097,20
1975	2.840.000,00	1.494.979,78
1976	4.210.000,00	1.549.033,22
1977	6.859.000,00	1.776.980,19
1978	7.850.000,00	2.442.449,00
1979	11.920.000,00	3.062.831,13
1980	18.932.300,00	6.632.951,13
1981	51.400.000,00	20.269.796,04
1982	142.820.000,00	44.498.856,00
1983	442.600.000,00	121.909.469,00
1984	1.361.000.000,00	310.194.829,00

Fonte: FAFIG 1970-1990.¹⁰

Fica evidenciado o aumento em investimentos públicos na IES, nos mesmos relatórios. Verificamos entre os anos de 1970 a 1972, doações da prefeitura de Guarapuava a instituição, com valores em 1970 de CR\$ 6.653,34, em 1971 de CR\$2.000,00 e 1972 de CR\$ 7.000,00. Não encontramos nos demais relatórios, doações posteriores ao ano de 1972, nem ao menos a justificativa da razão do cancelamento desta transferência por parte da prefeitura.

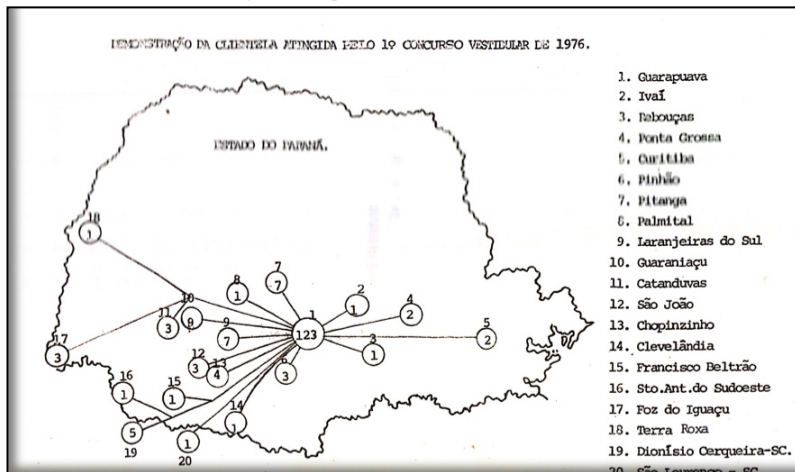
Possivelmente é decorrente do investimento maior do Estado na Instituição, como também a questão legal, a que não incumbia ao município doações financeiras a instituições de ensino superior, especialmente a FAFIG.

No quadro mencionando constatamos como as receitas próprias da instituição em todos os anos, foram inferiores as contribuições do Estado, decorrentes das mensalidades dos alunos, taxas de vestibulares e demais serviços solicitados pelos a IES.

¹⁰ Quadro de autoria própria, elaborada com base nos relatórios internos da FAFIG entre os anos de 1970 a 1984, disponível no CEDOC, consultados em setembro de 2015.

A fundação da FAFIG, fez com que estudantes de diferentes regiões viessem para Guarapuava, a fim de uma formação de nível superior. O mapa a seguir, do ano de 1976, ou seja, 6 anos após a criação da IES, revela uma amostra sobre a presença e importância da instituição na região.

Imagem 16- Mapa concurso vestibular FAFIG 1976



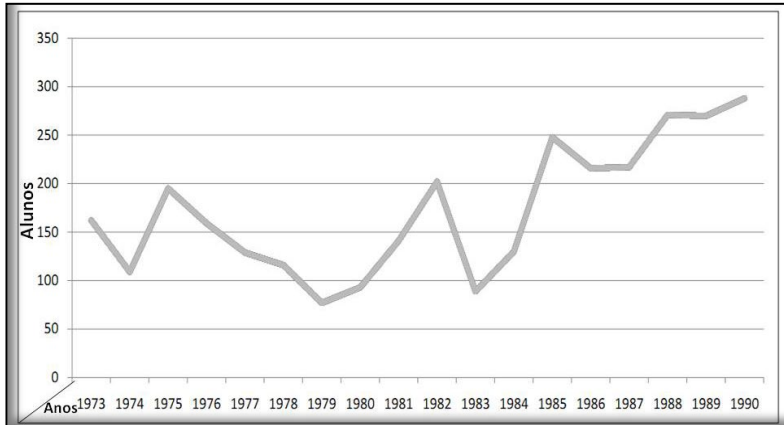
Fonte: Relatório interno da FAFIG, 1976.

Observamos como o campo de abrangência da faculdade é ampliado na busca pelo acesso ao ensino superior, estendendo-se para diferentes regiões do Paraná e do Estado de Santa Catarina. Também é evidente o número de alunos de cada região, embora predominante do município de Guarapuava.¹¹

O gráfico, a seguir, apresenta os concluintes da FAFIG, entre 1973 a 1990. O ano de 1973 se justifica por ser o ano quando se forma a primeira turma na faculdade, se estendendo até 1990 quando é constituída a UNICENTRO:

¹¹ Em números contamos no com 123 estudantes em Guarapuava, temos, 1 estudante e Ivaí, 1 em Rebouças, 2 em Ponta Grossa, 2 em Curitiba, 3 em Pinhão, 7 em Pitanga, 1 em Palmital, 7 em Laranjeiras do Sul, 9 em Guaraniaçu, 3 em Catanduvas, 3 em São João, 4 em Chopinzinho, 1 em Clevelândia, 1 em Francisco Beltrão, 1 em Sto. Ant. do Sudeste, 3 em Foz do Iguaçu, 1 em Terra Roxa e 6 alunos em Santa Catarina. Resumindo 31% dos alunos da Instituição eram de municípios da sede da Instituição.

Gráfico 1 - Concluintes da FAFIG/UNICENTRO



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos dados Concluintes UNICENTRO¹².

Observamos um declínio no número de concluintes em 1979 e 1983. Concluimos que este fenômeno da queda de mais de 33 % de alunos formados, ocorre principalmente, pela autorização de novos cursos na instituição, como Licenciatura em Ciências e Pedagogia. Também é possível que candidatos ao invés de ingressarem nos cursos já existentes, preferiram aguardar a abertura de novos cursos, como de Administração de empresas e Ciências Contábeis.

Outro ponto a ser considerado dentro desta linha de pensamento está relacionado a crise econômica que o Brasil vivia na década de 1980: “Em 1983, a crise do sistema econômico brasileiro iniciada em 1979 agravou-se e contribuiu para que o processo de transição democrática se completasse [...]” (BRESSER PEREIRA, 2003, p.229). Segundo o autor, uma crise fiscal que se desenvolvia devido ao montante da dívida externa pública acumulada pelos Estado .

Resultante de um processo de gestão elaborado pelo governo militar, de um lado pelas elevadas taxas de juros resultantes da dívida interna, de outro pelo custo do “milagre econômico”. A educação foi beneficiada e também responsável como afirma Cunha (1991a, p. 321) “[...] das isenções

¹² Com adaptações pelo autor da fonte: http://www.unicentro.br/dirai/CONCLUINTES_HIST_RICO_UNICENTRO_2013_537224afcd3d.pdf.

tributárias, das transferências diretas e indiretas, dos empréstimos a juro negativo e dos subsídios do fundo perdido.”

Nesta linha de pensamento Cunha (1991a) aponta que, embora o empresariado acusasse o Estado desta “má gestão”, também seria um dos beneficiários com esses recursos e do esgotamento do setor público.

Na FAFIG verificamos no quadro a seguir o número de concluintes dos cursos ofertados pela IES de 1973 a 1990:

Quadro 9- Concluintes da graduação FAFIG (1973-1990)

Período	Administração	Ciências Contábeis	Ciências lic. 1º grau	Ciências lic. Pl. Matemática	Geografia (licenciatura)	História	Letras port. francês	Letras port. inglês	Letras Port. liter	Matemática	Pedagogia	Total por ano
1973	-	-	-	-	38	40	-	48	-	36	-	162
1974	-	-	-	-	31	25	-	36	-	17	-	109
1975	-	-	-	-	45	49	14	57	-	30	-	195
1976	-	-	-	-	14	27	26	32	21	21	-	159
1977	-	-	-	-	24	28	9	21	21	26	-	129
1978	-	-	-	-	25	12	6	29	11	33	-	116
1979	-	-	20	-	13	3	2	19	7	13	-	77
1980	-	-	19	1	21	7	-	4	8	36	33	93
1981	-	-	36	5	16	31	-	15	13	-	25	141
1982	-	-	39	11	32	14	-	12	12	-	82	202
1983	-	-	16	13	11	1	-	4	6	-	38	89
1984	-	-	15	11	28	7	-	4	7	6	52	130
1985	46	61	14	3	15	16	-	10	6	14	63	248
1986	48	50	11	10	19	23	-	10	3	14	28	216
1987	46	43	20	2	23	23	-	8	3	20	29	217
1988	49	58	26	6	26	34	-	19	10	19	24	271
1989	38	51	22	5	40	30	-	22	14	18	30	270
1990	47	56	22	1	36	47	-	19	18	17	25	288
Total por Curso	274	319	260	68	457	417	57	369	160	320	429	3112

Fonte: UNICENTRO (2015), com adaptações pelo autor.

É possível verificar que inicialmente, o número de concluintes em 1973, foi de 162 graduados, elevando e reduzindo no decorrer dos anos, e 288 em 1990. Observamos que os cursos com mais formandos de 1970 a 1990, foram respectivamente o curso de Geografia com 457 formandos, pedagogia com 429 formandos e história com 417 formandos.

Os cursos sem dados são em razão dos mesmos ainda não serem autorizados, ou não houve números mínimos de candidatos, ou ainda foram extintos como é o caso do curso de Letras Português/ Francês, que formou sua última turma em 1979.

No decorrer dos anos, novos cursos foram criados, o que produziu a solidificação da instituição, em 1990, sendo autorizada a transformação da FAFIG em Universidade pela Lei Estadual nº 9295/90:

Por meio da Lei nº 9295, de 13 de junho de 1990, foi instituída a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava, entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, FAFIG, e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, FECLI. Por meio do Decreto nº 3444, de 08 de agosto de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 5.063, de 8 de agosto de 1997, foi reconhecida a Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, com sede e Campus na cidade de Guarapuava e Campus na cidade de Irati (PARANÁ, Lei 9295/90, 1990).

Conforme podemos verificar, a FAFIG foi fundamental na modernização e crescimento do município de Guarapuava, desenvolvendo em pleno cenário político da ditadura civil-militar, se enquadrando ao novo ideal de universidade, posta em prática pela legislação vigente.

Gratuidade do ensino superior

Em 1987, as despesas financeiras das IES paranaenses eram predominantemente custeadas pelo governo. Em mensagem a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), o Governador João Elísio Ferraz de Campos, na posse como vice-governador de José Richa afirma:

As instituições de ensino superior de dependência estadual, neste exercício, dispuseram de recursos financeiros num total de Cz\$ 870,1 milhões dos quais 77,98% (Cz\$ 671,6 milhões) originários do Tesouro do Estado e 22,01% (Cz\$ 198,6 milhões) provenientes de contribuições acadêmicas, convênios e outras

fontes. Esses valores evidenciam que a manutenção das 13 instituições de ensino superior estaduais é feita majoritariamente pelo Governo do Estado (PARANÁ, Mensagem de Governo de 1987).

A mensagem do governador evidencia a percepção do impacto econômico que as IES apresentam aos cofres públicos do Estado, que no ano corrente assumiu 77,98% das despesas totais das instituições. Este elemento junto com movimento do congelamento dos preços das IES e das greves docentes, tornariam inevitável a gratuidade do ensino, como afirma Dias:

As duas faces da democratização, participação política e acesso por meio da gratuidade, caminhavam juntas. Além do impacto econômico o congelamento tinha enorme efeito simbólico, pois representava como um projeto estava se convertendo em realidade. Em meados 1987, quando houve ameaça de retrocesso na questão do congelamento, em vez do recuo, deu-se o passo seguinte e efetivou-se a gratuidade. (DIAS, 2008, p.204).

O estado ao assumir as despesas financeiras “totais” das universidades e faculdades por ele mantidas, não trazia um impacto financeiro elevado aos cofres públicos, como observamos anteriormente, ele já era o maior financiador. Mais que em um “ato político estratégico”, desarticulava o movimento estudantil que pressionava constantemente o governo para este propósito.

No município de Guarapuava, a FAFIG, posterior UNICENTRO, foi por muito tempo (1970-2000)¹³ a única IES não havia outra instituição deste nível. No entanto, havia aspirações da iniciativa privada para criação de IES, mas como observamos, por vários empecilhos, tanto na legislação e demais disposições não saiam do papel.

¹³ Com bases nos dados obtidos nos sites das instituições de ensino superior (presencias) do município de Guarapuava. Tivemos no ano de 2000 a Faculdade Guarapuava e a Faculdade Campo Real, em 2005.

É inquestionável que o ensino superior gratuito, significava uma grande conquista para os estudantes. No entanto, a iniciativa privada entendia isso como uma possível ameaça a seus interesses de mercado. Em Guarapuava percebemos na declaração do secretário de educação, que existiam interesses para acabar com a gratuidade do ensino:

Imagem 17 - Campanha contra ensino gratuito

Fruet denuncia campanha contra o ensino gratuito

<p>O secretário de Estado Maurício Fruet, da Ciência e Tecnologia, denunciou em Guarapuava a existência de uma campanha para "acabar com o ensino superior gratuito". Ele não citou nomes, mas disse que o movimento é encetado por um "pequeno segmento" do sistema privado e por alguns órgãos de comunicação.</p> <p>Fruet fez a primeira palestra do fórum de debates realizado de quarta à sexta-feira pela Unicentro. Durante os três dias, a universidade brasileira foi "passado a limpo" em discussão envolvendo estudantes, políticos, professores e alunos, sobre a situação do ensino superior em seus vários aspectos. Além de Fruet, participaram da abertura o prefeito Fernando Ribas Carli, os deputados estaduais Cezar Silvestri e Toti Colaço e os professores Nelson Zagórski (diretor da FAFIG) e Wilson Camargo (presidente da Fundação Unicentro).</p> <p>A questão salarial dos professores</p>	<p>dominou boa parte da palestra do secretário da Ciência e Tecnologia - Pasta à qual estão subordinadas as faculdades e universidades estaduais, Respondendo questionamentos da platéia, formada em sua maioria por professores, Maurício Fruet disse que o governo tem procurado dar aumento salarial conforme a disponibilidade de caixa. Ele afirmou que o Estado luta para manter a gratuidade no ensino e vai estabelecer metas a curto e longo prazos em torno de uma política para o setor. Citou que a universidade no Paraná cresceu 30%, as faculdades 10%, com a incorporação de novas unidades, elevando em 28% o número de alunos, apesar do Estado estar com sua capacidade de investimento exaurida. Para Fruet, até hoje o governo e a universidade vivem uma relação "sadosmoquista".</p> <p style="text-align: center;">AVALIAÇÃO CRÍTICA</p> <p>O prefeito Fernando Ribas Carli, ao</p>	<p>se pronunciar, elogiou a iniciativa da Unicentro em promover o fórum, salientando que as universidades devem ser formadoras de cidadãos críticos e conscientes de sua realidade. "Uma avaliação crítica sugere como referencial o retorno ao ponto de partida", disse o prefeito, convidando os presentes a uma reflexão: "Qual seria a diferença, para Guarapuava e região, se não existisse a Unicentro?" Segundo Carli, a pesquisa é meio fundamental para o desenvolvimento do setor universitário, embasando debates atualizados e incentivando a concepção histórica acadêmica. "Essa questão - a da Unicentro - por si só justificaria uma pesquisa", ressaltou.</p> <p>O prefeito também citou que Guarapuava está bancando sozinha o ensino básico. "A rede municipal é responsável por 16 mil alunos e 974 professores", acrescentou, reclamando mais investimentos por parte do governo estadual.</p>
--	--	---

Fonte: Jornal Esquema do Oeste, (1991a).

Conforme matéria do Esquema do Oeste, percebemos a "crítica" do secretário de Estado, sobre um suposto movimento contrário ao ensino superior público em Guarapuava. Este fato poderia ter sido simplesmente um "rumor político", no entanto, nos questionamos a quem não "interessaria" o ensino gratuito? O empresariado interessado em possíveis faculdades privadas, poderiam perceber na universidade pública, um empecilho para seus interesses de mercado. Como podemos perceber as forças contrárias ao ensino público e gratuito nem sempre eram ocultas.

A luta pela estadualização da UNICENTRO

O interesse em uma universidade para Guarapuava, se cogitava desde os primeiros anos de instalação da FAFIG, em 16 de abril de 1974.

Em artigo do Jornal Esquema do Oeste intitulado, “Uma Universidade para Guarapuava. Por que não?” Assim destacava:

[...] Nem Ponta Grossa, nem Londrina, nem Maringá possuíam terreno já destinado a fins educacionais que pudesse ser imediatamente empregado para o início do campus, enquanto Guarapuava possui mais de quarenta alqueires, junto a cidade (onde se encontra a Escola Rural Arlindo Ribeiro) que pode passar à universidade desde que o movimento se inicie [...] ¹⁴ (ESQUEMA DO OESTE, 10 a 16 de abril 1974, p.2 n°191).

A criação da UNICENTRO, não se efetivou voluntariamente pelos líderes do governo paranaense, não nasceu a partir de um planejamento e interesse do Estado, mas foi marcado pela mobilização de estudantes, professores e representantes políticos locais.

Desde a implementação da FAFIG em 1970, houve um movimento contraditório de forças que agiam para abertura de novos cursos, posteriormente para não transformação da IES em um campus e novamente a luta para criação da universidade no final da década de 1980. Em matéria a seguir, do Jornal Esquema do Oeste, de fevereiro de 1987, verificamos esta intenção do Estado, em transformar em um campus universitário a FAFIG:

Imagem 18 - Transformação da FAFIG em campus universitário

Uma 5a. universidade no PR é preocupante para FAFIG		
<p>O Conselho de Desenvolvimento de Guarapuava vai começar a discutir, nos próximos dias, a possível transformação da Faculdade de Filosofia de Guarapuava em "campus" universitário, uma medida considerada prejudicial para o ensino superior da região. O problema foi levantado pelo diretor da instituição, Wilson Camargo, ao sugerir ao CODEG a reativação da Comissão de Ensino Superior para fazer o acompanhamento do assunto junto ao governo do Estado.</p> <p>A proposta de criação do "campus" foi suscitada no go-</p>	<p>verno José Richa, a partir de estudos para formação de uma nova universidade no Paraná (seria a quinta), possivelmente com sede em Curitiba e englobando as 10 faculdades isoladas do Estado. Essas faculdades passariam à qualidade de "campus" e, em consequência, perderiam sua autonomia administrativa, que ficaria sob o controle e interesse de uma reitoria.</p> <p>Como a questão foi colocada no governo anterior, não existe nenhuma certeza de que será aplicada pela futura gestão. Ocorre que o Conselho de</p>	<p>Desenvolvimento quer estar a par das decisões e influenciar em favor de Guarapuava.</p> <p>O assunto vai entrar na pauta da próxima reunião do CODEG, em março, paralelamente à reativação da Comissão de Ensino Superior. Na última quinta-feira, durante o encontro mensal do órgão, ligado a Prefeitura, os conselheiros discutiram vários pontos que serão importantes para redefinição de metas neste ano. O CODEG deverá ampliar sua abrangência junto a comunidade, catalisando as iniciativas locais que se sobressaírem de agora em diante.</p>

Fonte: Jornal Esquema do Oeste, (1987a).

¹⁴ De autoria do Prof. David Carneiro, em coluna no Jornal Gazeta do Povo de 05 de abril de 1974, transcrito no Jornal Esquema do Oeste de 16 de abril 1974).

Verificamos que a intenção do governo com um anteprojeto, era criar “uma quinta universidade possivelmente com sede em Curitiba”, visando incorporar as IES isoladas do Estado, o que dificultaria a autonomia da FAFIG e demais IES. As faculdades isoladas ficariam sujeitas à administração de uma reitoria central da universidade com recursos financeiros limitados e a decisões administrativas mais complexas.

A constituição da FAFIG, efetivou-se a partir de forças e interesses da sociedade guarapuavana, que exigia a criação de novos cursos e uma possível universidade. O anteprojeto que visava reorganizar estas instituições era visto como um retrocesso institucional, a tudo o que havia sido conquistado pela IES no decorrer de sua implementação. Para defender seus interesses a comunidade acadêmica mobilizou-se rapidamente a fim de rejeitar este propósito.

A matéria enfatiza que a FAFIG, juntamente com outras onze IES isoladas, seriam organizadas em torno das universidades já existentes no Paraná. Neste momento a UEL, a UEM e a UEPG, e em fase de constituição a “Federação das Faculdades do Oeste em Cascavel”. Nas afirmações do diretor da IES, a preocupação com este anteprojeto de lei, é que a FAFIG só perderia com esta reorganização.

Os cursos poderiam ser fechados e remanejados para outros campi, assim o projeto para novos cursos ficaria mais difícil, poderia ocorrer o remanejamento de professores da FAFIG para outras cidades. Toda comunidade perderia com esta proposta do governo do Estado.

Foi neste movimento que em 24 de julho de 1987, estudantes e professores reuniram-se em frente ao paço municipal de Guarapuava. Este ato visava repudiar a atitude do Estado, quando da visita do Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Ascêncio Garcia Lopes, para debater com funcionários da FAFIG, demais membros da comunidade acadêmica e representantes políticos, acerca deste projeto que indicava incorporar a FAFIG Universidade de Ponta Grossa. Como verificamos nas imagens a seguir:

Imagem 19 - Movimento pró- universidade e não incorporação



Fonte: Manifestação em prol a universidade (1987).

A participação social foi fundamental para garantia dos interesses da FAFIG pressionando o governo em prol de interesses em comum, isto é, a comunidade acadêmica da FAFIG. Mobilizou-se diante do projeto do governo do Estado que desejava transformar a instituição em campus de outra universidade Estadual, na imagem a seguir percebemos esta questão:

Imagem 20 - Movimento dos estudantes



Fonte: Manifestação em prol a universidade ,1987

As imagens retratam este movimento, realizada em frente a prefeitura de Guarapuava. Esta participação foi fundamental para o “recuo” do Estado nesta decisão. Em frases nas faixas direcionadas ao secretário de educação, como “Universidade em Guarapuava não é favor é um direito democrático” e “Universidade em Guarapuava não é um direito adquirido”, percebemos a conscientização e defesa de seus direitos por parte dos estudantes.

Neste movimento também havia a presença das forças políticas, intervindo junto a Secretaria de Educação, para reconsiderar a proposta. Em matéria, em agosto de 1987, este fato é assim destacado:

Imagem 11-Forças políticas contra o projeto de campus universitário



Fonte: Jornal Esquema do Oeste, (1987b).

Segundo o jornal, o Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão, considerava uma “humilhação” para IES a transformação da FAFIG em um campus universitário, salientando que em seus 18 anos de existência, já teria feito muito para comunidade. Diante do movimento dos acadêmicos e interferência das forças políticas, o projeto de transformação da FAFIG em um campus seria arquivado.

Nesta conjuntura, em 1987 estava em trâmites na Câmara Federal o projeto da nova Constituição, os Estados e municípios não tinham a percepção de como ficaria a questão da responsabilidade de cada modalidade

de ensino. Este elemento talvez justifique este “atraso” na criação de uma nova universidade no Estado do Paraná. O município também tinha receio de assumir para si a FAFIG, devido a este empecilho, não havendo verbas para custear seu funcionamento.

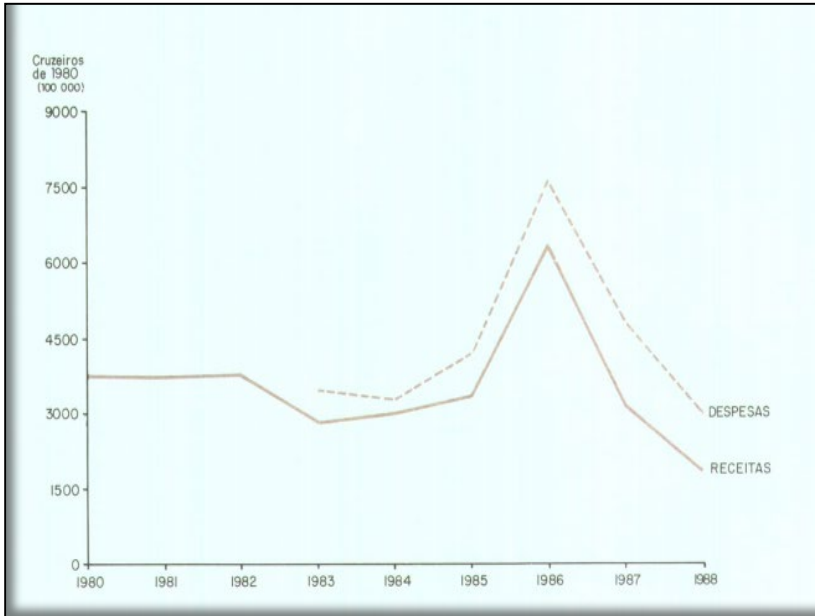
Na FAFIG, após a conquista da não incorporação, intensifica-se o movimento para autorização da universidade. A sociedade guarapuavana pressionava, tencionando as lideranças políticas locais para este propósito, em entrevista coletiva, o secretário do Ensino Superior do Paraná, Paulo Roberto Pereira de Souza afirma:

[...] a criação de uma universidade em Guarapuava só será possível quando a Faculdade de Filosofia alcançar melhor nível na qualidade de ensino e existirem recursos disponíveis por parte do governo estadual, além de mais investimentos do Município no setor educacional. Para o secretário, "não podemos considerar a universidade apenas um ato resultante de uma decisão política ou de uma instituição jurídica". Disse, porém, que, "no futuro" até poderá haver uma interação da FAFIG com a "Universidade Rural", ainda a ser implantada, desde que vários poderes da sociedade invistam na educação. (ESQUEMA DO OESTE, 27 de ago. 2 de set. de 1988. p.05)

Não havia neste momento, expectativas positivas para transformação da FAFIG em uma universidade. Este é um período de tensão em todo Estado do Paraná. De um lado, IES isoladas querendo sua independência e transformação em universidades, de outro, a luta pela gratuidade do ensino superior. Contamos ainda neste momento, com sucessivas greves de docentes e funcionários das universidades e faculdades existentes. Tornava-se pública neste momento também, a instalação de uma crise financeira no Estado.

Esses dados podem ser verificados no gráfico a seguir, que apresentam, segundo informações oficiais, um déficit entre a receita e a despesa do Estado entre os anos de 1980 a 1988:

Gráfico 2 - Despesas e receitas Paraná 1980-1988



Fonte: IPARDES, (1990).

Percebemos que entre 1980 a 1988, houve uma oscilação nas receitas e despesas do Estado. No ano de 1986, havia uma elevação na arrecadação, posteriormente um declínio acentuado até o ano de 1988. Entendemos que os movimentos sucessivos de greves dos servidores e do movimento estudantil, condiziam com este cenário. O declínio de despesas representava um “não investimento” em serviços públicos, a precarização salarial dos servidores e insatisfação dos mesmos com a ação do Estado.

Mesmo diante deste quadro em 1989, depois de enviada para ALEP o parecer para o projeto de criação da universidade, estudantes e professores ocuparam as galerias da Assembleia Legislativa, com faixas defendendo e reivindicando a criação da universidade em Guarapuava:

Imagem 22-Movimento na Assembleia Legislativa do Paraná



Fonte: Movimento estadualização, 1989.

Na imagem percebemos membros da comunidade acadêmica da FAFIG que se concentraram nas galerias da ALEP. Somava-se nesta luta, o movimento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, (FECLI) pela sua estadualização, culminando com sua incorporação junto à FAFIG, fato que viabilizou a criação da UNICENTRO. Neste momento o relator da Constituinte Estadual, Caíto Quintana, aprovou o parecer.

Percebemos como a mobilização da comunidade acadêmica foi fundamental tanto para a gratuidade do ensino superior, quanto para formação das universidades no Estado do Paraná. Após este parecer positivo para constituição da UNICENTRO, houve uma comemoração envolvendo vários segmentos da sociedade Guarapuava.

Imagem 23 - Passeata de comemoração de criação UNICENTRO



Fonte: Comemoração de criação da UNICENTRO, 1989.

Neste dia organizou-se em prol a universidade uma festividade com representantes de municípios vizinhos a Guarapuava, entidades comerciais e todos que acompanham este projeto, demonstrando o impacto positivo que uma universidade traria para a região. Segundo o Jornal da UNICENTRO de Outubro de 1989, nesta ocasião estiveram presentes representantes de outros municípios da Região e ainda:

Um carro de bombeiro e agentes de polícia militar encabeçaram o cordão, que percorreu o itinerário através das principais ruas da cidade. Milhares de rojões foram sendo estourados ao longo de todo trajeto, numa euforia contagiante. Centenas de pessoas acenavam nas calçadas [...] (JORNAL DA UNICENTRO, 1989, p. 08).

Percebemos como esta ocasião foi movimentada por uma intensa festividade pela sociedade Guarapuava e da região, ficando visível a importância desta instituição para o município. Em março de 1990, depois de muita luta pelas forças locais, o governador Álvaro Dias, em visita a Guarapuava, na FAFIG, assinou o projeto de Lei, que criaria a UNICENTRO.

Imagem 24 - Governador Álvaro Dias na FAFIG



Fonte: Governador Álvaro Dias na FAFIG, 1990.

Neste momento o governador do Estado Álvaro Dias assinava a mensagem de Lei para encaminhamento do projeto de criação da UNICENTRO. No entanto este processo teria um desfecho inesperado, sendo até mesma retirada da Assembleia. “[...] Políticos do Sudoeste do Estado queriam aproveitar a mensagem para Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu (UNIVALE).” (JORNAL DA UNICENTRO, Julho de 1990 ano VII p.10). Em meio a este movimento as lideranças políticas desta região, pretendiam aproveitar-se no mesmo projeto, criar outra universidade no Estado, a UNIVALE, como reafirma a notícia.

É perceptível a complexidade do projeto de uma universidade, desde o projeto lei para autorização e criação da UNICENTRO, a sua definitiva transição para universidade. Houve o receio de que esse fosse cancelado, por interesses políticos divergentes na Assembleia Estadual. O pomo da discórdia neste momento, foi o fato das lideranças políticas de outra região do Estado, aproveitarem-se do momento para tentar garantir seus interesses e uma universidade para sua região:

Imagem 25 - Criação da UNICENTRO

Sai FAFIG, entra UNICENTRO

O fato mais importante da programação comemorativa dos 20 anos da FAFIG aconteceu em Curitiba. O governador Álvaro Dias enviou, na quinta-feira, para a Assembléia Legislativa a mensagem número 62/90 criando a UNICENTRO que deve ser aprovada com facilidade pelos deputados. Portanto, a "sonhada" UNICENTRO (Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste), com sede em Guarapuava, e que reúne a FAFIG e a Faculdade de Educação de Irati, já é realidade.

Dias esteve, terça-feira, em Guarapuava, onde cumpriu uma extensa agenda. Ele inaugurou a sede da Associação dos Funcionários da SANEPAR - construída com o trabalho e recursos dos próprios saneperianos - e o "hall" de entrada, o centro cultural, o centro de serviços gráficos, e o almoxarifado da FAFIG.

Mas, o compromisso mais importante do governador foi a assinatura do projeto de lei, que seria remetido ao Legislativo Estadual. A cerimônia aconteceu no auditório da Faculdade e reuniu aproximadamente 2 mil pessoas, além de diversas autoridades. O chefe do Executivo Estadual obedeceu ao artigo 57 das Disposições Transitó-

rias da Constituição Estadual que já previa a instituição da UNICENTRO. O artigo foi incluído na Carta Magna em função de emenda constitucional número 216 de autoria do deputado Artagão de Mattos Leão.

Na oportunidade, Álvaro Dias declarou que a nova Universidade terá que "percorrer uma longa trajetória para a sua consolidação" e externou sua convicção de que a instituição vai se "transformar no centro de excelência educacional do Paraná". Ele lembrou que cumpriu uma promessa de campanha estadualizando o ensino superior do Estado.

Já o deputado Artagão tomou uma atitude mais combativa. Ele afirmou que a comunidade acadêmica deve lutar por novos cursos e para levar a extensão (pós-graduação) para o campus avançados em Pitanga e Laranjeiras do Sul.

Wilson Camargo, diretor da FAFIG, lembrou a importância do trabalho pela Faculdade, nos últimos 20 anos, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. E previu que a UNICENTRO será um elemento que vai contribuir decisivamente para o crescimento da região centro-oeste do Paraná.

Fonte: Jornal Esquema do Oeste, (1990b).

Nesta conjuntura a aprovação pela Assembleia da Lei que criaria a UNICENTRO, seria barrada pelo Conselho Federal de educação, que restringia a autorização de novas universidades, faculdades e cursos superiores no Brasil. A matéria do jornal destacava o fato, causando muita expectativa na comunidade.

Imagem 26- Processo de criação da UNICENTRO



Fonte: Esquema do Oeste (1990c).

A criação efetiva da nova universidade pautava-se na decisão do Conselho Federal de Educação, em “frenar” novas IES. Segundo a matéria, isso ocorria devido ao receio de “o que” seria decidido com a nova LDB de 1996, que estava em discussão neste momento.

Mesmo após a criação e assinatura do projeto de lei que criava a Universidade havia o impasse de um possível “veto” por parte do governador do Estado, no entanto, em junho de 1990, o governador decide pela UNICENTRO, conforme registro histórico na imagem que segue:

Imagem 27 - Assinatura da lei de criação da UNICENTRO



Fonte: Assinatura da lei de criação da UNICENTRO,1990.

Verificamos que no governo Álvaro Dias, entre 1987 e 1991, houve uma mobilização da sociedade para criação de uma universidade no município, uma intensa pressão social e política ao governo do Estado para que essa demanda fosse atendida. Certamente que tal ato, trouxe muitos ganhos político-eleitorais à aqueles que participariam dos pleitos a partir deste momento, seguindo a tradição da cultura política no País.

Enfim... a UNICENTRO

Encerrada a luta pela estadualização, uma nova batalha se iniciava, ou seja, a luta pela consolidação da UNICENTRO, que precisava da aprovação e reconhecimento pelo Ministério da Educação. Em quadro a seguir podemos verificar as etapas que a FAFIG/UNICENTRO atravessou desde sua criação, em 1970, até seu definitivo reconhecimento, em 1997:

Quadro 10 - Cronologia histórica de reconhecimento da UNICENTRO

- **01 de março de 1970** - Instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava- FAFIG;
- **01 de março de 1975** - Instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Irati – FECLI;
- **10 de junho de 1987** - Manifestação contra a transformação da FAFIG em Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- **18 de setembro de 1989** - Aprovada na Assembléia Legislativa e emenda de criação da UNICENTRO, de autoria do deputado Artagão de Mattos Leão;
- **13 de junho de 1990** - O governador Álvaro Dias promulga Lei 9.295, instituindo a UNICENTRO;
- **25 de novembro de 1993** - Instalação da comissão de avaliação e acompanhamento do processo de reconhecimento;
- **13 de junho de 1994** - Instalação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Administração;
- **06 de Dezembro de 1995** - Reconhecimento da UNICENTRO pelo conselho Estadual de Educação;
- **19 de Dezembro de 1995** - Encaminhamento do processo de Reconhecimento ao ministério da Educação;
- **18 de março de 1997** - O ministério da Educação, Paulo Renato de Souza, assina o decreto de reconhecimento da UNICENTRO;
- **21 de maio de 1997** - Instalação do conselho universitário;
- **08 de agosto de 1997** - O governador Jaime Lerner assina o definitivo reconhecimento da UNICENTRO;

Fonte: Jornal da UNICENTRO, (1997b).

O advento da universidade em Guarapuava não se efetivou de imediato, mesmo após sua autorização de funcionamento por parte do governo estadual, era necessário seu reconhecimento pelo Governo Federal a fim da consolidação da nova universidade. Conforme foi ressaltado no Jornal da UNICENTRO:

A UNICENTRO está vivenciando um momento ímpar – de busca de identificação regional e de condições amplas para seu Reconhecimento. Com o andamento do processo, várias questões estão sendo colocadas em discussão, principalmente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. As exigências para o Reconhecimento da Universidade abrem caminho para que, em primeiro lugar, fossem reconhecidas as necessidades institucionais [...] (JORNAL DA UNICENTRO, p. 3, Junho de 1995).

Percebemos com a conquista da universidade trazia a necessidade da consolidação desta instituição, que era o processo da reestruturação física e pessoal deste espaço para que pudesse transformar-se em uma instituição devidamente reconhecida.

Após a fundação da Universidade, a sociedade pressionava as lideranças locais para que fosse ofertado mais cursos de graduação. A UNICENTRO trazia a esperança que tal proposta seria viável, no entanto, como verificamos em sua transição para UNICENTRO não representou de imediato a autorização de novos cursos.

Em entrevista concedida ao jornal Esquema do Oeste, Mauricio Fruet, secretário de ciência e tecnologia da época, referindo-se ao ensino superior, afirma; “O governo do Paraná chegou a capacidade máxima de investimentos no ensino superior”. O estado ao assumir o custeio total de todas IES por ele mantidas, acarretou a um impacto financeiro considerável em seus recursos.

Também é perceptível o enfoque do secretário sobre a questão da qualidade do ensino, que precisaria melhorar para consolidação da instituição como universidade, com este processo em 1995:

Após 14 anos de espera, finalmente Guarapuava e região poderão contar com mais um curso de nível superior. O curso de Ciências Econômicas foi autotorizado através do decreto presidencial no dia 14 de março passado e publicado em diário oficial no dia quinze daquele mês [...]. (JORNAL DA UNICENTRO, abril de 1995, p.05).

O curso de ciências econômicas foi autorizado após 14 anos, sem novos cursos para FAFIG, sendo apenas em 1980 que Administração de empresas e Ciências Contábeis tiveram autorização, iniciando suas atividades em 1981. Além de uma importância para o desenvolvimento regional e local, que contaria com profissionais qualificados, o curso de economia, também era uma das exigências do conselho estadual de educação para o reconhecimento da UNICENTRO como reafirmava a notícia:

As 40 vagas existentes serão ofertadas apenas para o período da manhã, tomando-se, assim, o curso de Ciências Econômicas, o único exclusivamente matutino. Tal decisão deve-se ao fato de que a UNICENTRO necessita intensificar suas atividades pedagógicas nos períodos da manhã e da tarde, um dos requisitos indispensáveis para o reconhecimento da UNICENTRO como universidade de fato Após 14 anos de espera, finalmente Guarapuava e região

poderão contar com mais um curso de nível superior. O curso de Ciências Econômicas foi autotorizado através do decreto presidencial no dia 14 de março passado e publicado em diário oficial no dia quinze daquele mês [...]. (JORNAL DA UNICENTRO, abril de 1995, p.05).

Estrategicamente o novo curso, seria ofertado no período matutino, necessário para que a faculdade oferecesse atividades em todos períodos de funcionamento. Foi neste propósito que o curso de “análise de sistemas”, foi ofertado em 1995, em período integral (manhã e tarde), com a finalidade de ampliar o tempo dos alunos na IES, e as e suas atividades didáticas administrativas da universidade.

Com os novos cursos, e cumpridas todas as predisposições legais dos órgãos competentes em nível estadual e federal, depois da reestruturação e adequações necessárias nos processos que regulamentavam a “nova universidade”, é definitivamente reconhecida, em visita a Guarapuava pelo Governador do Estado Jaime Lerner, em 08 de agosto de 1997, pelo decreto nº 5063/97:

Imagem 28 - Governador do Estado Jaime Lerner, em ato de reconhecimento



Percebemos no processo de constituição da UNICENTRO, que se desenvolveu, interesses político-eleitorais. Verificamos, por meio das fontes, que em diferentes momentos, seja em sua fundação, criação de novos cursos, que as forças políticas sempre estiveram presentes. Não desconsideramos que não tiveram importância significativa no projeto de autorização de novos cursos e da universidade, mas não foram as únicas forças que consolidaram este projeto. Neste sentido consideramos que:

O conhecimento da origem e trajetória de uma instituição universitária constitui-se elemento primordial para a formação de sua memória e construção da sua história, levando à compreensão de sua atuação, do seu envolvimento com o entorno e da formação da identidade que esta mantém com a comunidade local onde está instalada (MIDDLEJ, 2001, p.155).

Ao compreendermos a história do ensino superior em Guarapuava, observamos como sua constituição, esteve relacionada a história local e individual, que também é social, na medida que envolve sujeitos que se relacionam entre si em um espaço muitas vezes com conflitos de interesses.

Considerações finais

O objetivo do presente livro consistiu em fazer uma discussão referente aos aspectos históricos regionais, envolvidos na fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava, mediante os embates sociais e políticos do período. Procuramos elucidar que fatores condicionaram a constituição histórica da FAFIG/UNICENTRO. Para isso dispomos de diversas fontes de pesquisa, arquivadas no Centro de documentação e memória (CEDOC) que retratam a história da faculdade, para tanto optamos por um recorte temporal de 1970 a 1990, marcado pela criação da FAFIG e posteriormente sua transição para Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Iniciamos nosso trabalho buscando identificar o processo de constituição do ensino superior público em Guarapuava. Percebemos que a criação da FAFIG em 1970, esteve relacionada a ampliação das IES em todo Brasil, decorrente de uma política educacional nacional, articulada ao desenvolvimentismo econômico. Esteve dialeticamente atrelada ao movimento das forças políticas locais, da sociedade guarapuavana, que demandavam uma escola superior para o atendimento das necessidades regionais.

Partimos do pressuposto de que toda instituição de ensino está vinculada a uma realidade material devendo ser compreendida em sua totalidade. Visamos a leitura dos fenômenos educacionais considerando as diversas determinações que embasam este contexto. A análise de uma instituição de ensino local, nos leva a compreender sua diversidade social e cultural.

Discutimos no cenário político e econômico, o surgimento das primeiras universidades brasileiras e o crescimento deste nível de ensino após a década de 1960, principalmente ao que tange ao setor privado. Este

processo de ampliação resultante de políticas federais que visavam a interiorização do ensino superior, efetivou-se pela criação de fundações, faculdades e universidades em todo Brasil.

A interferência do Estado Militar no ensino superior, pós-64 afetou as políticas educacionais e estruturais do ensino. Favoreceu o crescimento da iniciativa privada, e intensificou o controle do movimento estudantil e dos docentes no meio universitário. As transformações econômicas, políticas e sociais, ocorridas na sociedade brasileira principalmente após a década de 1960, conduziram as camadas médias, a pressionar as lideranças políticas pelo acesso e aplicação de vagas no ensino superior.

Conseqüentemente contamos com a modernização de ensino, visando principalmente o atendimento desta demanda e a formação de recursos humanos qualificados, para suprir as necessidades econômicas. Percebemos que o Estado, teve um papel importante na elaboração de políticas educacionais que visassem minimizar as desigualdades decorrentes do capitalismo monopolista.

A não presença do Estado ou sua ineficiência, se caracteriza uma prática liberalizante, abrindo possibilidade de ação do privado sobre do público. Em decorrência disso a escola e a universidade refletem esta realidade material e acabam sendo meras reprodutoras do sistema capitalista. Verificamos que o ensino superior gratuito não convinha aos interesses do setor privado, que perderia grande parte de sua “clientela” para as universidades públicas, vistas como concorrentes.

Desse modo, o empresariado continuaria exercendo sua influência no meio político, para concessão de bolsas e isenção de tributos nestas instituições. Outro ponto, é decorrente da facilidade na criação de cursos que convém aos interesses de mercado.

Verificamos que o aumento populacional, decorrente do alto fluxo migratório e também do êxodo rural, foi uns dos elementos que levaram a uma demanda maior pela escolarização superior. Com isso nas regiões com maior representatividade política, foram criadas as universidades do Estado, muitas delas resultantes da incorporação de faculdades isoladas.

A interiorização da educação superior foi mediada pela implementação destas instituições isoladas, que, facilitaram o acesso a este nível de ensino a pessoas que não tinham possibilidade de migrarem para regiões que tinham uma IES. A criação da IES foi um marco na consolidação da história da educação na região do Centro-Oeste do Paraná, atraindo estudantes de diversas regiões para Guarapuava, a fim de ter um curso superior.

As lutas pela instituição de ensino superior, FAFIG/UNICENTRO, estiveram consubstanciadas ao movimento que desde os anos de 1960 almejava instalar um ensino de nível superior. A constituição da UNICENTRO foi resultado desta dinâmica de forças que agiam nesta direção, na medida em que a representatividade política estava se fortalecendo. A ausência de uma universidade se colocava cada vez mais como um obstáculo ao desenvolvimento da região de Guarapuava. Este era um dos principais desafios a ser enfrentado pelas elites locais e regionais.

O estudo sobre a história do ensino superior no Paraná, ainda conta com poucas pesquisas que abordem o tema. Quando consideramos a dimensão temporal e espacial, possível de ser trabalhada pelo pesquisador da história da educação, temos diferentes opções que podem ser observadas em futuros trabalhos. Nosso estudo, sobre a criação da FAFIG/UNICENTRO, limitou-se as décadas de 1970 a 1990, nesse sentido apontamos a necessidade de estudo que aprofunde outros aspectos acerca do ensino superior em Guarapuava após este período.

O trabalho com fontes primárias, possibilitou a compreensão das questões sociais e políticas do momento em que esses documentos foram produzidos, quando contextualizados em sua rica totalidade. Verificamos que as relações de poder são elementos determinantes dentro de uma conjuntura onde o local, o regional e o nacional se colocavam dialeticamente em um jogo de avanços e recuos, afirmação e negação diante daquela sociedade pela demanda por uma IES.

Era notória sua referência e seus interesses nos fatos sobre a FAFIG/UNICENTRO, apresentando a seu público, algumas vezes em “primeira página”, notícias sobre novos cursos, inscrições vestibulares e eventos promovidos pela faculdade. O jornal destacava em suas matérias, acerca da importância desta instituição para Guarapuava, tencionando as lideranças políticas locais para este propósito.

A criação da UNICENTRO, não se efetivou voluntariamente pelos líderes do governo paranaense, nem mesmo nasceu a partir de um planejamento e interesse do Estado, mas foi marcado pela mobilização de estudantes, professores e representantes políticos locais. Desde a implementação da FAFIG em 1970, houve um movimento contraditório em que os interesses do público e do privado se confundiam na abertura de novos cursos, na transformação da IES em um Campus e na luta pela sua estadualização.

Concluimos, afirmando que, a FAFIG em 1970 posteriormente a UNICENTRO em 1989 foi um “sonho coletivo”, ainda que muitos reivindicavam para si a autoria de tal feito. Sua criação apresentava expectativas de crescimento e modernização para o município, como evidenciamos nas imagens. Uma universidade construía na coletividade, especialmente das elites locais, a possibilidade de fazer de Guarapuava polo de destaque no plano estadual. Parecia inaceitável para vários setores da região, abrir mão de ter para si uma universidade. Os ganhos políticos, econômicos e culturais eram vistos como significativos.

Em sua trajetória histórica, influenciou o setor social e econômico da região, inserindo profissionais em setores estratégicos e necessários para o crescimento do município. Não queremos encerrar a discussão sobre este tema em questão, mas apontamos possibilidades para futuras pesquisas. Uma das dificuldades encontradas em nosso levantamento foi a carência de material sobre o Estado do Paraná. Quanto ao ensino superior em Guarapuava não contamos com produção acadêmica que abordasse nosso recorte temporal.

Salientamos que sobre a história da FAFIG/UNICENTRO, é possível ainda, um aprofundamento sobre algumas questões como: implementação dos cursos, das disciplinas, do currículo, dos vestibulares e também um trabalho com a memória individual, por meio de entrevistas com professores e alunos desta instituição. Esperamos, ao menos com este trabalho, ter contribuído com estes estudos.

Arquivos consultados

APP DE GUARAPUAVA. Arquivo da sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná do município de Guarapuava.

BIBLIOTECA DA UNICENTRO. Biblioteca da Universidade Estadual Do Centro Oeste em Guarapuava.

CEDOC. Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO.

NRE DE GUARAPUAVA. Arquivo do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava.

Fontes

ATA Nº 1, GUARAPUAVA. 14 de maio de 1970. . Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

ASSINATURA DA LEI DE CRIAÇÃO DA UNICENTRO, 1990, sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1824. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm > Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm > Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Decreto 11.530 de 1915. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>> Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Decreto nº 16.782-a de 1925. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782a.htm> Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 1931. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 de Nov. de 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1934. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm > Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1937. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1946. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm > Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Decreto Federal nº 9.323. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9323-6-junho-1946-417411-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Lei nº 1.254, de 1950 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1254.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1957. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm > Acesso em 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Lei 4024/61 de 1961. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Lei 4464/64 de 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm> Acesso em 23 de mai. de 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67EMC69.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Lei 5540/68 de 1968. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Decreto Lei 477/69 de 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Delo477.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Decreto Lei 869/69 de 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Delo869.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Lei 5692/71 de 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15592.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Lei nº8.159 de 1991. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm> Acesso em 23 de março de 2015.

BRASIL. PARECER CNE/CP 28/2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> Acesso em 23 de março de 2015.

Censo Escolar 2013. Disponível em: <portal.inep.gov.br/basica-censo> Acesso em 28 de fev de 2014.

COMBOIO DE CAMINHÕES. Sem data, sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

COMEMORAÇÃO DE CRIAÇÃO DA UNICENTRO, 06 de out. de 1989. Sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

Dados escola. Disponível em : <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85000> Acesso em 28 de fev de 2014.

FACHADA DA FAFIG, 1970, sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1970. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1971. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1972. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1973. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1974. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1975. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1976. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1977. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1978. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1979. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1980. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1981. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1982. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1983. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1984. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

GOVERNADOR ÁLVARO DIAS NA FAFIG, 1990, sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

GRATUIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ. Disponível em <<http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2013/95-jornal-109-abril2013/879-uem-completa-25-anos-de-gratuidade>> Acesso em 28 de fev de 2015.

GUARAPUAVA. 1978. Lei 06/78. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hqani>> Acesso em 05 de mar. de 2014.

GUARAPUAVA. Lei 145/1972 Disponível em: < www.pmg.pr.gov.br/leis/arquivos/1972/145_72.pdf> Acesso em 07 de out. de 2014.

GUARAPUAVA. 1978. Lei 06/78. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hqani>> Acesso em 05 de mar. de 2014.

GUARAPUAVA. 1989. Lei. 67/1989. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hqani>> Acesso em 05 de mar. de 2014.

GUARAPUAVA, 2015. Disponível em: < <http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia/>). Acesso em 15 de ago. de 2015.

História da Unicentro. Disponível em : <http://www.unicentro.br/dirai/historico/historico_unicentro_rec.pdf > Acesso em 28 de fev de 2015.

IBGE 2013. Disponível em: < cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=410940> Acesso em 28 de fev de 2015.

IBGE: Dados senso 2000: Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv187.pdf>> Acesso em 15 de ago. de 2015.

IBGE: Dados senso 2010: Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>> Acesso em 15 de ago. de 2015.

INAUGURAÇÃO DA FAFIG. 1970, sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

INEP. Evolução do Ensino Superior - Graduação 1980/1998. Dados do ano de 2000. Disponível em <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf> Acesso em 25 de jan. 2016.

IPARDES de 1990. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/imagens_estatisticas_1990_11_91.pdf > Acesso em 15 de ago. de 2015.

IPARDES de 2012. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf > Acesso em 15 de ago. de 2015.

IPARDES 2013. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_o_sul.pdf> Acesso em 19 de ago. de 2015.

IPARDES 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf> Acesso em 15 de ago. de 2015.

JORNAL DE GUARAPUAVA, 01 de fevereiro de 1970a, nº 24, p.1.

JORNAL DE GUARAPUAVA, 17 de maio de 1970a, p.7.

JORNAL DE GUARAPUAVA, 17 de maio de 1970b, p.7.

JORNAL DE GUARAPUAVA, 17 de maio de 1970c, p.7.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 04 a 10 de out. de 1970c. nº20, p. 01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 16 de abril de 1974,p.2 nº191.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 17 a 30 de out. de 1970, p. 07.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 17 de maio de 1970b, p.7. 2015.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 10 a 16 de abril, 1974, nº191, p.02.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 19 a 25 de junho, 1976a, nº 315, p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 25 de set. a 1 de out. de 1976b, Nº 329, p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 01 a 17 mai. de 1976c, Nº 329, p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 25 de set. a 1 de out. de 1976b, Nº 329, p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 21 a 27 de junho de 1980a, nº 517, p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 12 a 18 de jan, de 1980b, n ° 494, p.01

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 30 de ago. a 05 de set. de 1980c.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 17 a 23 de abr. de 1982, nº 609, p. 01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 21 a 27 de fev. de 1987a, nº 838, p.03.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 22 a 28 de ago. de 1987b, nº 864 p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 27 de ago. a 2 de set. de 1988, p.05.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 17 a 23 mar. de 1990a. n° 995, p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 24 a 30 de mar. de 1990b, 1996 p.8.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 07 a 13 abr. de 1990c, p.05.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 1991a, p.01.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, de 24 a 30 de mar. de 1991c, 1996 p.8.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 1991a, p.01, s/n°.

JORNAL DA UNICENTRO. Agosto de 1989, p.01, s/n°.

JORNAL DA UNICENTRO. Agosto de 1989, p.08, s/n°.

JORNAL DA UNICENTRO, Julho de 1990 ano VII p.10.

JORNAL DA UNICENTRO, abril de 1995, p.05, s/n°.

JORNAL DA UNICENTRO, p. 3, Junho de 1995, s/n°.

JORNAL DA UNICENTRO. Agosto de 1997a, p.01, s/n°.

JORNAL DA UNICENTRO. Agosto de 1997b, p.02, s/n°.

Manifestação em prol a universidade ,1987. Sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

MAPA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ EM 2015. Disponível em <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>> Acesso em 28 de fev de 2016.

Mapa de Guarapuava. Disponível em: <<http://www.guarapuava.parana.blog.br/>> Acesso em 29 de jan. de 2015.

MOVIMENTO ESTADUALIZAÇÃO, 1989. Sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

PARANÁ. Mensagem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 1957. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1957_mfn_1661.pdf> Acesso em 29 de jan. de 2015.

PARANÁ. Mensagem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 1961. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_mfn_1661.pdf> Acesso em 29 de jan. de 2015.

PARANÁ. Mensagem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 1962. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_mfn_1661.pdf> Acesso em 29 de jan. de 2015.

PARANÁ. Projeto de Lei 37/67.

PARANÁ. Lei 5804/68. Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/> > Acesso em 05 de mar. de 2015.

PARANÁ. Lei 5888/68. Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/> > Acesso em 05 de mar. de 2015.

PARANÁ. Lei 6034/69. Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/> > Acesso em 05 de mar. de 2015.

PARANÁ. Mensagem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 1970. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1970_mfn_1661.pdf> Acesso em 29 de jan. de 2015.

PARANÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa. 1983. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1983_Governo_MFN_864.pdf> Acesso em 07 de abr. de 2015.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 22.959 de 1970.

PARANÁ. Lei 8.675 de 1987. Disponível em < <http://www.leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-2276-1988-parana-isencao-do-pagamento-de-anuidade-escolar-aos-estudantes-dos-cursos-regulares-de-graduacao-das-universidades-e-faculdades-isoladas-mantidas-pelo-estado-do-parana> > Acesso em 25 de ago. de 2015.

PARANÁ. Lei 9295/90 Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/>> Acesso em 05 de mar. de 2015.

PARANÁ. Decreto 5063/97 Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/>> Acesso em 05 de mar. de 2016.

Paraná Resolução 141/2014. Disponível em < <http://www.ccs.uem.br/resolucoes/2014/Resolucao%20141.pdf> > Acesso em 05 de mar. de 2015.

PARÓQUIA CATEDRAL. Disponível em: <<http://www.rosarioperpetuo.org/AbriuArtigo.php?ID=230107220923>> Acesso em 11 de Dezembro de 2015.

PEDRA FUNDAMENTAL. Década de 1960, sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

Relatório interno da FAFIG de 1976. Sem autoria. Disponível no CEDOC, Guarapuava, consulta em maio de 2015.

SETI Paraná. Disponível em <<http://www.seti.pr.gov.br/>> Acesso em 05 de mar. de 2015.

UNICENTRO. 2015. Disponível em: <http://www.unicentro.br/dirai/CONCLUINTES_HIST_RICO_UNICENTRO_2013_537224afcde3d.pdf > Acesso em: 15 de mar. de 2015.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. Beabá dos MEC-USAID. **Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.**

ASSIS, Renata Machado de. **A educação brasileira durante o período militar:** a escolarização dos 7 aos 14 anos. Revista Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado.** MEC, Ministério da Educação, INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BRAVIN, Nilvam Jeronimo Ribeiro. **Arranjo espacial das indústrias de Guarapuava - Pr: Uma Análise a partir dos distritos Industriais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNICENTRO, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: 1954.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964- 1984)**. Dissertação de mestrado em economia, instituto de economia, UNICAMP, Campinas, 2002.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L., **O bravo matutino**: Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

COELHO, SINTIA SAID; VASCONCELOS, MARIA CELI CHAVES. **A Criação das Instituições de Ensino Superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina**. 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Expansão do Ensino Superior: Causas e Consequências**. Debate e Crítica, São Paulo, nº 5, p. 27-57, mar. 1975.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica: o Ensino Superior na República Populista*. 2ed; Editora: Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1989.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991a.

CUNHA, Luiz Antonio. A gratuidade no ensino superior público: da proibição à garantia constitucional. In. VELLOSO, Jacques (Org). **Universidade pública: política, desempenho, perspectivas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991b.

CUNHA, Luis Antônio. **Ensino Superior e universidade no Brasil**. Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

- CUNHA, Luis Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era Vargas**. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CUNHA, Vladson Pateneze. **Do Lixão ao Aterro: Uma História socioambiental de Guaruva/PR (1971-2011)**. Londrina, Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 2014.
- DEITOS, R. A.; LARA, A. M.B. **Estado e política Educacional: o receituário do liberalismo Social democrata**. Eccos – Rev. Cient., São Paulo, n. 29, p. 35-62, set./dez. 2012.
- DIAS, Reginaldo Benedito. O movimento estudantil da UEM e a luta pela universidade pública democrática e gratuita . In. SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma Universidade Pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: EDUEM, 2001,p.235-294.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Uma universidade de ponta cabeça: a ocupação da Reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade**. 2ª ed.. Maringá: EDUEM, 2008.
- DOURADO. Luiz Fernandes. **Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás Nos Anos 80: A Parceria com O poder Público Municipal**. Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil. Faculdade de Educação - UNICAMP - Campinas – SPd e 14 a 19 de dezembro de 1997, p.539-550.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: UFG, 2001.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. NUPES-USP, 2003.
- DURHAM, E. **Educação superior, pública e privada**. In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.191-233.

FERNANDES, Marcos Aurélio Machado. **Poder & comércio: a associação comercial e industrial de Guarapuava (1955-1970)**. Curitiba: CRV, 2010.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 3ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, São Paulo: Cortez, 1989.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1994.

GOEBEL, M.A.; MIURA, M.N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. Expectativa. UNIOESTE – Campus de Toledo, 2004, vol. 3. P. 35-47.

HEROLD JUNIOR, C. **Representações sobre a relação professor-aluno na história da educação de Guarapuava-PR (1915-1960)**. Cadernos de História da Educação, v. 11, p. 71-91, 2012a.

HOTZ, Celso. Políticas sociais e Estado burguês no Brasil. In. ZANARDINI, Isaura Monica Souza; ORSO, Paulino José (Org.). **Estado, educação e sociedade capitalista**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008.

LOPES, Gileide Geyde F. Castro. **A industrialização no Paraná e a educação profissional: um estudo do sistema SENAI/SESI (1970-1990)**. Dissertação de mestrado em educação. UEL. LONDRINA 2010.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.111- 154.

LUCCHESI, MARTHA ABRAHÃO SAAD. **As Instituições Municipais de Ensino Superior no Estado de São Paulo: Categorias Jurídicas E Acadêmicas**, 2010.

LUPORINI, T. J. **Ensino Superior no Paraná: a memória da região sudoeste**. Revista HISTEDBR On-Line, Campinas, n. 31, p. 52-66, set. 2008, ISSN: 1676-2584. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/arto5_31.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2015.

MARCONDES, G. G.; ABREU, A. T. G.; NEVES, C. L. S.; MICHALISZYN, S. A.. **FAFIG: 15 anos de história**. Guarapuava: FAFIG, 1985.

MARIA, Maurício de Fraga Alves; Tembil, Márcia. História Cultural e Elites Locais. In. CAMPIGOTO, José Adilçom; SOCHODOLAK, Hélio. (Org.) **Estudos em História Cultural na Região Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2008, p.27 -56.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. A Reconstrução Educacional do Brasil. Ao Povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MENEZES, Luiz Carlos de. **Universidade Sitiada**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIDDLEJ, Moema Cartibani. **Memória e Territorialidade do Ensino Superior: a trajetória da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. In.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). *História, Memória e Educação*. Campinas: Alínea, 2001.

NOGUEIRA, Francis Mary G. Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

ORSO, Paulino José. **Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira**. Tese de Doutorado. Vol. II. Campinas: Unicamp, 2003.

ORSO, Paulino José. **A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na universidade estadual do oeste do Paraná – UNIOESTE**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

ORSO, Paulino José. **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Organizador: Paulino José Orso. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ORSO, P. J.. O papel idealizado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em sua criação. In: I X Jornada do HISTEDBR, 2010, Belém-PA. Jornada HISTEDBR. Campinas: FE/Unicamp, 2010. v. 1. p. 1-14.

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo. **UNIOESTE: a histórica luta pela estadualização**. Dissertação de Mestrado. Maringá, PR: UEM, 2007.

RIEDER, Arno. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 4, n. 3, p. 228-247, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil - o papel do. Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo: Cortez, 1987.*

SAVIANI, Dermeval. Apresentação. In. SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma Universidade Pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: EDUEM, 2001,p.01-05.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no brasil conceito e reconstrução histórica. In. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007, p.03-28.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11ªed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares**. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013.

SCHMIDT, L.M. **O Ensino Superior no Contexto das Políticas Públicas: Uma Experiência de Gestão no Estado do Paraná**. São Paulo, 1999. Tese doutorado, PUC-SP.

- SHEEN, M.R.C.C. **O Contexto da Política de Criação das Universidades Estaduais do Paraná.** Campinas, (Dissertação de Mestrado) UNICAMP, 1986.
- SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. Estado e educação no Brasil: análise histórica do contexto da criação das universidades estaduais do Paraná na década de 60. In. SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma Universidade Pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá.** Maringá: EDUEM, 2001, p.11-46.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações. Martins Fontes, 2003
- SILVA, Walderez Pohl da. **“Entre Lustosa e João do Planalto –A arte da política na cidade de Guarapuava. (1930–1970).** Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2008.
- SILVA, João Carlos da; GOMES, Maria Valdeny Ferreira; NATH, Valdecir Antonio; MUFATTO, Lidiane Maciel. **História e Memória Educacional na Região Oeste do Paraná.** In. João Carlos da Silva, Paulino José Orso, André Paulo Castanha e Livia Diana Rocha Magalhães (Orgs). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.** Campinas: Alínea, 2013, p. 173-189.
- SILVA, Luciano Pereira da. **Professional development in Brazil: the role of the National Service of Industrial Training-SENAI.** História (São Paulo), v. 29, n. 1, p. 394-417, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Historia da imprensa no Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TEMBIL, M. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava...** recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Unicentro, 2007.
- TRINDADE, Helgio. As universidades frente à estratégia de governo. In. **UNIVERSIDADE em ruínas: na republica dos professores.** 3.ed. Petropolis: Porto Alegre: Vozes, CIPEDDES, 2001, p.9-26.
- TURMENA, L. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital: a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná.** (Dissertação - Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

VAHL, Teodoro Rogério. **A privatização do ensino superior no Brasil**: causas e consequências. Florianópolis: UFSC, 1980.

VELLOSO, Jacques. Introdução. In. VELLOSO, Jacques (Org). **Universidade pública: política, desempenho, perspectivas**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 4^a ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1977.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6 ed. – Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1988.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org